

MARCELO FRANCISCO DE ALMEIDA

A Revista O Progresso e a proposta de reformas sociais

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da **Profª Drª Elide Rugai Bastos**

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 28/08/2001

BANCA

Profª Drª Elide Rugai Bastos (orientadora)

Profª Drª Maria Orlanda Pinassi

Profº Drº Fernando Antônio Lourenço

Profº Drº Rubem Murilo Leão Rêgo (suplente)

Agosto/2001



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE BC
N.º CHAMADA:
T/UNICAMP
AL64r
V. _____ Ex. _____
TOMBO BC/ 47008
PROC. 16-392107
C D
PREÇO R\$ 11,00
DATA 20/11/07
N.º CPD _____

CM00161939-B

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

- I. **Almeida, Marcelo Francisco de**
Al 64r **A Revista O Progresso e a proposta de reformas
sociais / Marcelo Francisco de Almeida. - - Campinas,
SP: [s.n.], 2001.**
- II.

Orientador: Elide Rugai Bastos.
**Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. O Progresso (Revista). 2. Ecletismo. 3. Reforma.
4. Brasil - Civilização - Influência francesa. I. Bastos, Elide
Rugai. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

A Revista *O Progresso* e a proposta de reformas sociais

***Ao grande Amigo,
Joel Della Pasqua.***

Agradecimentos

Uma das peculiaridades do trabalho acadêmico é a sensação de dívida que o mesmo nos dá. Por isso, como forma de abrandar este sentimento, gostaria de dividir os frutos deste meu trabalho com aquelas pessoas que foram importantes para seu desenvolvimento e sua conclusão.

Devo iniciar agradecendo à minha orientadora Elide Rugai Bastos, pelo acompanhamento e incentivo à Pesquisa. E por cultivar o debate acadêmico.

Aos professores Maria Orlanda Pinassi e Fernando Antônio Lourenço, que compuseram a banca de qualificação e defesa deste trabalho. Obrigado pela leitura atenta e pelas sugestões feitas. Agradeço em especial à professora Maria Orlanda que vem acompanhando meu percurso acadêmico desde a graduação, deixando registrado seu traço humanista.

Aos professores Maria Isabel Faleiros, Fátima Cabral e Paulo Cunha, pelo legado que deixaram em minha formação.

Aos integrantes do CEB (Centro de Estudos Brasileiros), pela convivência que se configurou num rico espaço de discussões e formação acadêmica.

Ao amigo e colega de Mestrado, Sívio, e a Rosa, pelo incentivo e solidariedade.

Aos colegas dos tempos de graduação, tempos que se foram, mas nomes ficaram: Rodrigo, Pan, Terry, Malu, Bebete, Jenny, Popô, Clau, Guedes, Lau, Dago, Teka, Ariane, Carla.

Aos novos, mas já velhos, amigos da Moras. Agradeço por acreditarem que ainda é possível conspirar contra os “ventos liberais” que teimam em derrubar os pilares da universidade pública e gratuita. Ao CRB, alicerce de nossos ideais.

Uma das melhores coisas que ocorreu com minha vinda para Unicamp, foi conhecer Fernandinha. Uma pequena/grande mulher. Companheira na luta, no estudo e em outras coisas.

Àqueles que fazem parte do meu dia-a-dia: Mauro, Luís, Glaydson, Emmanuel, Saulo, Helias, Rogério Glíasse, Cinthia, Rogério Airoldi e Emerson.

À minha família, em especial à minha mãe, sempre preocupada, sempre mãe.

Ao grande amigo Joel Della Pasqua. Responsável pelo início de tudo.

Ao Edson, pelo carinho e pela agradável companhia.

Às funcionárias Sandra e Fabiana da Biblioteca do IFCH, Lourdinha e Chris da secretaria de pós-graduação e ao CNPq, pelo apoio à Pesquisa.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

"(...) registrar o passado não é falar de si; é falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão do mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar."

Antônio Cândido. *Prefácio*,
"Raízes do Brasil" de S.B.Holanda.

Resumo

Nesta pesquisa realizou-se um estudo em torno da revista *O Progresso* e seu papel nas transformações ocorridas durante as primeiras décadas do século oitocentista brasileiro. Criada em Recife, entre os anos 1846 e 1848, constitui-se um valioso material histórico, com capacidade de apresentar as mudanças políticas, econômicas e sociais da época, que de algum modo ainda sobrevivem nos dias de hoje. Estudiosos da *História do Pensamento Social* costumam afirmar que a criação e o desenvolvimento da revista *O Progresso* constituiu-se em uma primeira experiência de intelectuais brasileiros adotando e disseminando ideais socialista-utópicos. Um detalhe que chamou a atenção foi o fato de Antônio Pedro de Figueiredo, idealizador e criador dessa empreitada intelectual e política, traduzir, em 1846, os escritos do filósofo francês e precursor da doutrina eclética, Victor Cousin. Como essa doutrina emerge num contexto marcado por definições de uma nova ordem social e política, em especial, pela sedimentação da burguesia enquanto classe hegemônica, a pesquisa ora apresentada, procurou problematizar em que medida a presença de um “viés” socialista-utópico no conjunto de artigos que compõem a revista *O Progresso*, bem como da auto-classificação realizada por Antônio Pedro de Figueiredo, dizendo-se socialista, não se constituiria numa situação, de certa maneira, ambígua, já que a doutrina eclética, também presente neste periódico, é concebida de comum interesse com a burguesia européia. Se de um lado, pode-se apontar limites à afirmação de que se trata de autênticos precursores do socialismo-utópico no Brasil, de outro, verifica-se que a doutrina eclética, veio ao encontro dos interesses de uma parcela da intelectualidade e políticos da época, ao “funcionar” como “guia” de análise e sustentação das propostas reformistas.

Palavras Chaves: doutrina eclética, socialismo-utópico, Revista *O Progresso*, pensamento social no Brasil, Antônio Pedro de Figueiredo.

Abstract

During the research, it was made a study about the *O Progresso* magazine and the part played by it in the changings occurred in the first decades of the nineteenth century in Brazil. Created in Recife, within the years of 1846 and 1848, it consisted of a valuable historical material, able to present the political, economic and social changings from the age, so that in a certain way are mirrored nowadays. Scholars of the Social Thought History use to say that the creation and development of the *O Progresso* magazine is the first experiment from Brazilian scholars to spread utopian-socialist ideals. A relevant fact is that Antônio Pedro de Figueiredo, whom idealised this intellectual and political work, translated in 1846 the writings of the French philosopher and the forerunner of the eclectic doctrine, Victor Cousin. As this doctrine emerges in France in a context of definition of a new social and political order, specially by the sedimentation of the bourgeoisie as the ruling class, the research presented discussed in which way the presence of an utopian-socialist view in the articles of the magazine as well as the fact of Antônio Pedro de Figueiredo had entitled as a socialist, would not be an ambiguous situation, because the eclectic doctrine also present in the periodical, was conceived with the joint consent of the European bourgeoisie. The limitations to point them as authentic utopian-socialist forerunners in Brazil are perceptible. Otherwise, the eclectic doctrine was of interest to some scholars and politicians of the age, being an analysis and sustentation guide and politicians of an of the reform proposals.

Keywords: eclectic doctrine, utopian-socialism, *O Progresso* magazine, social thought in Brazil, Antônio Pedro de Figueiredo.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	17
I.1. PROBLEMATIZANDO O TEMA	20
II. O CENÁRIO HISTÓRICO-POLÍTICO: A REVISTA <i>O PROGRESSO</i> E SUA RELACÃO COM AS TRANSFORMAÇÕES DOS ANOS 40 DO SÉCULO XIX	31
II.1. A PRESENÇA DO ECLETISMO NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS NO PERÍODO DOS ANOS 40 DO SÉCULO XIX NO BRASIL	37
II.2. ANTÔNIO PEDRO DE FIGUEIREDO: O “COUSIN FUSCO”	38
II.2.1. SOCIALISMO UTÓPICO E ECLETISMO NA REVISTA <i>O PROGRESSO</i> E NO PENSAMENTO DE ANTÔNIO PEDRO DE FIGUEIREDO	43
III. TEMAS E/OU DILEMAS PRESENTES NA REVISTA <i>O PROGRESSO</i>	51
III.1. O “LIVRE PENSAMENTO”	53
III.2. PAPEL DO ESTADO	57
III.3. A COLONIZAÇÃO DO BRASIL E O PROBLEMA DA ESCRAVIDÃO	61
III.4. AS REFORMAS	67
III.5. O SOCIALISMO	69
III.5.1. DA POLÊMICA COM PEDRO AUTRAN DA MATTA ALBUQUERQUE	81
IV. O TRÂNSITO DO ECLETISMO NO BRASIL: LINHAS GERAIS	85
IV.1. A PRESENÇA DO ECLETISMO NO BRASIL	92
IV.1.1. TRÂNSITO DE IDÉIAS - O ECLETISMO ENQUANTO LEGITIMADOR DOS PRINCÍPIOS CONCILIATÓRIOS	92
IV.1.2. LIBERALISMO “AMBÍGUO”	98
IV.1.3. ANTÔNIO PEDRO DE FIGUEIREDO E A REVISTA <i>O PROGRESSO</i> A PARTIR DO “ARQUÉTIPO LIBERAL”	110
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
VI. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	125

<u>VII. MATERIAL IMPRESSO</u>	129
<u>VIII. ANEXO I – CURSO DA HISTÓRIA DA FILOSOFIA</u>	131
<u>IX. ANEXO II – LITERATURA NACIONAL</u>	133
<u>X. ANEXO III – NOTÍCIA LITERÁRIA</u>	136
<u>XI. ANEXO IV – SR. DR. PEDRO AUTRAN DA MATTA E ALBUQUERQUE</u>	140
<u>XII. ANEXO V – SENHORES REDATORES</u>	142
<u>XIII. ANEXO VI – 6 DE MARÇO DE 1817</u>	149
<u>XIV. ANEXO VII – A COLONIZAÇÃO AFRICANA PROMOVIDA PELA FRANCA...</u>	153
<u>XV. ANEXO VIII – 27 DE NOVEMBRO</u>	158

I. Introdução

A proposta desta pesquisa é realizar um estudo sobre a revista *O Progresso* e seu papel nas transformações ocorridas nas primeiras décadas do século XIX brasileiro, em especial, em torno do Movimento Praieiro. A Revista *O Progresso* possui um valor histórico *sui generis*, estando inscrita e tendo participado, como “testemunha ocular”, de um dos momentos mais férteis da formação do pensamento social brasileiro. Criada no Recife, entre os anos 1846 e 1848, acompanhou um período de grandes mudanças econômicas, sociais, culturais e até institucionais, não somente brasileiras, mas também, em especial, européias.

Um detalhe que chamou atenção foi o fato de Antônio Pedro de Figueiredo (1814-1859), criador e estimulador dessa empreitada intelectual e política, traduzir, em 1846, os escritos do filósofo francês e precursor da doutrina eclética, Victor Cousin. A partir desta constatação passamos a investigar até que ponto a Revista *O Progresso* exerceu papel propagandista dessa doutrina e, mais ainda, se de algum modo, houve interferência nos embates presentes na ordem do dia, “funcionando”, como observa Antônio Paim, como um “guia de análise” para a resolução dos problemas nacionais¹. Por isso, privilegiamos no estudo, dentre várias outras que poderiam ser abordadas, a questão da *presença da doutrina eclética no conteúdo da revista e do pensamento de Antônio Pedro de Figueiredo*, seu idealizador.²

A revista *O Progresso* constitui-se em dois volumes, sendo dividida em oito partes, *Philosophia, Sciencias Sociaes e Políticas, Historia e Literattura, Política, Sciencias Physico Mathematicas, Poesias, Critica Bibliographica e Polemica e*

¹ Cf. PAIM, A. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1967.

² A edição que utilizaremos trata-se de um exemplar faximilado reeditado pelo Governo do Estado de Pernambuco como parte do programa das comemorações do centenário da Revolução Praieira, com “Prefácio” de Amaro Quintas. Quando nos reportarmos aos artigos da revista identificaremos a partir de seu título, *O Progresso*.

Miscellaneas.³ Entre suas novecentas e vinte páginas, encontram-se assuntos diversificados, desde discussões filosóficas, políticas, resenhas bibliográficas à simples construção de uma ponte, dentre outros. A atenção dada a Antônio Pedro de Figueiredo não se deve somente pelo fato de ter traduzido e disseminado as lições de filosofia de Victor Cousin, mas também, pela sua presença e atuação na revista. Alguns artigos nevrálgicos são de sua autoria⁴ — *Certeza Humana*, *Processos Lógicos*, *As três respostas ao Discípulo da Filosofia*, *Variedade*, *Nascimento de O Progresso* e *As Reformas*. Além do conjunto de artigos da revista, examinou-se, ainda, algumas das suas publicações nos jornais e folhetins da época *Diário de Pernambuco*, *A Estrela*, *Diário Novo*, *A Imprensa*, *A Carteira*. (Anexos I-VIII) A relevância em elencar esse material se deve ao fato de trazerem polêmicas travadas entre o pensador pernambucano, intelectuais e políticos da época, o que contribui para uma melhor compreensão do contexto em que se inserem a publicação e a difusão da revista *O Progresso*, seu idealizador e demais redatores.

Com esta pesquisa, procuramos investigar o diagnóstico para os dilemas nacionais realizado pelo periódico. E verificar, em que medida, a filosofia eclética, apregoada por Victor Cousin, pode ser *sentida* como “bússola” de análise e *sustentação* das propostas reformistas.

³ Esta divisão é apresentada pelos próprios editores da revista.

⁴ Vale observar, ainda que, estaremos considerando como base para análise a identificação realizada por Tiago A Lara de alguns importantes artigos da revista *O Progresso*, atribuídos a Antônio Pedro de Figueiredo “Resumindo: estamos de posse desses artigos assinados com a letra O, e que, sem medo, podemos atribuir ao Figueiredo: a) ‘*Certeza Humana*’; b) ‘*Processos Lógicos*’; c) *As três ‘respostas ao Discípulo da Filosofia*’; d) ‘*Reformadores modernos (Jonhann Ronge)*’; e) ‘*Variedade, ou ‘Nascimento de O Progresso*’. Finalmente, muito provavelmente, é também de Figueiredo: f) ‘*as reformas*’”. In: LARA, Tiago A. *As raízes cristãs do pensamento de Antônio Pedro de Figueiredo*. Dissertação de Mestrado em Filosofia, PUC-RJ, setembro de 1976. Aproveitamos, também, para esclarecer e dar os devidos méritos ao autor desta dissertação, que além de ter realizado uma interessante pesquisa, foi extremamente generoso ao colocar em anexo alguns textos de Antônio Pedro de Figueiredo de restrito acesso, material este, que foi de extrema valia para a pesquisa por nós realizada, gesto este que estamos retribuindo a outros futuros pesquisadores re-publicando partes utilizadas desses mesmos anexos.

No primeiro capítulo, será delimitado o cenário histórico-político dos anos 40 do século XIX. Objetivamos, um breve esboço das transformações ocorridas neste período e o debate em torno do movimento praieiro. Alguns estudiosos da *História do Pensamento*, afirmam que os integrantes da revista *O Progresso*, seriam precursores do pensamento socialista no Brasil. Afirmção pautada na participação de autores da linha socialista-utópica nos artigos da revista. Procuramos, ainda, problematizar esta afirmativa.

No segundo capítulo, fez-se o levantamento de alguns dos temas e dilemas presentes na revista *O Progresso*. Objetivamos apresentar e compreender em que medida as discussões em torno do livre pensamento, Estado, formas de governo, colonização, reformas, escravidão, trabalhadores livres, capital, comércio nacional e internacional, propriedade privada, socialismo, sustentam o diagnóstico traçado em função dos problemas da sociedade brasileira.

No terceiro capítulo, procuramos fazer um breve esboço do trânsito e presença do ecletismo no pensamento social brasileiro. Por ser uma doutrina que emergiu no contexto europeu, em especial, francês, fizemos um levantamento e análise das condições históricas dos países que possibilitaram seu desenvolvimento. Vale ressaltar que não objetivamos fazer uma análise do caráter filosófico propriamente dito desta doutrina, e sim, suas consequências políticas e sociais. Com referência ao Brasil, almejamos apenas compreender em que medida os princípios do ecletismo sustentaram as transformações pelas quais passou a sociedade brasileira.

Antes de iniciarmos na análise sobre o Brasil e o periódico, buscamos levantar as questões gerais envolvidas no debate — doutrina eclética, socialismo-utópico, reformas —, bem como apontar os procedimentos de análise. O intuito aqui, foi o de apresentar o importante papel que o jogo político francês exerceu em torno dos interesses de grupos que se formaram neste cenário e sua relação com os brasileiros, sobretudo, com os integrantes da revista *O Progresso*.

I.1. Problematizando o Tema

A filosofia eclética surge nas primeiras décadas do século XIX, mas se torna filosofia oficial, assumindo caráter de *doutrina*, na Monarquia Constitucional de Luis Felipe. De maneira sintética, lembramos que essas idéias viriam ao encontro dos interesses da nova classe em ascensão — a burguesia. Afim de melhor compreender o que levou ao desenvolvimento da doutrina, é necessário, retornar brevemente à história francesa.

O ecletismo surge numa França transformada, rompida com velhas estruturas. O ano de 1789 demarca um novo momento para a sua história, de transformações que se refletiram em outros países, dentre eles, o próprio Brasil. A estrutura, baseada no regime absolutista, deteriorou-se, e uma nova forma de organização social foi instituída. Agora o chefe de estado, o rei Luís XVI, não era mais, como observa Hobsbawn, designado somente pela vontade divina, mas também, subordinado ao Direito Constitucional do Estado. Surgiam novos atores sociais e novas formas de representação política. Porém, como adverte o historiador inglês, não podemos deixar de lembrar que foi um período de lutas sangrentas, depressão econômica e muita miséria, embora o lema do momento fosse “liberdade, fraternidade e igualdade”.⁵

Com a efetivação da Revolução, as práticas e discursos “radicais” acabam dando lugar aos novos tempos que exigiam “moderação, tolerância”, quesitos imprescindíveis ao desenvolvimento e sedimentação do sistema. Para a burguesia, que nesse momento já se comportava de forma diferente daquela presente no período revolucionário, com interesses claramente definidos, não parece importante mudanças radicais e sim, a manutenção de sua *visão de mundo*, que pode ser ilustrada pelo seu apego à idéia de progresso. Assim, nada melhor do que o surgimento de uma doutrina que visasse justamente conciliar, harmonizar, o que haveria de “bom e correto” nos variados “sistemas filosóficos”, fato explicativo de o ecletismo tornar-se a “doutrina oficial” do Estado francês.

⁵ HOBBSAWN, E. J.. *Ecoss da Marselhesa – dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Se, no contexto francês, a doutrina eclética desempenhou este papel, parece-nos que no Brasil, *guardadas as devidas e importantes especificidades*, ela acabou contribuindo também para a conciliação de situações e interesses muitas vezes opostos, como por exemplo, na própria estrutura e organização social da sociedade brasileira oitocentista — caracterizada pelo trabalho escravo e pelo liberalismo. Vale lembrar, ainda que no Brasil como na França imperava, naquele momento, grande medo por parte da elite local de um levante das “classes perigosas” e da possibilidade do surgimento de um processo revolucionário. Muitos autores já observaram que o Movimento Praieiro, considerado o mais liberal dentre as mobilizações do período, refletiria tais preocupações.

A intenção desse trabalho é desenvolver um estudo do pensamento eclético tal como aparece na revista *O Progresso*. Para tanto será necessário recuperarmos as relações entre França e Brasil num momento de transição política particularmente importante para os dois países. A França edificando e acomodando-se às instituições pós-revolucionárias; o Brasil, país de constituição histórica diferenciada, mas necessária à afirmação da centralidade europeia, consolidando a sua independência. E, neste caso, o anacronismo presente entre os dois países, por sua vez, parece ter sido determinante na recepção das idéias francesas pelo pensamento brasileiro no processo de formação de sua nacionalidade.

Vale lembrar ainda que mais precisamente, nosso interesse recai sobre a criação da Revista *O Progresso*, durante o período de 1846 e 1848. O ecletismo, doutrina a ser aqui estudada, que surge nos princípios do século oitocentista na França(1830) e presente na formação social brasileira, parece ser reposta aos discursos e conteúdo da Revista *O Progresso*, bem como no pensamento de Antônio Pedro de Figueiredo.

Para bem desenvolver o trabalho, consideramos de importância fundamental realizar o levantamento e a leitura de uma bibliografia que contemplasse a história político-social do Brasil no período mencionado, cuja finalidade é contextualizar e dimensionar o sentido real e concreto do ecletismo no

país. Para elucidar o tema enveredamos para algumas considerações em torno da França. Foi necessário, igualmente, proceder ao levantamento e à leitura da bibliografia acerca desta doutrina filosófica e seu principal precursor, Victor Cousin, vislumbrando as mudanças ocorridas na particularidade deste enfoque, a partir das condições histórico-sociais específicas da primeira metade do século. Em suma, foi necessário fundamentar aquilo que denominamos como *permanência dos pressupostos ecléticos na formação social brasileira*. Esta abordagem procurou levar em conta as especificidades históricas de cada país. Como este trabalho tem interesse específico na Revista *O Progresso*, foi realizada uma leitura minuciosa, acompanhada da análise do material manuscrito contido nos dois volumes que compõem a revista.

De maneira geral podemos dizer que tanto para a Europa, como para o Brasil, o momento era de grandes “perturbações”, “convulsões” sociais. Na França, mais especificadamente após o movimento revolucionário, instaurou-se a busca da harmonia em nome do progresso. No Brasil, encontra-se a Província de Pernambuco e, de certa forma, as demais que compunham o Brasil, vivenciando, nos anos 40, crises econômicas, políticas e sociais oriundas, em sua maioria, da transição do antigo regime colonial português à autonomia jurídico-política. É claro que a mudança não lembra nem de longe, o movimento revolucionário francês. O medo de uma possível Revolução era maior até mesmo do que as reais condições para a insurgência de um processo revolucionário, o que explica a preocupação e as defesas da necessidade de reformas enquanto sustentáculo e mediação da autonomia da nação. Os idealizadores da Revista *O Progresso*, vivenciando justamente este contexto histórico, irão propor um diagnóstico para os males do Brasil.

Antônio Pedro de Figueiredo, atento aos problemas locais, vai encontrar nos socialistas utópicos Saint Simon, Fourier e Owen, base teórica para uma análise profunda da desigual estrutura social brasileira. Em relação ao seu “viés”

socialista utópico, Amaro Quintas, no *Prefácio* à reedição da revista, indica duas questões que necessariamente deveriam ser levadas em conta.⁶

*“(...) o socialista buscando uma solução para os problemas de então em função dos postulados do socialismo utópico da primeira metade do século passado e o estudo objetivo – o idealista orgânico da classificação do Sr. Oliveira Vianna – preocupado em resolver êsses problemas dentro de um sentido realista, dentro das nossas necessidades. Ou, como disse o Sr. Gilberto Freyre, um socialista em Pernambuco que procurou adaptar ‘às necessidades da região’.”*⁷

São inúmeras as referências e as citações desses socialistas utópicos na revista em questão e, dentre os vários redatores⁸, Antônio Pedro de Figueiredo destaca-se na defesa e propagação desta corrente de pensamento.

Mesmo não explorando a questão do “viés” eclético Amaro Quintas, no já citado *Prefácio* à revista, indica que em *“todo esse acervo intelectual [neste caso o autor refere-se aos jornais da época A Carteira, Imprensa e a Amora Pernambucana], achamos o traço marcante da cultura e do idealismo do Cousin fusco”*.⁹ Demarca-se, assim, dentre outros, um dos objetivos deste trabalho: se são tão presentes as referências a socialistas utópicos e se, a doutrina eclética veio justamente ao encontro dos interesses da burguesia européia, os idealizadores da Revista *O Progresso* parecem-nos demonstrar uma certa ambiguidade, postos pelo socialismo utópico e pelo ecletismo. Para esclarecermos esta questão, ainda que de forma sumária, precisamos apresentar alguns *temas*

⁶ Para uma melhor análise e não correremos o risco de deturpação do conteúdo dos artigos da revista respeitaremos a escrita da época.

⁷ QUINTAS, Amaro. “O Progresso”. Revista Social, Litteraria e Scientifica. *Prefácio*. Recife: Imprensa Oficial, 1950, p. VII.

⁸ Como a grande maioria dos artigos vem assinada por apenas uma letra mostra-se difícil a identificação do autor.

⁹ QUINTAS, Amaro. “O Progresso”. Revista Social, Litteraria e Scientifica. *Prefácio*. Op., Cit., p. VII.

presentes no conteúdo da revista, como o tema do progresso e do desenvolvimento moral e político da sociedade brasileira, dentre outros.

No entendimento dos redatores, prevalece no Brasil, no âmbito político, os interesses individuais, mesquinhos, a busca pelo emprego público regado de ócio e dinheiro fácil, argumentos que viriam justificar a necessidade da criação de um veículo propagandista sem vínculos com as mazelas da política brasileira:

“Mas, se a contemplação das pelejas dos partidos, se rumorejar descompassado e a poeira nauseabunda que elles levantam, nas batalhas que pelejam, é a razão sufficiente para que os homens, que não teem em energico principio d’acção, se recolham ao silencio e se calem, pela nossa parte, era isso razão de mais para nos lançar na arena, e procuramos arvorar, acima das bandeiras dos partidos, com legendas de vinganças e de ira, a nossa bandeira de paz, de organização e de harmonia.”¹⁰

Com base na citação acima, podemos entrever que a revista teria o papel de fazer uma análise acima de qualquer partidarismo e na busca da harmonia, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade brasileira em geral. Propunha-se, obviamente, colocar-se acima dos interesses particulares, defendendo os interesses gerais.

A base para o progresso, por sua vez seria a criação de condições para que o indivíduo, formador do conjunto social, pudesse desenvolver ao máximo suas faculdades na direção do seu bem próprio, bem como do bem da nação. Argumentos os quais parecem-nos remeter a Adam Smith,¹¹ o que não impediria

¹⁰ O *Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Porque se occupa o Progresso com Politica”, pp. 172-173, s/autor.

¹¹ A citação que se segue parece confirmar esta idéia: “Vemos pois que o alvo da atividade humana, que é a satisfação dos desejos iniciaes, emanados das diversas

aos redatores da revista *O Progresso* direcionar críticas ao *laisser-faire* do momento.

A crítica aos entraves para o progresso recaía, sobretudo, no fato da “matéria do trabalho” (podemos aqui entendê-la enquanto os meios de produção) estar circunscrita à pequena parcela da população, transformando a grande maioria em dependentes frente dos que a possuíam:

“Depois da miseria, o fato mais notavel, que resulta desta desigualdade radical e fundamental, é a necessidade a que se acham reduzidos aqueles que não possuem a materia do trabalho, de se collocarem na completa dependencia daquelles que possuem essa segunda condição de toda a riqueza material.”¹²

Parece que a idéia central do grupo de redatores e dirigentes da revista *O Progresso* consistia na criação de um projeto para a constituição das bases para o desenvolvimento de uma “classe média”, sustentáculo do governo representativo. No debate sobre esse processo constitutivo de uma nova classe, base de relações mais democráticas, figura a intenção de definir os atores presentes na sociedade brasileira e os problemas que os envolvem. Note-se que, nessa situação de elaboração de diagnóstico, os redatores referem-se a proprietários e não proprietários, a criados, operários, salários, juro, mas em momento algum, colocam em questão a escravatura, base mantenedora da estrutura social da época. É evidente que não podemos esquecer que se tratava de meados do século XIX, faltando ainda quatro décadas para a abolição. No entanto, o modelo

paixões do indivíduo, encontra a sua mais completa realização na maior liberdade concedida a cada um dos elementos desta mesma atividade, e que a somma possível desta liberdade vai sempre em augmento, do homem no estado social, e emfim ao homem, membro de um dos elementos da humanidade organizada”. In: O Progresso. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Atividade humana”, p. 179.

¹² *O Progresso. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Anarchia social”, Op., Cit., pp. 868-869, s/autor.*

para este diagnóstico estava menos referido à realidade nacional do que às teorias européias.

De maneira geral, as relações econômicas dos povos estariam pautadas em duas divisões. Como evidencia o trecho a seguir extraído do artigo *Anarchia Social* (pp. 870-871), assinado por C. Pecqueur.

“1- Proletarios que emprestam, mediante certa paga, o seu trabalho, isto é, a sua actividade e vontade, aos proprietários.

2- Proprietarios que emprestam a juro a materia aos proletarios do trabalho.”¹³

Esta seria a condição ideal para o progresso da sociedade se não fosse um outro mal que assolava a sociedade brasileira: a falta de controle por parte de órgãos governamentais, propiciando a desleal e arbitrária concorrência que somente beneficiava aqueles que possuíam os bens materiais, contribuindo ainda mais para o crescimento da miséria social.

*“Toda gente comprehende os efeitos anti-sociaes e antieconomicos da concorrencia. Os quadros que à cerca deste assumpto se teem desenhado há annos são conhecidos por todos aqueles que se occupam das questões da miséria e da associação. Mas poucos hão visto, ou se atreverem a confessar que este grande facto da concorrencia não era senão **efeito**, cuja **causa primária** era a appropriação individual e arbitrária dos instrumentos do trabalho.” (grifos do autor)¹⁴*

Segundo C. Pecqueur, o que prevalece com a concorrência desenfreada, sem nenhum controle, é o descompasso entre produção e necessidade,

¹³ O *Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Anarchia social”, Op., Cit., pp. 870-871, assinado por C. Pecqueur.

desenvolvendo uma sociedade baseada em relações capitalistas sem controle, a partir das quais os proprietários produzem o que querem e da forma como querem, deixando de se preocupar com sentimentos de justiça social, solidariedade, etc. para com os detentoras apenas da força de trabalho.¹⁵

Aqui mais uma vez fica em evidência, na ótica da revista, a idéia de que liberdade e ordem andam juntas. Se não houver respeito por cada uma dessas partes, quer dizer, por parte daqueles que defendem a liberdade em relação àqueles que defendem a ordem e vice-versa, dificilmente chegar-se-á a algum resultado satisfatório, sem “desordem e anarquias”. Caso isso ocorra, quem sairá perdendo será o conjunto da sociedade, em especial, os marginalizados, o que, de certa maneira, explica a necessidade da política enquanto reguladora. Neste caso, o regime representativo toma importância relevante na busca de melhorias para o povo. No entanto, para que este projeto tenha sucesso, deve-se voltar para a economia e desenvolvimento industrial afim de se elevar o progresso e o bem estar social.

Ora, como conciliar ideais socialistas utópicos com desenvolvimento industrial baseado em relações capitalistas e pautadas num regime monárquico constitucional? Vale lembrar que, esta forma de governo que elimina o absolutismo e evita os “excessos” de liberdade, era adotada pelos defensores e propagadores da doutrina eclética. Aqui nos parece que se instaura a ambiguidade de que já falamos por parte dos redatores da revista *O Progresso*: ao mesmo tempo em que tecem críticas à concentração dos bens materiais, acirrando ainda mais a miséria social, não as fazem ao “sistema liberal” em desenvolvimento, defendendo no máximo, reformas:

“(...) Já expirou a guerra; e o seu seculo, escondeu-o a noite dos tempos. Em verdade, que há ahi que ainda se

¹⁴ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientific. Artigo “Anarchia social”, Op., Cit., pp. 872-872, assinado por C. Pecqueur.

¹⁵ Apoiado nos estudos de Caio Prado Júnior aprofundaremos a questão do descompasso na formação da economia nacional no item *Liberalismo ambíguo*.

lembra hoje de guerra como principio politico? – alguns loucos ou alguns soldados ambiciosos! Não; a paz é decididamente o voto do seculo XIX; o arado e o tear despedaçaram a espada, o vapor substituiu, como força motora, na machina de pulmões de ferro que trabalha para a felicidade dos homens, a polvora que outr’ora abalava machinas de bronze para os destruir aos milhares; as velhas barreiras nacionais, desmoronam-se, e o caminho de ferro que as despedaça ao passar por cima dellas, annulla o espaço e confunde povos que ao encontrar-se ficam sorprendidos de ver hoje mudarem-se em sympathia de hontem. É esta politica radiosa de progresso pacifico que queremos instaurar entre nós, e que será a legenda da nossa bandeira.”¹⁶

A crítica ao industrialismo moderno enquanto fomentador da miséria das massas e a defesa do progresso material pautada no regime representativo garantidor da “liberdade e da ordem” formam a base para o desenvolvimento moral e social da sociedade brasileira.

A citação acima sintetiza os anseios da burguesia oitocentista e sustenta a hipótese aqui levantada: o liberalismo, precisando sedimentar-se enquanto sistema hegemônico, necessitava reconstruir uma “nova sociedade”, na qual o progresso só se efetivaria se tivesse “ordem”, “moderação”, “harmonia” etc. A outra face deste liberalismo seria justamente esta nova doutrina que legitimaria a

¹⁶ O *Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Exposição de princípios”, Op., Cit., p. 8.

idéia da necessidade da conciliação enquanto pressuposto para o progresso.¹⁷ Os redatores da revista *O Progresso*, por sua vez, parece-nos que “compraram” a idéia. Além disso, temos um outro problema: o “ecletismo brasileiro”, presente na revista, sugere estar *deslocado* em relação aos ditames da realidade brasileira, como, por exemplo, na discussão dos redatores em torno das condições do proletariado num país como o Brasil, que ainda se sustentava no trabalho escravo. Tal preocupação se faz necessária, em especial, para melhor discutirmos a seguinte questão: trata-se de uma situação “isolada” por parte do(s) articulista(s) da revista *O Progresso* e/ou do próprio contexto em que estão inseridos?

São vários os motivos que *justificam* o desenvolvimento deste trabalho, dentre eles, vale destacar o “viés” eclético no conteúdo da Revista *O Progresso* e do pensamento de Antônio Pedro Figueiredo e em que medida a doutrina (eclética), incorporada nos embates em torno do desenvolvimento do Brasil enquanto nação, antecipou a discussão em torno da tese “ordem e progresso”, propiciando a prática do *plus large libéralisme*,¹⁸ ou o aqui denominado *liberalismo ambíguo*.¹⁹

Outra justificativa para o desenvolvimento para deste trabalho é minimizar a falta de atenção por parte da intelectualidade brasileira à figura de Antônio Pedro de Figueiredo, integrante de um período histórico fundamental para a formação do pensamento social brasileiro.

¹⁷ Cf. Maria O. PINASSI em recente trabalho, *Os brasileiros e o Instituto Histórico de Paris – Um episódio no trânsito das idéias entre Brasil e França (1834-1856)*. São Paulo, 1999, (mimeo), analisa esta relação entre liberalismo e ecletismo: “Por ora, adianta-se tão somente que a consolidação da Independência brasileira e, acima de tudo, as formas premidas pelas suas condições de país de extração colonial, confirma a sua ‘nacionalidade quimérica’, uma nacionalidade que colhe os frutos das tensões que, na Europa, resultam numa subversão do liberalismo pautado, então, em teorias pacifistas (senão repressoras). Daí, então, algumas das características reflexas do IHP, sobretudo o ecletismo que, na sua incidência sobre o pensamento brasileiro, podem ter reforçado o caráter moderado da nossa específica forma-de-ser-capitalista” (p.48).

¹⁸ Cf. JANET, P. *La crise philosophique*. Paris: Dictionnaire Le Robert, 1997 e PINASSI, M. O. “Os brasileiros e o Instituto Histórico de Pars... Op., Cit.

¹⁹ No item *Socialismo utópico e ecletismo na Revista O Progresso e no pensamento de Antônio Pedro de Figueiredo* desenvolvemos com mais atenção esta ambiguidade e uma revisão da literatura que explorou apenas o “viés” socialista utópico.

II. O Cenário Histórico-Político: A Revista *O Progresso* e sua Relação com as Transformações dos Anos 40 do Século XIX

Os acontecimentos ocorridos durante a insurreição nordestina de 1817 estão atrelados a um período caracterizado pela depressão econômica, especialmente, em relação aos baixos preços das exportações. As províncias da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão, são exemplos deste contexto.²⁰ Esses problemas enfrentados pelos insurretos nordestinos de 1817 espelham, por sua vez, um momento de transição do antigo sistema colonial. Podemos dizer, de certa maneira, que as “rebeliões” ocorridas na primeira metade do século XIX travaram, com intensidade diferenciada e interesses específicos de cada região, os embates da transição do antigo sistema colonial português, o que sugere sua relação com um contexto mais amplo: Portugal, buscando manter seu domínio colonial; a Inglaterra, de certa maneira, a Europa em seu conjunto, afirmando seus interesses e sua hegemonia; e o Brasil, representado por aqueles que não acreditavam e/ou não tinham nenhum interesse pelo sistema vigente, lutando pela sua ruptura.

*“Assim, dentro dos quadros do nascente imperialismo inglês ligado à Revolução Industrial, é que se pode compreender a dinâmica dos dois movimentos [Insurreição Nordestina de 1817 e a Confederação do Equador 1824] insurrecionais.”*²¹

Também não podemos esquecer o peso da Restauração de 1815 e da Revolução Portuguesa de 1820 sobre os conflitos no Nordeste; aliás, a atuação da

²⁰ “A segunda década do século assistiu à entrada no processo recessivo (anos-base:1812/1815). As cotações do açúcar brasileiro na Bolsa de Amsterdã, bem como o preço do algodão, passaram a registrar tal ocorrência, em termos globais; e, em particular, os preços do algodão e do açúcar nordestino indicavam a natureza da crise enfrentada pela ampla região polarizada por Recife”. Cf. MOTA, Carlos G. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectivas, 1972, p. 14.

²¹ MOTA, Carlos G. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectivas, 1972, p. 18.

política externa da Europa junto às colônias foi marcada por um caráter ambíguo. Ilustra o fato a própria Revolução Portuguesa de 1820. Se, de um lado, Portugal buscava manter seu domínio junto à colônia, de outro, cedia aos “ventos liberais” que vinham dos outros países europeus.

“Na verdade, após a crise do antigo sistema colonial português, o processo social e ideológico de descolonização prosseguiu para além da emancipação política de 1822.”²²

Dentro deste quadro podemos inserir a própria formação do Estado Nacional brasileiro que, ao mesmo tempo que reprimia todo e qualquer tipo de movimento de cunho liberal, buscava eliminar os obstáculos para a manutenção das principais bases da antiga estrutura social — a grande lavoura e o trabalho escravo. Podemos apontar, como ilustração, a repressão à Insurreição Nordestina de 1817 e à Confederação do Equador de 1824, dentre outros movimentos insurretos desse período. Porém, esses ideais liberais seriam ainda sentidos três décadas depois, como, por exemplo, no movimento praieiro. Este movimento gira em torno do período compreendido entre 1842 e 1849, momento de consolidação do Segundo Reinado brasileiro.

Segundo Izabel A. Marson, um dos motivos instigadores para o início do movimento praieiro foi a “cisão interna” do então Partido Liberal da província pernambucana de 1842, fato que também acabou demarcando o surgimento do Partido Nacional de Pernambuco ou Partido da Praia. O Partido Praieiro congregava em seu quadro sobretudo aqueles que mais sofriam com a crise econômica emergida em torno do fim do antigo sistema colonial. Eram senhores de engenho e seus dependentes, “profissionais liberais”, parte de pequenos proprietários e assalariados urbanos. Porém, adverte a autora, embora o Partido Praieiro contasse com participação daqueles primeiro, ou seja, os senhores de engenho, os outros segmentos, “profissionais liberais”, parte de pequenos

²² MOTA, Carlos G. “Prefácio”. In MARSON, Izabel A. *O movimento praieiro...* Op. cit.

proprietários e assalariados urbanos, logo perceberam que a ligação com o partido dos senhores de engenho possuía limites à ação, pois apoiava-se em interesses díspares. O partido conservador abrangia a ala mais tradicional dos senhores de engenho, de escravos e de grandes extensões de terras em Pernambuco. Destacam-se, entre esses, os Rego Barros e os Cavalcanti. Além destes, existiam também os liberais que discordavam das defesas e atuações dos praieiros.

Vale lembrar, ainda, que o movimento praieiro estava inserido em um contexto maior: a consolidação do capitalismo industrial e do próprio liberalismo.

O avanço e desenvolvimento da indústria, sobretudo na Inglaterra, exigiam mudanças nas relações com as colônias e sobremaneira, na própria estrutura social. A província de Pernambuco sofria de perto essas transformações que ocorriam na Europa. A nova ordem do capital, aqui representada pela atuação inglesa, postulava “novos tempos” — o fim da escravidão, fato este que atingiria enormemente os grupos dominantes da província pernambucana, bem como das demais províncias, demarcando uma situação ambígua: ao mesmo tempo em que a Europa, em decorrência do desenvolvimento do capitalismo, sofria um aumento do mercado consumidor, exigindo maiores esforços das colônias, apregoava-se o fim do escravismo, o que traria sérios problemas à produção dos países ex-coloniais e ao seu próprio sistema representativo. Precisamos relativizar esta idéia de ambiguidade, pois não podemos esquecer a razão pela qual a Europa apregoava o fim da escravidão e o incentivo ao desenvolvimento do trabalho assalariado, que seria, neste caso, mais adequado para os novos tempos.

Vale esboçar algumas interpretações dadas ao movimento praieiro. Segundo Izabel A. Marson podemos identificar dois momentos de leituras sobre o referido movimento: 1) aquele realizado pelos historiadores contemporâneos ao próprio movimento e 2) aquele realizado pelos historiadores não contemporâneo que, ao fazerem uma “revisão” do movimento, não deixam de incorporar os temas e debates do momento presente.

O movimento praieiro fez parte de um conjunto maior de acontecimentos, dando-lhe caráter de “processo revolucionário”, o que, de certa maneira, explica a

atenção por parte dos historiadores que se identificavam e buscavam, na trajetória brasileira, momentos de levantes contestatórios da ordem estabelecida. Confirma a ocorrência o próprio Antônio Pedro de Figueiredo, que foi divulgador e defensor de um certo “socialismo utópico”. Vejamos as respectivas interpretações:

Primeiramente aquela realizada pelos situacionistas guabirus. Destacam-se, entre estes, os trabalhos *Chronica da Rebelião Praieira*, de Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, que objetivou fazer uma leitura crítica àquela realizada por Urbano Sabino²³ e *Um estadista do Império*, de Joaquim Nabuco, que interpretando a visão de seu pai, José Tomás Nabuco de Araújo Jr., reafirma a “periculosidade do movimento” e sua “ameaça à propriedade”. Não podemos esquecer que esses autores citados são opositores do movimento praieiro, justificando, de certa forma, suas posições e defesas.

Entre a interpretação dos praieiros destaca-se o trabalho *Apreciação da Revolta Praieira*, do deputado e jornalista Urbano Sabino Pessoa de Melo. Ele defendia com entusiasmo e convicção o movimento praieiro, favorável até mesmo ao uso de armas. Sua argumentação perpassava, em acordo com Jerônimo M. Figueira de Melo e José T. Nabuco de Araújo Jr., pela “*crítica de teor moral aos representantes do poder*”. Designações como “homens sem caráter”, “sem fortuna” eram correntes em seu discurso.

Já numa segunda fase, marcada pelas comemorações do centenário do movimento praieiro e pela revisão das “leituras” realizadas pelos historiadores não contemporâneos, destacam-se os trabalhos *O sentido social da revolução Praieira*, de Amaro Quintas, *A insurreição praieira (1848-1849)*, de Edison Carneiro e *A Revolução Praieira*, conferência realizada no Instituto Histórico Brasileiro, por Barbosa Lima Sobrinho.

Ainda segundo Izabel A. Marson, para Amaro Quintas, considerado um dos especialistas e pioneiro no destaque de “personagens e atores sociais” que passaram despercebidos pela até então historiografia, o movimento praieiro foi

²³ Urbano Sabino Pessoa de Melo foi contundente na crítica à exacerbada repressão, por parte do situacionista Jerônimo M. Figueira de Melo, ao movimento praieiro.

importante, em especial, pelo seu “caráter revolucionário” de aspiração socialista. Assim a autora se refere à interpretação realizada por Amaro Quintas:

“Resumindo suas conclusões, a Praieira é explicada como um movimento revolucionário, um movimento significativo de um conflito de classes sociais antagônicas, que propunha profundas reformas sociais correspondentes às aspirações da ‘massa popular’.”²⁴

Amaro Quintas faz uma contundente defesa de que o “sentido social da Revolução Praieira” se deve à grande presença do povo nos acontecimentos resultantes da Praieira, configurando-se, dessa forma, em claro antagonismo de interesses entre “povo” e aristocracia rural. Neste caso, para Amaro Quintas, o representante do “povo pernambucano” seria o Partido Praieiro, que soube muito bem, durante seu governo, defender a eliminação dos entraves para o desenvolvimento e progresso da província:

“A participação popular no movimento é grande. Qualquer autor que abrimos, ou qualquer jornal que folhearmos, fornecem dados comprobatórios desta tese. A administração de Chichorro da Gama tinha contribuído, grandemente, para o fortalecimento do partido praieiro e para o incentivo às pretensões das massa. A atitude enérgica do presidente da Província, pondo-se, declaradamente, ao lado dos cavalgados, desmoralizando a ‘feudalidade’ territorial, representada nos Cavalcantis e castigando, com sua polícia, os desmandos e crimes dos partidários do barão, trouxe-lhe o apoio completo dos elementos populares, dos ‘membros dos clubes dos mulambos’, na expressão irônica d’O Lidador.”²⁵

²⁴ MARSON, Izabel A. *O movimento praieiro...* Op. Cit., pp. 19/20.

²⁵ QUINTAS, Amaro. *O sentido social da revolução Praieira*. Recife: Ed. Massangana, 1982, p.56.

Em linhas gerais, com avanços e recuos, o movimento praieiro foi, na interpretação desse historiador, uma revolução de caráter popular: a “Praia do Povo” contra seus inimigos, os Cavalcanti, representantes do que havia de mais conservador na Província Pernambucana.

O trabalho de Edison Carneiro é marcado pela preocupação em apresentar os fatos propriamente ditos, ocorridos no desenvolvimento da insurreição praieira. Versão que, de certo modo, difere daquela realizada por Amaro Quintas, que privilegiou as “idéias” contidas na luta política. Edison Carneiro procurou, sobretudo, realçar o caráter de conflito de classes vigentes entre os grupos sociais constituintes da sociedade brasileira: de um lado, os proprietários de grandes extensões de terras, de engenhos e de escravos e, de outro, a camada urbana. Não se pode deixar de lembrar que, embora a categoria “classe” seja aqui utilizada, deve-se relativizar, como o próprio autor faz, uma vez que o movimento ao qual nos referimos se tratou de uma insurreição e não de uma revolução, com organização e projeto político típicos de um processo revolucionário.

Por último, Barbosa Lima Sobrinho, crítico da análise de Amaro Quintas, vai questionar a tese de que se tratou de um “movimento revolucionário”. Pode-se dizer que sua crítica aos autores dirigiu-se à forma de análise do movimento que, no seu entendimento, dependendo da maneira como se realizou, pôde chegar a resultados “distorcidos”. Isto se dá no momento da análise em que, em vez de se concentrar na “formação e a atitude de classes”, preocupam-se apenas com o discurso, com as idéias. Embora reconhecesse o caráter contestatório do movimento praieiro, para Barbosa Lima Sobrinho, ele não passou de *“uma atitude de caudilhos praieiros em prol de sua autonomia”*.

Este período foi marcado por grandes acontecimentos políticos e sociais, com destaque para as províncias do nordeste. Em linhas gerais, pode-se dizer que, devido ao descontentamento, agravado sobremaneira pela concentração de poder material e político nas mãos de poucos, o cenário pernambucano tornou-se uma região com propensões à absorção de idéias que contribuíssem na direção de reformas sociais. Pode-se dizer, até mesmo, que este desejo não era expresso

apenas pela massa marginalizada, mas, também, por uma parcela da elite intelectual que, já nesse momento, vislumbrava, muitas vezes influenciada pelos acontecimentos europeus, uma sociedade mais justa e harmoniosa. Os redatores da revista *O Progresso* são exemplares enquanto defensores de *reformas* e de um certo *socialismo utópico*, embora possamos questioná-lo, uma vez que o aliavam aos princípios ecléticos, doutrina extremamente vinculada aos interesses da burguesia européia, portanto, contrária a qualquer forma de organização social de princípios realmente e (não só formalmente) igualitários. Destaca-se aí, uma ambiguidade por parte dos redatores da revista *O Progresso*, em especial, de Antônio Pedro de Figueiredo, como pretendemos demonstrar nos itens seguintes.

II.1. A Presença do Eclétismo nas Transformações Sociais, Econômicas e Políticas no Período dos Anos 40 do Século XIX no Brasil

Fizemos um breve esboço do contexto histórico, social e político brasileiro regencial e imperial, dando ênfase maior aos acontecimentos em torno das “insurreições”, em especial ao movimento praieiro, que marcaram a transição e a ruptura com o antigo regime colonial. Isto se fez necessário devido a sua relação com os redatores, bem como com os próprios motivos que levaram a criação da Revista *O Progresso*. Este percurso também será realizado no capítulo IV *O Trânsito do eclétismo no Brasil: linhas gerais* (p. 85), como forma de se apreender quais seriam as transformações ocorridas no contexto europeu que possibilitariam o desenvolvimento da doutrina eclética, enfatizando sobremaneira sua estreita relação de interesses e necessidades com a burguesia européia em fase de sedimentação dos seus valores. Neste caso, a figura de Victor Cousin, enquanto precursor desta doutrina, deverá ser apontada.

Tudo leva a crer, mediante os estudos realizados, que podemos falar da presença do eclétismo nas propostas de transformações sociais, econômicas e políticas no período dos anos 40 do século XIX, não só pelo fato de Antônio Pedro de Figueiredo ter traduzido, em 1843, o livro *Histoire de la philosophie* de Victor

Cousin, mas também, pela aceitação que a doutrina eclética adquiriu em boa parte da intelectualidade brasileira daquele momento. É com este intuito que a Revista *O Progresso* será aqui entendida, ou seja, enquanto uma “porta de entrada” para se discutir a presença do ecletismo no Brasil oitocentista.

Parece-nos que, se os pressupostos ecléticos não estão presentes em sua plenitude no discurso e defesa dos redatores da revista *O Progresso*, pelo menos, no âmbito político, “funcionam” como “guia de análise” da conjuntura política brasileira.

Antes, porém, se faz necessária uma apresentação do surgimento da Revista *O Progresso*, bem como de seu criador e um dos principais redatores, o *Cousin Fusco*, Antônio Pedro Figueiredo.

II.2. Antônio Pedro de Figueiredo: O “Cousin fusco”

Gilberto Freyre foi o primeiro a despertar o interesse da intelectualidade brasileira para a originalidade e importância da figura de Antônio Pedro de Figueiredo. Já em seus trabalhos *Nordeste* e *Um Engenheiro Francês no Brasil*, o sociólogo pernambucano chamava a atenção para a visão eclética do idealizador da Revista *O Progresso*.

Nascido em Iguarassu, no ano de 1814, e falecido em 23 de agosto de 1859, a trajetória pessoal e intelectual do mulato Antônio Pedro de Figueiredo foi marcada, desde sua infância, por obstáculos e discriminações.

Amaro Quintas, historiador que acampou as sugestões de Gilberto Freyre, organizou uma reedição da Revista *O Progresso* como parte das comemorações do centenário do movimento praieiro, e fez um levantamento da vida de Antônio Pedro de Figueiredo. Em relação à forma pela qual era concebida a presença de um mulato no mundo da elite intelectual brasileira, o historiador, através de outros jornais da época, diz-nos o seguinte:

“Falam os jornalecos da época em um pardo Basílio como seu pai. É o que diz O Volcão de 30 de agosto de 1847: (...) o ridículo Cousin fusco, filho do padre Bazílio lá de Iguarassú, onde sempre viveo de limpar a estribaria do pai, e de pescar os seus ciriz e bodeões.”²⁶

Essa desqualificação de cunho discriminatório explícita, na verdade, questões políticas, sobretudo devido ao fato de Antônio Pedro de Figueiredo ter sido um crítico feroz da desigual estrutura social brasileira. Segundo Elide Rugai Bastos, isso se deu porque ao não assumir o “papel” de ex-escravo, executando os trabalhos relegados a integrantes deste grupo social, Antônio Pedro de Figueiredo acabou rompendo com o “pacto” que preservava a “ordem”.

“Em outros termos, ao colocar a questão da concentração fundiária e apontar saídas políticas ao problema, Figueiredo teria rompido aquele pacto fundado na aceitação, pelos negros e mulatos da humildade, obediência e fidelidade como base das relações sociais. E isto justificaria os ataques à sua pessoa a partir da desqualificação de sua condição racial.”²⁷

A iniciativa da criação da revista se deu em decorrência do próprio ambiente político do momento. Porém, seus próprios idealizadores ansiavam por um periódico que não se dirigisse apenas a ideais partidaristas, mas também, que manifestasse vocação para a defesa do povo e que fosse difusor da compreensão dos direitos e deveres, comprometido, acima de tudo, com “a causa da humanidade, a do povo que geme, paga e se cala.” Essa idéia relatada no prefácio de Amaro Quintas é do próprio Antônio Pedro de Figueiredo que, para esclarecer como surgiu a criação da revista sem “vinculação partidária”, cria um diálogo fictício entre quatro amigos, todos identificados pelas letras iniciais do

²⁶ QUINTAS, Amaro. “O Progresso”. Revista Social, Litteraria e Scientifica. *Prefácio*. Op., Cit., p. IV.

alfabeto (A, B, C, e D), que enquanto caminhavam pelas ruas do Recife, discutindo a situação caótica da imprensa, considerada por eles de “baixo nível”.

Vale lembrar aqui, como forma ilustrativa do quanto esta questão da má qualidade da imprensa era importante, a discussão travada entre Antônio Pedro de Figueiredo e o Dr. Pedro Autran da M. Albuquerque, professor da faculdade de Olinda. A polêmica iniciou-se quando o professor de Direito escreveu, no jornal *A União*, um artigo em que rebatia as idéias socialistas de Moraes Sarmiento discursadas na Assembléia Geral, dizendo que o “*socialismo cifra-se na comunhão das mulheres e dos bens.*” Antônio Pedro de Figueiredo, não concordando com essa leitura, desqualificadora, passa a escrever no *Diário de Pernambuco* e, logo em seguida, no folhetim *A Imprensa*, o que entendia por socialismo.²⁸

A partir de suas manifestações sobre o socialismo, Antônio Pedro de Figueiredo passou a ser “acusado”, em 5 de janeiro de 1857, pelos redatores do jornal *O Liberal Pernambucano*, de republicano, socialista e inimigo da monarquia representativa.

Como vemos, durante o período regencial e imperial, a imprensa local, sobretudo os jornais e periódicos, muitas vezes de curto espaço e tiragens limitadas, mantinham uma relação muito forte com o debate político, influenciando e, às vezes, até mesmo ditando temas e dilemas a serem discutidos pela sociedade como um todo. Aliás, muitos desses jornais eram usados pelos políticos locais para travarem disputas com seus inimigos. A Revista *O Progresso*, aqui representada especialmente pelo seu idealizador Antônio Pedro de Figueiredo, é exemplar neste aspecto. Podemos observar, nos vários artigos que compõem os dois únicos volumes, discussões e debates que estavam na “ordem do dia” sobre a província pernambucana, sobre o Império e até mesmo sobre grandes questões circunscritas ao cenário europeu. Citamos, a título de exemplo, as várias

²⁷ BASTOS, Elide R. “150 anos de um debate sobre a reforma agrária”. In *Revista Cadernos AEL – Conflitos no campo*, IFCH-UNICAMP, 1997, n° 7, p. 135.

²⁸ Desenvolvemos essa polêmica com mais detalhes no item III.5.1, *Da polêmica com Pedro Autran da M. Albuquerque*.

referências na revista em torno da *Revolução Parisiense de 1848*, bem como outros assuntos políticos, com atenção especial às “normas modernas” do comércio internacional. Dito de outra maneira, os redatores da revista *O Progresso* demonstravam em seus artigos familiaridade e grande atenção para os assuntos internacionais que poderiam, de uma forma ou de outra, orientar a análise dos problemas referentes ao Brasil.

No âmbito internacional, a questão que sobressai em relação às demais é aquela que gira em torno da idéia de Revolução e/ou Reforma, o que justifica a atenção dada à França.

“O alvo e a moralidade da revolução franceza estão resumidos no princípio do direito ao trabalho, e tem como consequencia e inevitável a passagem da civilização para o garantismo. (...) Quanto às nações vizinhas, já estamos presenciando quão poderoso há sido o exemplo de Paris. Em todas as capitaes da Europa já apareceu a insurreição.”²⁹

Vale lembrar que essa idéia, necessidade ou não da Revolução, será um tema muito debatido pela doutrina eclética. Veremos, no capítulo IV *O Trânsito do ecletismo no Brasil: linhas gerais* (p. 85), o quanto esse dilema faz parte do ecletismo, podendo, de certa maneira, ser considerada a grande questão que norteia a doutrina desenvolvida e apregoada pelo filósofo francês Victor Cousin. Isto se dá, como veremos, devido à discussão em torno da forma ideal de governo — Monarquia Constitucional, idéia esta que será também defendida por Antônio Pedro de Figueiredo.

Em relação à *posição ideológica* do pensador pernambucano, Amaro Quintas observa que o *Cousin fusco*, atento à movimentação política que rondava a província, procurava, mesmo filiado ao jornal *Diário Novo*, considerado oposição ao governo liberal, defender sua convicção ideológica. Diz-nos o historiador:

“O velho jornal pernambucano, ligado por completo ao Partido Guabiru, estava sendo ludibriado habilmente pelo sagaz Cousin fusco que se aproveitava do ensejo para enaltecer um movimento tão ligado à sua concepção ideológica, embora isso desgastasse os ‘vários negociantes’ desta praça.”³⁰

Sendo verossímil a vinculação de Antônio Pedro de Figueiredo com o movimento praieiro, precisamos relativizar um pouco esta defesa de Amaro Quintas, pois não se pode esquecer que o mecenas do *Cousin fusco* era justamente um dos principais representantes e articuladores do Partido Conservador, o barão Boa-Vista.³¹

Talvez a vontade do historiador em encontrar um autêntico precursor socialista brasileiro tenha sido peça fundamental para sua argumentação. Vejamos um outro momento de sua enfática defesa:

“E não se venha a documentar com o fato do Cousin fusco ter sido amigo do barão Boa-Vista e do seu partido. As suas idéias a sua crítica severa ao latifúndio, a sua preocupação em minorar o desajustamento social existente aqui, a sua constante atenção ao proletariado rural, a sua análise social segura e contundente, fazem-no um preparador ideológico do terreno revolucionário.”³²

Este esclarecimento se faz necessário sobretudo para depois apontarmos que a vinculação de Antônio Pedro de Figueiredo com os ideais socialistas possui

²⁹ O *Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op. Cit., artigo “Revista Política Exterior”, p. 827, assinado por R. R.

³⁰ QUINTAS, Amaro. *O sentido social...* Op. Cit., p. 150.

³¹ Francisco do Rego Barros, conhecido como Barão da Boa Vista, foi representante atuante do partido conservador e governou a província de Pernambuco entre os anos 1837 e 1844.

³² QUINTAS, Amaro. *O sentido social...* Op. Cit., p. 154.

limites, em especial se levarmos em consideração a presença dos princípios da doutrina eclética no pensamento do *Cousin fusco*.

II.2.1. Socialismo utópico e ecletismo na Revista *O Progresso* e no pensamento de Antônio Pedro de Figueiredo

É recorrente, na literatura em torno dos acontecimentos ocorridos durante as primeiras décadas do século XIX, a indicação de que tivemos, nesse período, o início de uma formação, em uma parcela da intelectualidade brasileira, de um pensamento de cunho socialista. Ilustram, essa posição, com abordagens e graus diferenciados, os trabalhos de Vamireh Chacon, *História das idéias socialistas no Brasil* (1965), Paulo Mercadante, *A consciência conservadora no Brasil* (1965), Antônio Paim, *História das idéias da filosofia no Brasil* (1967), Izabel A. Marson, *O Império do progresso — a Revolução Praieira* (1987) e Denis A. de M. Bernardes, *Economia, civilização e progresso* (1998).³³

Nessas leituras, a revista *O Progresso* e o próprio Antônio Pedro de Figueiredo, ganham lugar de destaque enquanto precursores de idéias socialistas no Brasil. O problema decorrente desta abordagem se dá no momento em que se privilegia esse “viés” socialista, sem levar em conta a presença do ecletismo, tanto no conteúdo da revista, quanto no pensamento de Antônio Pedro de Figueiredo. Esses estudiosos além de não focalizarem esta presença, ficando apenas circunscritos à referência ao *Cousin fusco* brasileiro, não questionam em momento algum a concomitância de socialismo utópico e doutrina eclética.³⁴

Por outro lado, é até compreensível que os autores explorem apenas o “viés” socialista presente na revista *O Progresso*, pois referências desta corrente são encontradas em vários momentos nos diversos artigos que compõem os dois volumes. Autores como Proudhon, Saint Simon, Fourier e o inglês Owen

³³ Este último trata-se, na verdade, apenas de um artigo publicado na Revista *Idéias*, IFCH-UNICAMP, ano 5, nº, jan./junh. De 1998.

³⁴ Precisamos relativizar um pouco esta afirmação, em especial, se considerarmos que o socialismo utópico apregoado por Saint Simon é totalmente baseado no progresso industrial. Cf. BUBER, Martin. *O socialismo utópico*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986.

constituem a “base teórica” do socialismo utópico presente. Antônio Pedro de Figueiredo se destaca em relação aos demais redatores na defesa desse socialismo, como sugere a citação que se segue, e na crítica aos seus adversários políticos que o acusavam de traidor da monarquia representativa.

“A doutrina de S. Simon, que, ha alguns annos vivamente excitará a attenção publica em França, ha estes assemelham-se antes a uma seita de sonhadores insensatos³⁵ do que a uma escola científica; mas a doutrina primitiva de S. Simon não deve ser responsável pelas monstruosidades nascidas no cérebro de alguns dos seus discípulos, em todo o caso, merece uma discussão científica, e os leitores que se acham dispostos a seguir esta discussão se convencerão de que, de envolta com muitas idéias errôneas, contém ella excellentes germes de bem e verdade.”³⁶

Amaro Quintas aponta outros autores além de Antônio Pedro de Figueiredo como precursores de idéias socialistas no Brasil, dentre eles, Borges da Fonseca, Abreu e Lima, Inácio Bento de Loyola e Afonso de Albuquerque Melo.³⁷

Uma explicação para este profícuo contato com a literatura estrangeira, sobretudo a francesa, se deve à presença, entre os redatores da revista, do

³⁵ Parece-nos, neste trecho, que Antonio Pedro de Figueiredo está polemizando com aqueles que radicalizaram as palavras de ordem rumo à 1848.

³⁶ O *Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Variedade”. Op. Cit., p.541.

³⁷ Esses nomes configuram-se em personalidades importantes em torno da movimentação política praieira. Além de participarem da ação efetivamente, como por exemplo, Abreu e Lima, conhecido como ‘general das massas’, travavam lutas políticas, ideológicas, através dos efêmeros jornais, folhetins da época. Afonso de A. Melo escrevia nos jornais ‘A Reforma’, ‘A Mentira’, ‘A Verdade’; Inácio Bento de Loyola, ‘A Voz do Brasil’; Borges da Fonseca, ‘O Nazareno’ e Abreu e Lima, além de atuar no ‘Diário Novo’, escrevia, também, no ‘A Barca de São Pedro’. Cf. CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975, pp. 226-267 e QUINTAS, Amaro. *O sentido social...* Op. Cit., p. 154.

engenheiro francês Louis Vauthier, figura eminente em Pernambuco, responsável também por vários artigos.

Como vimos na primeira parte do capítulo II (p. 31), o contexto social e político da província pernambucana estava marcado pelo início de uma “convulsão social”, cujo pano de fundo era a nova conjuntura e o desenvolvimento do capitalismo, bem como do liberalismo, que traziam à intelectualidade brasileira novos dilemas a serem resolvidos. É dentro desse quadro que se insere o projeto da Revista *O Progresso*, a saber, *um veículo que assumiria o papel de pensar e propor saídas para o desenvolvimento social e moral brasileiro sem partidanismos*.

Se o pano de fundo das disputas entre praieiros e guabirus era a crise econômica e social pela qual passava a província de Pernambuco, os redatores da revista se viam no dever de apresentar soluções para este impasse. Será com este intuito, por exemplo, que Antônio Pedro de Figueiredo elaborará um diagnóstico para os males que afligiam a província pernambucana, bem como o Brasil em geral. Seguindo essas orientações, chegará à conclusão de que um dos nossos grandes problemas estava na própria estrutura social, sendo mais claro, na desigual concentração de terra. Por isso, sua principal crítica se dirigirá aos senhores rurais. Entendia que o desenvolvimento moral e social do país só se efetivaria se criássemos condições para que um maior número possível de pessoas tivesse acesso à propriedade territorial, criando, assim, mecanismos reais para o surgimento de uma “classe média”.³⁸

A solução seria a criação de um projeto-lei que visasse à cobrança de um imposto territorial. Se fosse aprovado, eliminaria “naturalmente” a concentração de terras improdutivas, uma vez que o mesmo seria cobrado de acordo com a produção para cada “100 braças quadradas de superfície”. Feito isso, “(...) os proprietários em breve se verão obrigados a vendê-las ao povo: e os moradores actuaes, que, por anchronismo singular, teem tantos pontos de simillhança com os servos da meia-idade, se acharão transformados em pequenos proprietários”,

³⁸ Alguns autores, como por exemplo, Vamireh Chacon, observa que somente esta idéia de Antônio Pedro de Figueiredo já o colocaria na “galeria” dos socialistas brasileiros. Cf. sua obra *História das idéias socialistas no Brasil...* Op. Cit., p. 124.

³⁹contribuindo, dessa forma, com a eliminação de um outro “grande mal” — “o despotismo na pessoa da grande propriedade rural”. Como os senhores de terra se viriam obrigados a vender suas propriedades, pois caso o contrário, teriam enormes prejuízos, o imposto territorial ajudaria também na construção da unidade e independência administrativa da província, já que haveria um aumento natural de proprietários ativos atuando politicamente.

Outra preocupação de Antônio Pedro Figueiredo era com o excesso de marginalizados que, sem outra saída, acabavam digladiando-se entre si para a efetivação em cargos públicos, tornando-se presas fáceis de politicagem. Como forma de minimizar esse problema propunha, além do imposto territorial, a exclusividade do comércio a retalho somente para os nacionais, demarcação das terras públicas, abertura dos rios, construção e melhorias dos portos e estradas, produção pelo Estado de produtos alimentares de primeira necessidade e, na esfera política, reforçar e criar mecanismos para que, de fato, os municípios possam exercer seu papel junto ao poder central e reorganizar a guarda nacional e o exército.

Como já mencionado, os trabalhos até então em torno dos escritos de Antônio Pedro de Figueiredo e da revista *O Progresso* apenas salientam seu “viés” socialista, deixando em segundo plano a influência recebida pelo filósofo francês Victor Cousin, embora façam questão de sempre ressaltar seu perfil de *Cousin fusco*. Amaro Quintas vai um pouco mais longe ao apontar a originalidade de Antônio Pedro de Figueiredo — o socialismo por ele apregoado fugiria daquele “utopismo” típico das primeiras décadas do século XIX, chegando, em vários momentos, a postular um socialismo do tipo científico:⁴⁰

“(...) na obra do mulato pernambucano temos que ver duas coisas: o socialismo buscando uma solução para os

³⁹ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op. Cit., artigo “A Todos”, p.550, s/autor.

⁴⁰ Deixemos claro que trata-se de uma afirmação do historiador Amaro Quintas, porque de nossa parte questionamos essa visão “frente ao seu tempo” de Antonio Pedro de Figueiredo.

problemas de então em função dos postulados do socialismo dito utópico da primeira metade do século passado e o estudioso objetivo – o idealista orgânico da classificação do Sr. Oliveira Viana – preocupado em resolver êsses problemas dentro de um sentido realista, dentro das nossas necessidades. Ou, como disse o Sr. Gilberto Freyre, um socialista que procurou adaptar doutrinas às necessidades da região.”⁴¹

Já no primeiro artigo da revista *O Progresso*, intitulado *Exposição de Princípios* (pp. 03-11), podemos identificar a presença dos pressupostos da doutrina eclética. Vejamos:

*“Pela nossa parte convencidos de que, se os factos são os elementos constitutivos da sciencia, elles não possuem todo seu valor senão com a condição de serem regularmente **coordenados entre si n’uma synthese luminosa**, invocaremos uma mudança na estrada de hoje adoptada, acolheremos com prazer todas as ideas syntheticas, tudo quanto propender para a ordem, coordenação e regularidade, tudo quanto tiver por alvo explicar, simplificar e reduzir a um número menor os princípios geradores de que procedem as sciencias; e enfim, **tudo quanto tender a atar a uma ordem superior as leis parciais que ora possuimos.**”⁴² (grifos meus)*

Como podemos ver, não se trata somente de uma “exposição de princípios” e sim, de um postulado metodológico a ser adotado. Dentro deste “método”, identificamos: a legitimidade através da razão e não de dogmas, uma acentuada

⁴¹ QUINTAS, Amaro. *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. *Prefácio*. Op. Cit., p. VII.

⁴² *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica Op. Cit., artigo “Exposição de Princípios” p.5, s/autor.

influência de Francis Bacon, em especial, em relação às possibilidades da investigação humana, uma clara defesa dos progressos da técnica e da ciência e a idéia da “síntese” das partes, da harmonia como forma de se chegar à “verdade ideal”; enfim, princípios que vão ao encontro da idéia de “imparcialidade”, “neutralidade”, quesitos imprescindíveis para quem se propõe fazer uma análise das mazelas brasileiras sem “cair em partidarismos”.

Embora Antônio Pedro de Figueiredo chegue a dizer que a própria doutrina eclética tenha sido influenciada pela “febre do dogmatismo”, típico de outras doutrinas, chegando até mesmo a falar em “erros de juventude” de Victor Cousin, não podemos deixar de ver limites nessa sua crítica, no sentido que absorve muitas das propostas desse ideário. Aliás, o próprio Antônio Pedro de Figueiredo nos dá as pistas:

*“Agora, se applicarmos à política os princípios gerais que estabelecemos, concluir-se-há que somos partidarios da ordem na sociedade, de accordo e disposição regular dos interesses e dos homens; mas deve-se ver também que queremos a liberdade, - a expansão livre dos indivíduos e das massas. E não creia alguém que ao estabelecermos semelhante princípio, ao querermos ao mesmo tempo a ordem e a liberdade, reclamamos duas cousas contradictorias. Bem sabemos que, **para aqueles que só podem ver uma face das idéas, é a liberdade antagonista e inimiga declarada da ordem, e para eles também não pode a ordem reinar senão rareando e comprimindo a liberdade; mas pela nossa parte, semelhante maneira de ver é radiclamete erronea, repousa sobre uma falsa intelligencia de palavras e inexacta interpretação dos factos. Pelo contrário, se, em política transcendente, existe um princípio eternamente verdadeiro, é que à ordem não pode reinar***

*sem a liberdade, é que a liberdade não pode existir sem a ordem; de sorte que esses dous factos, considerados como destruindo-se mutuamente, não se dão um sem o outro, e se acham necessaria e intimamente ligados.*⁴³
(Grifos meus)

Aqui se instauram os pressupostos básicos do ecletismo — moderação, conciliação. Como em Victor Cousin, que entendia a Revolução Francesa enquanto necessária para os homens perceberem que o excesso de liberdade levaria à “desordem”, os redatores da revista também entendiam que um processo de caráter de convulsão social não seria a melhor forma para eliminar os obstáculos rumo ao progresso. Isto, de certa maneira, explica a crítica que os redatores faziam ao movimento praieiro: “(...) o que ahi a [revolta praieira] é a luta, é a *annarchia*, e a *annarchia* é tão pouco o *despostismo* é ordem”.⁴⁴ Neste caso, a solução encontrada, inspirada na constituição francesa durante a Monarquia de Julho, seria a Monarquia representativa ou constitucional.

Se a doutrina eclética veio ao encontro dos interesses da burguesia européia, apregoando a harmonia, sem radicalizações, ela também recebeu aceitação por parte da elite brasileira que, no máximo, estava disposta a ceder a reformas e não a revoluções. Tal sentido, de certo modo, explica o porquê os praieiros preferiram lutar sem a presença do “povo”, além de sua fidelidade ao Imperador e à propriedade privada. Embora os estudos como mostramos anteriormente tenham explorado muito pouco os princípios ecléticos em Antônio Pedro de Figueiredo e na Revista *O Progresso*, não podemos deixar de concordar com Antônio Paim que concebeu o ecletismo enquanto uma “*bússola na solução dos problemas políticos*” nacionais.⁴⁵

Passemos agora aos *temas e/ou dilemas* presentes na revista *O Progresso*.

⁴³ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica Op. Cit., artigo “Exposição de Principios” pp.5-6, s/autor.

⁴⁴ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica Op. Cit., artigo “Exposição de Principios” p.6, s/autor.

⁴⁵ Cf. PAIM, A. *História das idéias filosóficas no Brasil*. Op., Cit.,.

III. Temas e/ou Dilemas Presentes na Revista *O Progresso*

São vários os temas que poderiam ser abordados a partir dos mais de noventa artigos que compõem os dois volumes da revista *O Progresso*. Porém, como todo trabalho científico requer uma seleção do que merece ser melhor estudado, priorizaremos alguns artigos que consideramos importantes para temática desenvolvida neste trabalho. É claro que esta seleção não significa dar menor importância àqueles artigos para os quais não detivemos nossa atenção. A seleção visou levantar aqueles temas que, de uma alguma forma, estariam veiculados ao “diagnóstico” para os males do Brasil apregoado pelos redatores da revista. Dentre outros temas, encontramos discussões em torno da idéia de “livre pensamento”, Estado, formas de governo, colonização, reformas, escravidão, trabalhadores livres, capital, comércio nacional e internacional, propriedade privada, socialismo.

Um princípio marcante que se mostrou presente nos mais variados artigos, seja naqueles mais próximos a questões sócio-políticas, seja mesmo nos de cunho filosófico, é a busca da compreensão dos males que afligem o Brasil e seu povo. Talvez, mais do que isto, possamos encontrar um sentimento, muitas vezes, pueril, voluntarioso em solucionar e superar os entraves que impedem o país de se tornar uma grande nação. Outro princípio que “salta aos olhos” é a noção de história enquanto uma “teia”, que relaciona passado e presente:

“Tudo se encadeia na historia, assim, como na natureza. A historia é um immenso tecido que o tempo desdobra, e cada uma das suas malhas se prende a todas as outras, de tal sorte que, em se lhes tocando em uma, todas as demais estremecem. Portanto, seria necessário, em todo o rigor, para descrevermos exactamente um epocha qualquer, recompor a historia inteira do passado: mas, à medida que o tempo anda, a influencia dos fatos passados sobre os actuais se vai tornando cada vez

*menor; é (uma)_{sic} como vibração produzida n'um meio sonoro, que pouco e pouco vai perdendo a sua força, à medida do foco donde partira. Assim, dá-se sempre um ponto em que a gente póde parar sem grave inconveniente: é pois este ponto que antes de tudo devemos determinar.*⁴⁶

Não é de se estranhar esta concepção de história por parte dos redatores da revista, sobretudo se levarmos em conta que uma preocupação presente é com a história de outros povos e, neste caso, a história européia ocupa lugar de destaque. Se à história européia é dado um lugar de destaque, à historiografia francesa, considerada por muitos como baluarte do que havia de mais moderno rumo à civilização, confirma-se não só o destaque, como também, a sua eleição de exemplo a ser seguido. Sua história é narrada desde tempos remotos, com atenção especial para o período revolucionário, até os dias da publicação da revista *O Progresso* — as primeiras quatro décadas do século XIX. Esta concepção de história vinha ao encontro da intelectualidade brasileira, que ao perceber o Brasil como um país ainda jovem, via a necessidade de “espelhar-se” naqueles possuidores de uma história mais antiga, com seus acertos e erros, que por sua vez deveriam ser seguidos e/ou repelidos.

Apesar de, em todo momento, “espelharem-se” na história européia, tomando-a sempre que possível como ponto de partida, os redatores da revista *O Progresso*, com destaque para figura de Antônio Pedro de Figueiredo, tinham uma visão crítica, em especial em relação aqueles que “servilmente” copiavam idéias e teorias da Europa.⁴⁷ Já a partir do primeiro artigo, intitulado *Exposição de Princípios* (pp. 03-11), apresentando o que viria a ser alguns de seus “princípios” e pontos de vista em relação aos mais variados temas abordados, os redatores da

⁴⁶ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Estado do Mundo em 1848”, p.25, assinado por X.Y.

⁴⁷ QUINTAS, Amaro. “O Progresso”. Revista Social, Litteraria e Scientifica. *Prefácio*. Op., Cit., p. XVII.

revista apresentam suas preocupações com o desenvolvimento das artes e letras do Brasil.

“(...)manifestam-se de todas as partes grandes aspirações e desejos, para as letras e para as artes; a musica é cultivada com avidez, e muitos já se atiram com prazer sobre a litteratura européia. (...)mas falta-nos uma litteratura nacional; até hoje nossas obras primas (que são bem raras) não passam de copias. Apellemos pois para a originalidade individual, e empenhemo-la a desenhar-se claramente, convidemos os espíritos à independência; e pela nossa parte, animaremos com débil voz todas as tentativas que aparecerem nesse sentido.”⁴⁸

Este sentimento de estímulo ao desenvolvimento da literatura nacional, das artes em geral, tem muito a ver com o que os redatores entendiam como sendo o papel a ser desempenhado por um veículo de informação que se propusesse a trabalhar para o bem do país — deveria estar acima de qualquer partidarismo. Assim, para que isto ocorresse da melhor forma possível, fazia-se necessário, primeiramente, o desenvolvimento e a institucionalização entre os brasileiros do “livre pensamento”.

III.1. O “Livre Pensamento”

A defesa do *livre pensamento* foi outra preocupação muito preeminente entre aqueles autores. Ainda baseando-se no artigo *Exposição de Princípios* (pp. 03-11), podemos atestar a atualidade em que se mantinham os redatores da revista, sobretudo, a respeito de questões difundidas e defendidas pelos europeus, como a que se refere à autonomia do pensar.

⁴⁸ O *Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Exposição de Princípios” p. 11.

“Na esfera das ideias philosophicas, pretendemos nós arvorar a bandeira do livre pensamento. – Persuadidos de que para a razão do homem, só há legítimos os dados da razão, não aceitaremos senão aquilo que nos apresentar os caracteres da evidencia, e não reconhecemos dogma algum que tenha o privilegio de dirigir os nossos actos, antes de nos ter convencido o espírito.”⁴⁹

Sendo “filhos” do século XIX, estavam mergulhados nos grandes embates filosóficos do momento, naturalismo, racionalismo e/ou individualismo, com particularidades próprias, que culminam nas bases da filosofia oitocentista.⁵⁰ Podemos, sem exagero, dizer que a filosofia toma nesse período importância muito grande. No entanto isto não se deu de forma puramente abstrata e sim, concreta e historicamente. A filosofia, base imprescindível para o livre pensamento, teria segundo os redatores da revista *O Progresso*, uma “função” civilizatória, pois seria a partir dela que se poderia desenvolver moral e materialmente a nação.

“É uma verdade recebida por todos os pensadores, que a civilização, é obra da filosofia, a qual sendo ao mesmo passo um dos elementos por excelência que ilumina e desenvolve todos os outros, donde se segue que a civilização se não pode dar nos países aonde a filosofia é ignorada e desprezada.”⁵¹

Parece-nos que foi esta filosofia uma resposta para ao esclarecimento do porquê da aceitação, por parte da intelectualidade brasileira, da doutrina postulada pelo filósofo francês — o ecletismo. Fazendo uma espécie de introdução ao *Curso*

⁴⁹ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op. Cit., artigo “Exposição de Principios” p. 03, s/autor.

⁵⁰ Cf. PAIM, A. *História das idéias filosóficas no Brasil...* Op., Cit.

⁵¹ FIGUEIREDO, Antônio Pedro de. “Curso da História da Filosofia, de Victor Cousin”. In: *Diário de Pernambuco*, Recife, 27-4-1847. Anexo I, p. 131.

da *História da Filosofia*, de Victor Cousin, Antônio Pedro de Figueiredo parece confirmar essa idéia, trazendo, ainda, outros elementos.

“(...)é desse manancial fecundo, derramado da cadeira que por tantos anos ilustrara o Sr. V. Cousin, que nós podemos deparar com um dos remédios [a filosofia] capazes de sanar os males, sobremaneira dolorosos, que sofremos.”⁵²

Se, por um lado, vemos uma certa confusão prejudicial ao entendimento da idéia do livre pensamento, por outro, percebe-se que está presente um sentimento otimista, até mesmo idealista, em torno dessa filosofia emancipatória, portadora dos meios para “sanar os males” e elevar o país ao mais alto grau de civilização. Neste caso, a filosofia de Victor Cousin é vista como um importante “remédio”. Antônio Rangel Torres Bandeira ao substituir Antônio Pedro de Figueiredo no jornal *Diário de Pernambuco*, também faz uma espécie de introdução à seção intitulada *Notícia Literária*, da já mencionada tradução do *Curso da História da Filosofia*, de Victor Cousin. Nesta introdução, Torres Bandeira, ao falar das grandes contribuições do filósofo francês abraçando “todos os sistemas e todas as escolas”, abrindo um “plano novo na ciência filosófica”, nos traz de forma muito clara e interessante o debate sobre o “papel” da “nova filosofia” e as condições em que o país a recebia.

“Mas, no meio de tantas revoluções científicas, de tantos acontecimentos notáveis, o Brasil se achava como preso, e um só passo não dava como que receoso de seus progressos: - a medida que a tocha acesa nos países europeus difundia seus luzeiros por todo o vasto círculo da literatura; ao passo que a civilização pulava com a velocidade de um rio caudal por cima dos quebrados monumentos da passada idade; a nossa pátria sofria o

⁵² FIGUEIREDO, Antônio Pedro de. “Curso da História da Filosofia, de Victor Cousin”. In: *Diário de Pernambuco*, Recife, 27-4-1847. Anexo I, p.131.

peso vergonhoso de um jugo já todo desprezado nas ciências. Necessário e até indispensável era que um homem amante da sua pátria, nos viesse ofertar o que a Europa tem de mais precioso, e a civilização moderna de mais brilhante. (...) O Brasil, esta parte mais abençoada da América do meio-dia, ressentia-se, sem dúvida, de uma doença a mais enfadonha e, talvez a mais perigosa; e de repente sumiu-se esta lepra e eis satisfeita nossa expectativa. A excelente obra do grande filósofo francês de nossos dias achou no Sr. Figueiredo um tradutor fiel e exato, que, unindo à linguagem de Camões as preciosidades daquela língua tão culta, em que estão concebidos seus pensamentos, notando os idiotismos, e evitando os perniciosos galicismos que desgraçadamente tanto vogam nas versões portuguesas, soube dar ao publico brasileiro uma prova de que muito se interessa pela prosperidade moral de seus concidadãos.⁵³

Esta citação nos ajuda a esclarecer que, para os idealizadores e redatores da revista *O Progresso*, essa nova filosofia funcionaria como um “remédio” que minimizaria, ou até mesmo “curaria”, o descompasso existente entre o Brasil e os países europeus. Segundo Antônio R.T. Bandeira, Antônio Pedro de Figueiredo, ao traduzir a obra de Victor Cousin, nos trouxe uma enorme contribuição para a entrada do país na rota da civilização e para a superação do atraso moral e, até mesmo, do atraso material conhecido pela sociedade brasileira.

Será mediante esta concepção de filosofia emancipatória que Antônio Pedro de Figueiredo e seus colaboradores farão um “diagnóstico” da sociedade, interpretando-a e propondo soluções para os seus grandes males, como por exemplo, o já mencionado recurso do imposto territorial.

⁵³ BANDEIRA, Antônio R. T. “Literatura Nacional - Curso da História da Filosofia, de Victor Cousin”. In: *Diário de Pernambuco*, Recife, 28-11-1843. Anexo III, pp. 136-137.

Na seção que se segue elencaremos alguns pontos levantados para a formulação deste diagnóstico e/ou interpretação da realidade social, política e econômica do país. Dentre esses elementos ressaltamos o principal, que ancora todos os outros: o papel do Estado.

III.2. Papel do Estado

Referir-se ao papel do Estado em meados do século XIX, necessariamente, remete à discussão sobre o poder central. Um dos pontos polêmicos enfrentados ou até mesmo motivador dos movimentos insurretos das primeiras décadas do século oitocentista foi em torno do poder centralizado na figura do Monarca. Foi a partir desta questão que, por exemplo, os praieiros, reivindicavam a descentralização do poder central, reforçando, em contrapartida, a posição das províncias na tomada de decisões. Embora não se possa dizer que encontramos explicitamente essa questão nos artigos e discursos dos redatores da revista, também não seria verdadeiro afirmar que implicitamente a mesma não esteja presente quando discutem o grau de interferência e necessidades do Estado nos assuntos políticos e econômicos.

Encontramos a questão do papel do Estado de forma um pouco mais clara no artigo *Commercio Internacional* (pp. 253-261).⁵⁴ Partindo de uma análise em torno da situação das sociedades modernas e seus problemas, o autor é contundente em apontar que o progresso tecnológico, melhora as condições de trabalho na indústria, no entanto, piora as condições sociais, causando o desemprego e a marginalização do povo. Prosseguindo sua análise, aponta duas causas que influenciariam este “estado mórbido” em que se encontra o corpo social brasileiro: 1) má organização da atividade individual — aqui o autor refere-se não apenas ao indivíduo em si, mas envolto de um corpo social, que se constitui no povo, nação, etc; e 2) o fato dos “indivíduos sociais” não terem entendido e adotado a solidariedade necessária nas trocas internacionais.

Para se compreender essas “causas”, é preciso relembrar outro artigo, intitulado *Actividade Humana* (pp. 175-180), já apontado anteriormente e compreendido por nós como sendo base do discurso e das teses dos redatores da revista *O Progresso*, em especial, Antônio Pedro de Figueiredo, autor do mesmo.

*“(...)o indivíduo social, - municipalidade, província, nação; seja qual for o nome e dimensão que se lhe assigne, tem existência necessária, tão legítima como a do individuo homem, para quem a sua formação constitui verdadeiro progresso, progresso indispensável até para a persistencia da sua individualidade. Por consequência, como o homem deve viver em sociedade, não é a actividade do homem isolado e selvagem, que deve regular e dirigir, mas sim a do homem em contato com os seus semelhantes.”*⁵⁵

Dentro dessa perspectiva, que nos parece de cunho marcadamente liberal, o “fim último” da atividade humana seria o prazer, sendo este concretizado a partir do momento em que o indivíduo satisfizesse seus desejos. Porém, nossa má organização, imbuída de interesses mesquinhos e egoístas, nos trouxe alguns problemas, fazendo com que a realização, expressa na maior liberdade possível a cada indivíduo, não resultasse na felicidade e satisfação do indivíduo social.⁵⁶ Concluída sua argumentação, o autor questiona se seria interessante, para qualquer indivíduo social essa “absoluta liberdade”.

“Seguir-se-há acaso daqui forçosamente, como alguém poderá crê, que seja necessário conceder uma liberdade às individualidades(nações, homens, paixões ou

⁵⁴ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Commercio Internacional”, pp. 253-261, assinado por A.

⁵⁵ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op. Cit., artigo “Actividade Humana”, p. 178, assinado por A.

⁵⁶ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Commercio Internacional”, pp. 174-180, assinado por A.

*faculdades) no exercicio da sua actividade? De certo que não. Seria necessário para isso que cada força produtora se achasse collocada de tal sorte, que a sua ação espontânea fosse a mais vantajosa possível, que a distribuição se fizesse per si só, por assim dizer, de modo mais simples e directo e o consumo pudesse ser adequado às necessidades.*⁵⁷

Vemos, portanto, que para o bom funcionamento da ordem econômica, as “individualidades sociais” precisariam de certo controle para que, a partir da atividade humana e seu fim último, o prazer, os indivíduos pudessem ter o maior êxito possível e, conseqüentemente, atingissem a própria nação. Por isso a necessidade de definição clara de um objetivo, tanto individual quanto social, “*de que esta actividade seja sempre dirigida, segundo o alvo que se deve atingir.*”⁵⁸

Já o controle dar-se-ia a partir do direcionamento da ordem econômica. Esta teria como finalidade última a eliminação da anarquia social e da má organização da sociedade. Como proposta para solucionar esse problema o autor sugere que, primeiramente, precisamos superar esse descompasso do sistema produtivo, distributivo e de consumo. Seria este descompasso o responsável por boa parte dos problemas nacionais.

“Que o consumo se há feito, e ainda hoje se faz a ventura, sem proporção com os desejos, e às mais das vezes, sem a mínima liberdade de especialização: a distribuição occupa, em duplica os empregos e rodas inúteis, uma força centripeta da que lhe fora mister, e danifica assim directamente a produção, pelas forças que lhe tira, não levando em conta a influencia que elle exerce ao mesmo tempo sobre o consumo, pelos desperdícios e fraudes de

⁵⁷ O *Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op. Cit., artigo “Actividade Humana”, pp. 178-179, assinado por A.

⁵⁸ O *Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op. Cit., artigo “Actividade Humana”, p. 180, assinado por A.

*todoas castas. Quanto a produção, essas se effectua num estado de incoherencia: os elementos produtores vivem em guerra aberta entre si, e trabalham num estado de isolamento, de ordinário em circunstancias desfavoráveis, e sem se importarem com as necessidades que se acham por prover; as quaes, nesse estado anarchico em que vivemos, nem se quer se podem conhecer.*⁵⁹

O “pano de fundo” dessa questão de ordem econômica, — produção, distribuição e consumo —, consiste no fato de estar atrelada a outra de cunho mais político, como veremos posteriormente através das reflexões de Caio Prado Júnior (p.98), isto é, do descompasso existente entre produção e necessidade. Isto ocorre, como bem apontou o historiador paulista, devido ao fato de a economia estar “voltada para fora”. Antônio Pedro de Figueiredo e seus colaboradores antecipam, apesar de trajetórias diferentes das seguidas por Caio Prado Jr., a crítica a este descompasso.

Apesar da crítica em relação ao descompasso do processo produtivo, Antônio Pedro de Figueiredo e seus colaboradores, defendendo certo controle da economia, são enfáticos em apontar que a forma pela qual o indivíduo direciona sua “atividade” compete única e exclusivamente a ele próprio. Dito de um outro modo, se o indivíduo satisfaz seus desejos da melhor forma possível, por conseguinte, a nação, a humanidade e a individualidade social certamente estarão contempladas em seu prazer.

A questão do *livre pensamento*, do *papel do Estado* e suas conseqüências para a economia, na verdade, nos aproxima um pouco mais do diagnóstico elaborado e discutido pelos redatores da revista *O Progresso*, em torno dos males que afligem o país e, dentre esses, a questão da má organização. Pode-se até mesmo dizer que esse foi o grande dilema enfrentado por eles. Os itens tratados a seguir são questionamentos e soluções para esse impasse.

⁵⁹ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op. Cit., artigo “Commercio Internacional”, p. 254, assinado por A.

III.3. A Colonização do Brasil e o Problema da Escravidão

Relacionamos as duas questões, a colonização do Brasil e o problema da escravidão, porque entendermos que ambas nos trazem, a partir das reflexões dos autores da revista, pontos em comum que facilitarão uma melhor compreensão do problema da má organização.

No artigo *Colonização do Brasil* (pp. 629-637),⁶⁰ a discussão levantada refere-se ao problema dos estrangeiros, mais especificamente à importação de uma população pertencente às denominadas “classes perigosas”. Segundo Antônio Pedro de Figueiredo, a necessidade urgente de colonização das províncias despovoadas se deve ao fato dos colonos terem abandonado a cultura do solo em troca de trabalho nas pequenas indústrias e comércio a retalho. Porém, adverte o autor que esse abandono foi motivado por fatores como a falta de instrumentos necessários para o cultivo da terra, a grande distância que separa as províncias produtoras do grande centro de consumo e exportação, a quase inexistência de vias de comunicação entre as mesmas etc. Somado a esses fatores estaria o número limitado de postos de trabalho na pequena indústria brasileira, sendo estes postos disputados pelos trabalhadores nacionais e estrangeiros. Aí se encontraria um dos grandes perigos para a sociedade brasileira, o aumento dos trabalhadores pertencentes à “classe perigosa”. Uma forma de eliminar o problema seria através da colonização interna, que, necessariamente, deveria preceder à colonização externa.

“Antes de cuidarmos em colonisar, em importar para entre nós habitantes de outras terras, ou o que fora muito melhor, em attrair para o Brasil o excesso das populações laboriosas da Europa, devemos dispor as cousas de maneira que ellas possam empregar o seu trabalho de um

⁶⁰ O *Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Colonização do Brasil”, pp. 623-637, assinado por H.

*modo productivo, e não sejam obrigadas a virem
aumentar a classe perigosa da população do nosso
paiz.*⁶¹

Ao solucionarmos o problema da colonização interna estaríamos, por conseguinte, enfrentando o grande mal responsável pela nossa miséria, marginalização crescente e anarquia social — a grande propriedade territorial. De acordo com o autor, a sociedade brasileira conheceria um ascendente progresso se eliminasse as barreiras impeditivas ao desenvolvimento da função produtora por excelência de toda e qualquer nação, a agricultura. Mas,

“(...) a agricultura e o commercio, sobretudo a agricultura, estão hoje cercados por uma barreira inacessível para o homem pouco favorecido; para todo aquelle que não possui certo numero de conto de reis.”⁶² (grifos do autor)

A saída do impasse estaria, como já apontamos anteriormente, na aprovação de um projeto-lei que criaria um imposto territorial. Como esta tributação seria cobrada somente para aqueles que nada produzissem, acabaria por forçar o grande proprietário de terras a vender as partes ociosas de suas propriedades. A partir do momento em que o máximo do território nacional fosse dividido pelo maior número possível de novos pequenos proprietários, ter-se-iam criado as condições concretas para o desenvolvimento de uma classe média e estabelecimento de um novo sistema representativo.

“A cultura que deve de ocupar a nossa população, que um dia deve dar-nos uma classe media e estabelecer a verdade do nosso sytema representativo, como já o demonstramos, não é a grande cultura, que exige grandes

⁶¹ O *Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op. Cit., artigo “Colonização do Brasil”, p. 634, assinado por A.

⁶² O *Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op. Cit., artigo “Colonização do Brasil”, p. 634.

*capitães, e que é aqui executada por escravos; mas é a pequena cultura; a que pode executar um pai de família com seus filhos, ajudado quando muito por trabalhadores alugados no momento da plantação e da colheita.*⁶³

A criação de condições para a formação de uma classe média, solidificação do sistema representativo, possibilitaria, segundo o autor, a eliminação de um certo “mandonismo local”, resultado da figura do grande proprietário de terras. O autor faz ainda questão de observar que o poder desses proprietários baseia-se justamente de acordo com o número de “vassalos obedientes” aos seus mandos e desmandos.

*“É verdade, mas este gozo que lhe proporcionais, só se dá em quanto vos praz. No momento, porém, em que vos dá vontade, por um capricho vosso, ou porque elles se recusam a votar pelas vossas chapas nas eleições, ou a executar uma ordem que lhes destes, vós despejai-os sem remissão. (...) Nas vossas terras elles não gozam de direito algum politico, porque a sua opinião deve por força seguir a vossa; para elles, vós sois a policia, os tribunaes, administração, tudo n’uma palavra; e, afora o direito e a possibilidade de vos deixarem, a sorte desses infelizes em nada differe da dos servos da meia-idade.”*⁶⁴

Desse modo, eliminando o “maléfico” poder local, as terras ociosas dariam lugar para o aumento da produção de alimentos, contribuindo para minimizar a miséria em que se encontrava boa parte da população. E mais do que isto, com a formação da classe média, de pequenos proprietários, constituir-se-ia um contingente populacional que colaboraria na direção de um bom funcionamento do governo. Por conseguinte, após a efetivação da colonização interna é que se

⁶³ O *Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op. Cit., artigo “Colonisação do Brasil p. 634-635.

⁶⁴ O *Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op. Cit., artigo “Colonisação do Brasil p. 636.

poderia pensar em colonização externa, trazendo o excesso de contingente das populações industriais da Europa.

Ao fazer a defesa da pequena propriedade em detrimento da grande, o autor usa como argumento o fato desta última necessitar de investimentos de grandes capitais e uso do trabalho escravo, enquanto que a primeira prescinde de ambos, tendo, ainda, a possibilidade de, quando necessário, utilizar “trabalhadores alugados”. Vale dizer que em toda a revista esta é uma das poucas vezes que encontramos colocado o problema da escravidão. Este fato nos chama a atenção porque não se pode esquecer que estamos em meados do século XIX e o uso da mão-de-obra escrava ainda era a regra. Porém, o questionamento a respeito do excesso de poder nas mãos dos grandes proprietários de terras, a criação de um imposto territorial, a formação de uma classe média e de um novo sistema representativo etc., não estão referidos ao problema da escravidão, dando a entender que se a sociedade brasileira não o havia superado ainda, estava prestes a fazê-lo. Ilustra nosso estranhamento o fato de que, a todo o momento, a discussão é atravessada em torno do operário fabril, do “homem alugado”. Porém não se pode esquecer também que, nesse período, os escravos não eram vistos como um problema a ser enfrentado, uma vez que eram concebidos somente como parte integrante do processo produtivo.⁶⁵

Como a escravidão é um dos problemas importantes a serem explicitados, pois a ele estão articuladas as outras questões, perguntamos: como foi possível conciliar escravismo com um certo tipo de liberalismo? Saindo um pouco da revista *O Progresso*, encontramos maiores subsídios para esta problemática num artigo escrito por Antônio Pedro de Figueiredo, publicado no folhetim *A Carteira*, veiculado através do jornal *Diário de Pernambuco*, (Recife, 10-8-1857). O próprio título do artigo é no mínimo interessante: *A colonização africana promovida pela*

⁶⁵ No artigo *Revista Política Exterior* (pp. 131-141), apresentando a França na condição de espectro europeu em torno da organização do trabalho e da escola societária, o autor tece, ao final, alguns comentários sobre a situação revolucionária e contra-revolucionária encontrada na República do Haiti. Analisando a atual forma de governo representativo desse país, refere-se de forma jocosa à população haitiana chamando-a de “miniatura de república negra”, o que, de certa maneira, exemplifica a visão em torno do escravo negro.

*França para Guadalupe e Martinica. – Opinião de Mr. Labouchee acerca da emigração para a Guiana inglesa. – Pensamento de Lord Claredon sobre a exportação francesa de africanos. – Camões e a Garlhada dados no Santa Isabel. – Companhia francesa. – Cenas de sonambulismo no Apolo.*⁶⁶

O autor, antes de apresentar sua visão em torno do escravismo e suas conseqüências para o país, faz uma espécie de introspecção histórica demonstrando que, apesar de vivermos no mundo uma “época das maravilhas”, deturpamos alguns valores imprescindíveis para uma sociedade mais justa e composta de homens íntegros: vivemos um período em que ocorre uma espécie de “divinização do dinheiro”, onde tudo é permitido e todos os meios se justificam na busca do acúmulo de riquezas; dentre essas possibilidades está a própria escravidão.

Comentando um artigo publicado em *A Gazeta da manhã*, fundada por Mr. Charles Dickens, disserta em torno da questão do momento: a nova fase do tráfico de escravos. A novidade estaria no fato desses escravos terem direito a um salário de doze francos e cinquenta centésimos por mês, do qual dois francos mensais seriam destinados ao pagamento de despesas com o seu transporte. Ao comentar a possibilidade de inserção de novos escravos no Brasil diz o seguinte:

“Com efeito, também temos para nós que a colonização africana pode ser a renovação do tráfico de escravatura, e se nas colônias francesas ela desperta tantas apreensões, ente nós seria uma calamidade: um verdadeiro mal. Se hoje, no estado actual da civilização da Europa, o elemento bárbaro seria impotente para fazer conquistas, numa sociedade nova como a nossa, encontraria facilidade para se desenvolver. É este um dos

⁶⁶ FIGUEIREDO, Antônio P. de. *A colonização africana promovida pela França para Guadalupe e Martinica...* Anexo VII, p.153.

*maiores inconvenientes que nos resultou da introdução de africanos em solo brasileiro.*⁶⁷

Como vemos, a crítica não está no tráfico e utilização da mão-de-obra em si, mas no problema que a introdução de mais escravos acarretaria para um país jovem como o Brasil. Esse argumento está mais desenvolvido em um outro artigo de sua autoria, intitulado *6 de março de 1817*, também publicado no folhetim *A Carteira*, veiculado através do jornal *Diário de Pernambuco*, (Recife, 17-3-1856). Segundo Antônio Pedro de Figueiredo, antes de 1817, vivíamos em um estado quase que de “barbárie”.

*“Vivíamos privados de todos as vantagens inerentes à civilização, sem influência alguma sobre os nossos destinos, e a maior parte da nossa população ainda se achava no estado selvagem, e o resto mergulhado nas trevas da ignorância, e entregues ao costume das eras bárbaras.”*⁶⁸

Este “estado bárbaro”, por sua vez, somente foi superado a partir de uma grande transformação ocorrida e que vinha de muito longe — o movimento revolucionário francês de 1789.

*“Com efeito, a França, este cérebro e coração das nações modernas, não agitava então os seus interesses, nem os interesses de um povo, agitava os interesses de toda a humanidade. As aspirações dos operários da revolução Francesa eram divinas, e levando-se o sangue que manchava as suas teorias, ficava a verdade imortal, que um dia há de dar frutos que encerra em seu seio.”*⁶⁹

⁶⁷FIGUEIREDO, Antônio P. de. *A colonização africana promovida pela França para Guadalupe e Martinica...* Anexo VII, pp.156-157.

⁶⁸FIGUEIREDO, Antônio P. de. *6 de março de 1817...* Anexo VI, p.149.

⁶⁹FIGUEIREDO, Antônio P. de. *6 de março de 1817...* Anexo VI, p. 150.

Se da França veio o exemplo a ser seguido por todos, faltava em nosso território um acontecimento histórico da mesma magnitude. O autor identifica esse acontecimento com a vinda da coroa portuguesa ao Brasil (1808), que além de novas mercadorias transatlânticas e do fim da barreira commercial aos estrangeiros, trouxe, o mais importante – *“idéias de civilização que ainda mais apressavam as peripécias do drama que se tinha de representar.”*⁷⁰

Como vemos, o problema de utilização da mão-de-obra escrava, mesmo que na nova fase do escravismo, estaria na condição de um país ainda jovem, na qual o Brasil se encontrava. Recém saído do seu “estado quase bárbaro”, necessitava, portanto, de um povoamento com maiores contingentes de “civilização”. Se inseríssemos mais escravos no seio da sociedade brasileira, mediante suas dificuldades particulares em assimilar as mudanças do mundo moderno, o Brasil atrasaria ainda mais sua entrada na rota da civilização.

III.4. As Reformas

O artigo *As Reformas* (pp.855-866),⁷¹ vem justamente coroar o questionamento e o diagnóstico em torno da má organização que assola o país, apontada pelos redatores da revista *O Progresso*, com destaque para Antônio Pedro de Figueiredo, que também é o autor do artigo citado.

O primeiro parágrafo do artigo nos dá a tônica e antecipa boa parte da sua argumentação em torno da questão “reformas”:

“Há certos momentos na vida de um povo, em que como as suas instituições já se não acham de accôrdo com as precisões ou necessidades da época, embargam ellas o progresso desse povo, e incessantemente reclamam modificações ou reformas mais ou menos radicaes. Dous

⁷⁰ FIGUEIREDO, Antônio P. de. *6 de março de 1817...* Anexo VI, pp. 150.

⁷¹ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op. Cit., artigo “As Reformas”, pp. 855-866, autor Antônio Pedro de Figueiredo.

*casos então se podem apresentar: - ou a maioria da nação sabe cabalmente quaes são as causas do mal e os remédios que devem ser applicados; ou sofre sem saber a causa real dos seus soffrimentos e quaes os meios que podem ser empregados para conduzi-la ao estado normal.*⁷²

O Brasil, neste caso, estaria na segunda hipótese, pois, apesar do seu vasto território, das riquezas naturais, dos seus rios navegáveis etc., ainda não encontrou um meio eficaz para empregar a população desocupada. Conhecemos, na verdade, o contrário disso: uma má utilização dos nossos recursos naturais e um ascendente estado de pauperismo. Mas o grande mal estaria atrelado a quê? Ou melhor, a quem? O autor dá a resposta. Aponta que uns poderiam atribuí-lo à presença dos portugueses nos negócios políticos; outros, à imoralidade do próprio povo e por fim, ainda aqueles que o relacionam à existência da escravatura, à centralização e à forma do governo monárquico. Tudo isso poderia conter verdades, mas segundo Antônio Pedro de Figueiredo, de nada nos adiantaria se não fizemos as reformas necessárias que,

“Consiste o remédio em tomarmos o nosso edificio político pela base, e ampararmo-lo com possantes alicerces. Primeiramente devemos organizar as municipalidades com extensas attribuições, proporcionando-lhes os meios pecuniários para que ellas possam exercer essas attribuições, sendo a primeira de todas a polícia dos respectivos municípios; reorganizar a guarda nacional, restaurando a eleição para os postos, e combinando esta eleição com a vitalicidade de maneira a dar-lhe a estabilidade compatível com as nossas

⁷² O Progresso. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op. Cit., artigo “As Reformas”, p.855, s/autor.

*circunstâncias, organizar o jury, tanto no crime como no cível, segundo as prescrições da constituição.*⁷³

A proposta apresentada para solucionar esse problema seria a organização da instrução pública [entendendo opinião pública] e dos órgãos administrativo, judiciário, legislativo e o Moderador. A base para a efetivação dessas reformas seria o Poder Municipal.⁷⁴ Este último é visto como o meio mais eficaz para o controle público das leis aprovadas e para a sua execução. Após a realização desses itens da reforma, atrelados à força real — a opinião pública —, certamente teríamos dado um grande salto para a solução do nosso grande mal — a má organização social.

III.5. O Socialismo

*“Não me parece ter sido o socialismo de Figueiredo uma atitude puramente lírica e contemplativa. A sua rebeldia contra os excessos do latifúndio e a sua indisfarçada aversão pelo direito de propriedade – as citações dos padres da Igreja primitiva são significativas – colocam-no como uma lídima expressão de revolucionário intelectual”*⁷⁵

Antônio Pedro de Figueiredo e demais redatores da revista *O Progresso* são comumente apresentados como precursores na divulgação de uma literatura de cunho socialista. Amaro Quintas, ao conceber Antônio Pedro de Figueiredo enquanto “expressão de revolucionário intelectual”,⁷⁶ estendendo para o conjunto de redatores da revista e Vamireh Chacon, ao dizer que o pensador

⁷³ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Científica. Op. Cit., artigo “As Reformas”, p.855, s/autor.

⁷⁴ *O Progresso*, Revista Social, Litteraria e Científica. Op., Cit., artigo “As Reformas”, p. 863, s/autor.

⁷⁵ QUINTAS, Amaro. “O Progresso”. Revista Social, Litteraria e Científica. *Prefácio*. Recife: Imprensa Oficial, 1950, p. XI.

⁷⁶ Cf. os trabalhos de QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução praieira...* Op., Cit., e “O Progresso”. Revista Social, Litteraria e Científica. *Prefácio*. Op., Cit.

pernambucano seria divulgador do historicismo e socialismo no Brasil,⁷⁷ lideram a parcela da intelectualidade brasileira que os vêem como socialista-utópicos.

A presença de literatos franceses nas primeiras décadas do século XIX no Brasil, deixou marcas no pensamento social desse período. A revista *O Progresso* ilustra bem esta sintonia com os franceses e demais europeus simpatizantes de seus ideais reformistas. Saint Simon, Fourier, Proudhon, Owen, Benjamin Constant, Alexis Tocqueville, Francis Bacon, Shakespeare, Pierre Leroux, Buchez, dentre outros, possuem lugar de destaque entre os redatores. Geralmente os artigos trazem como epígrafe algum fragmento de obras desses autores, funcionando, de certa maneira, como fio condutor de análise.

Vale lembrar, mais uma vez, a presença do engenheiro francês Louis L. Vauthier pela sua participação desde o surgimento da revista. Dissertando na maioria das vezes na seção *Revista Científica*, abordando assuntos sobre melhorias científicas e administrativas para a Província de Pernambuco e Brasil, Vauthier era referência entre os demais redatores. Embora gozasse de prestígio entre os pernambucanos foi demitido da empreitada para a qual tinha sido incumbido — a construção de um teatro público e de uma ponte. Em 19 de novembro, de 1846, foi publicado, na revista *O Progresso*, um artigo intitulado *Adeos ao Sr. Vauthier* (pp. 249-251), relatando os reais motivos da sua demissão. Apesar de não vir assinado, pelo tom de proximidade e mesmo pelo estilo, leva a crer que se trata de artigo de Antônio Pedro de Figueiredo.

“(...)nos lamentamos, com todos os corações honestos e amigos do paiz, uma partida que é para a provincia inteira uma perda de tempo irreparável, um atrazo immenso na nossa marcha ascendente para a civilisação.”⁷⁸

As razões motivadoras do encerramento da permanência do engenheiro francês seriam a inveja por parte de “abutres” e “charlatães” provinciais que não se conformavam em conviver com um homem tão culto e, além de tudo,

⁷⁷ Cf. CHACON, V. *Idéias socialistas no Brasil.... Op., Cit.*

⁷⁸ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Adeos ao Sr. Vauthier”, p. 251, s/autor.

estrangeiro. A saída de Vauthier foi sentida porque ele acumulava qualidades valorizadas pelos redatores da revista *O Progresso* — conhecimentos de engenharia em geral, voltados para o progresso da Província de Pernambuco e sentimento de justiça social. Apesar de não ter obra de vulto teórico, o engenheiro francês foi importante na divulgação de ideais reformistas junto ao Grupo de Pernambuco. Além de ser leitor de intelectuais como J. B. Say, Sismonde de Sismondi, como observa Gilberto Freyre, também contribuiu com a revista *O Progresso*, divulgando discussões realizadas em revistas européias com destaque para as francesas *Phalange*, *Democratie* e *Socialiste*.⁷⁹

Segundo Amaro Quintas, um outro intelectual marcante na formação dos redatores da revista *O Progresso*, em especial, na de Antônio Pedro de Figueiredo, foi Pierre Leroux. Autor da obra *De la Philosophie et du Christianisme* postulava em seus trabalhos o socialismo romântico.⁸⁰

A idéia difundida de que o redatores da revista *O Progresso* e o pensador pernambucano tinham contato com a literatura francesa e européia em geral, sobremaneira, aquelas de vertente socialista, é incontestável. Porém, falta ainda melhor explicação do grau dessa influência. Vejamos, a partir de alguns artigos selecionados, como se deu essa proximidade e como, a partir da realidade histórica e concreta brasileira, os redatores da revista a interpretaram.

No artigo *Revista Política Exterior* (207-215), demonstrando o quanto ainda persiste o sofrimento social entre a população de trabalhadores proveniente da incoerência nas relações entre produção, consumo e distribuição, o autor apresenta a França como o país em que, através da forma *garantista*, tem-se procurado minimizar este problema.

“E a despeito de semelhante estado de cousas, as ideas de reforma social não podem deixar de caminhar a largos passos. Sem que falemos de França, onde o governo, apesar da sua repugnância a tudo quanto é mudanças,

⁷⁹ Cf. FREIRE, G. *Um engenho francês no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940, (Col. Doc. Brasileiros).

⁸⁰ Cf. OWEN, Evans D. *Le socialisme romantique*. Op., Cit., pp. 70-106.

conveiu em estabelecer-se uma colônia em forma garantista, (colônia de Sigwille em Algeria), onde a maior parte dos periódicos independentes se vam associando às doutrinas da escola societaria, mais ou menos modificados, e onde os operários da capital já contam trez gazetas redigidas por elles mesmos.”⁸¹

A referência aos operários da capital, filiados à escola societária e criadores de gazetas próprias não é por acaso; o autor chama a atenção para o porquê estariam ocorrendo naquele momento mudanças na forma de pensar e agir dos socialistas.

Se, antes dos acontecimentos de fevereiro de 1848, os divulgadores e defensores da escola societária achavam que os princípios sociais estariam inteiramente distintos da política, após essa data, deixaram de pensar dessa forma. Entre os socialistas passou a prevalecer a idéia de que o progresso material acompanha de perto as idéias sociais e as reformas políticas e comerciais. O que está em jogo é uma nova concepção de política.

“Para nós pois, a política é a sciencia da organização social, com o unico alvo de realizar a felicidade dos individuos, e sem entrarmos aqui em desenvolvimentos, que os limites desta escriptura não comportam, diremos que para esta nossa terra no Brasil, na actualidade a ação política deve ser principalmente econômica e industrial, deve andar sobretudo o caminho dos progressos materiais.”⁸²

A política, neste caso, teria uma função quase normativa: criar leis gerais e organizar a sociedade na direção de aquisição do máximo possível de benefícios.

⁸¹ O *Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Revista Política Exterior”, p. 208, s/autor.

⁸² O *Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Exposição de Principios”, p. 208, s/autor.

Antes de continuar explorando esta visão acerca da política e, ainda, o que está atrás desta discussão, é importante destacar um procedimento constante entre os redatores. Vimos, há pouco, o posicionamento em torno da política em ambos os artigos, idéia de que atualmente esta deve acompanhar as mudanças sociais, propor leis e organizar a sociedade. Assinala-se o fato de os autores, simultaneamente à exposição do contexto sócio-político francês, referirem-se ao Brasil. Este recurso, funcionando como *transposição de idéias*, constitui-se traço presente na revista. No entanto, em alguns momentos, como já apontamos na parte inicial do III capítulo *Temas e/ou dilemas presentes na revista O Progresso*(p.51), acabam por criticar a conduta *servil* de alguns brasileiros face aos pensadores europeus. Voltemos para a questão da política.

O autor, ao fazer a defesa da política com finalidade única — a felicidade moral e material do homem —, traz como contraponto, a recusa de qualquer ação política que não fosse pelos meios pacíficos.

“Vê se pois que a nossa política, baseada nas aspirações legítimas da ordem e da liberdade terá tendências iminentemente pacíficas e organizadoras de progresso social. Armados com este criterio é que levaremos o escalpello da critica e o archote da affirmação ao estudo das questões que são hoje a ordem do dia, daquellas que sucessivamente forem apparecendo no correr natural das cousas, ou das que nós mesmos suscitarmos, em se nos mostrando maduras, e susceptiveis de proxima applicação.”⁸³

Realizada a discussão em torno da política e passando a incorporá-la como meio pacífico de se conquistar a felicidade do homem, os redatores fazem uma incursão sobre as raízes e pressupostos da escola societária. No artigo *O Direito de Viver* (pp. 775-778), encontramos a discussão em torno do que apontam como

⁸³ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Exposição de Prinípios”, p. 208, s/autor.

o grande movimento humanitário — A Revolução Francesa. Segundo o autor, foi nesse contexto que surgiu o pensamento socialista. A tríade Liberdade, Igualdade e Fraternidade expressa um novo momento histórico da humanidade. Partindo de uma visão crítica em torno da Revolução Francesa, o autor questiona que os ideais libertários esvaíram-se no discurso e que o principal quesito conquistado pelos homens — o direito de viver — era assegurado apenas para uma parcela da população.

“De feito, que papel podem representar a Igualdade, a Fraternidade e a Liberdade, nas nossas sociedades modernas? Que he a Igualdade onde pequeno numero de privilegiados gasta na ociosidade o produto do trabalho de muitos milhares de seus irmãos? Que he a Fraternidade n’um gremio social que deificou o egoismo. (...) Que he que pôde significar o vocabulo liberdade n’uma sociedade em que as massas dependem de um pequeno numero de homens que, de facto, exercem sobre ellas um direito de vida e de morte, por mercê do capital!”⁸⁴

De acordo com o mesmo autor, os primeiros a reconhecerem o direito de viver, como condição primordial para felicidade dos homens foram os socialistas. A dificuldade para efetivar esta conquista da humanidade estaria nas consequências da *“absurda doutrina do laissez-faire, laissez passer”*,⁸⁵ que tem entre os seus apologetas a marca do pessimismo — a impossibilidade em ampliar o direito de viver universalmente. Pode-se dizer que essa é a grande crítica àqueles que rejeitam a escola societária. O autor é contundente ao considerar a ignorância e a mesquinhez dos que governam a sociedade somente para benefício de alguns e desfrutam do suor e trabalho da maioria da população, porém adverte o mesmo: isto está chegando ao fim, pois, o

⁸⁴ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “O Direito de Viver”, p. 776 s/autor.

⁸⁵ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “O Direito de Viver”, p.777, s/autor.

“(...) *magnifico principio [direito de viver] circulara em todo mundo, coberto das benções de todas as raças oprimidas, e há de inaugurar o começo dessa éra nova, predicta há quarenta anos, sobe o nome de Garantismo, pelo maior genio do século:—Carlos Fourier.*”⁸⁶

Se o direito de viver não tem sido respeitado pelos apologetas da doutrina *laisse-faire, laissez-passer*, caberá, reformá-la.⁸⁷ Antes de apresentar as reformas necessárias para a felicidade dos homens, mais uma vez encontramos um artigo partindo do contexto francês: apresentando, com ricos detalhes, os acontecimentos de fevereiro de 1848 durante o governo de Luís Felipe e o ministério de Guizot, o autor do artigo *Revista Política Exterior* (pp. 799-828), apresenta a idéia de reforma como necessária e imprescindível para a realização de mudanças sociais a se desenrolar pacificamente. Luís Felipe, para defender seu governo apontado como corrupto, ataca os reformistas, por agirem fomentados e embebecidos por paixões cegas e inimigas.⁸⁸ O autor entende que Luís Felipe atingia o alvo errado, pois as reformas representariam a própria sobrevida de seu governo e, caso não as fizesse, certamente haveria de ocorrer uma nova revolução. Embora Luís Felipe tenha cedido aos reformadores, demitindo todo o ministério de Guizot, não conseguiu impedir, devido à pressão popular, a instauração do governo provisório. Lamartine, sendo um os membros desse governo, teve como primeiro ato a proclamação da República, que estaria, por sua vez, subjugada à aprovação da Assembléia Constituinte, conduta reprovada pela população que tinha apoiado a insurreição. Aí se encontraria o perigo segundo o autor.

⁸⁶ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “O Direito de Viver”, p. 778, s/autor.

⁸⁷ Deixaremos para explorar esta questão da doutrina do *laisse-faire, laissez-passer* no item *Antônio Pedro de Figueiredo e a revista O Progresso a partir do ‘arquétipo liberal’* (p.110), porque entendemos que nela consta os limites do socialismo apregoado na revista *O Progresso*.

⁸⁸ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Revista Política Exterior”, p.812, assinado por H.

*“Realisar pacificamente as grandes mudanças sociaes e politicas que constituem o alvo actual da revolução é uma tarefa que exige toda a habilidade e talento dos novos arbitros dos destinos da França, e talvez do mundo. Para que possa realiza-la, deve o governo oppor-se a toda e qualquer tentativa de conta-revolução.”*⁸⁹

Toda essa apresentação da situação da França é para enfatizar aos “desavizados” da necessidade de reformas, tanto para a Europa em geral, como para o próprio Brasil em particular. Nesse mesmo artigo, datado em 8 de maio de 1848, ou seja, dois meses apenas após os acontecimentos franceses, o autor faz um alerta ao governo da Província de Pernambuco, procedimento este que reforça a transposição de idéias por parte dos redatores da revista *O Progresso*.

*“Não reproduziremos aqui esse documento [proposta de acusação de corrupção do ministério de Guizot] que já saiu no **Diario de Pernambuco** e noutras gazetas do Império, mas aproveitaremos o ensejo para lembrarmos que todas essas accusações feitas aos ministros francezas eram perfeitamente applicaveis ao ministerio Saturnino.”*⁹⁰ (grifos do autor)

Se a própria França estaria passando por um período marcado pela necessidade de reformas, pois aquela sociedade não comportaria mais a desigualdade social mesclada à corrupção, no Brasil não seria diferente. O mesmo autor escreveu *Interesses Provincias* (pp. 791-798), apontando a desigualdade sentida no Brasil. O problema levantado para discutir a questão refere-se ao empréstimo junto aos poderes públicos. Segundo ele, o fato de vivermos numa sociedade desigual, na qual uma minoria sustenta-se por meio do suor e trabalho

⁸⁹ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Revista Política Exterior”, p. 812, assinado por H.

⁹⁰ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Revista Política Exterior”, p. 806, assinado por H.

da maioria, o empréstimo de dinheiro na forma em que se encontra, reforçaria essa injustiça.

“As cousas desse mundo se acham organisadas de tal sorte, que o dinheiro afflui naquellas paragens em que menos se carece delle; e a faculdade para alcançarmo-lo está na razão inversa das necessidades que temos delle.”⁹¹

O problema estaria no fato de os ricos (os grandes proprietários de terras), que já gozam de outros benefícios, ao entrarem com o pedido de empréstimo de dinheiro, ainda teriam o privilégio de pagarem juros bem menores. Como proposta o autor apresenta ao Governo da Província um projeto-lei, contendo vinte e três artigos, regulamentando a abolição do juro convencional e a criação do Banco Popular.

A importância em se apresentar esse exemplo de reforma se deve à tentativa de uma melhor compreensão da base argumentativa dos autores da revista. Na medida em que desenvolvemos os *temas e/ou dilemas* brasileiros, a saída para o nosso problema — má organização social e suas consequências, pauperismo e miséria, parece ser a mesma — está na divisão das grandes propriedades territoriais e na criação da classe média. A idéia de reforma citada acima, por exemplo, estaria subjugada à *“mobilização do solo, efetuada por meio de um banco territorial, e com a garantia do estado.”⁹²* Tal análise reforça o que se pretende demonstrar — a concepção de socialismo por parte dos redatores da revista *O Progresso* também está calcada na questão da propriedade territorial.

Nas páginas 851-853 encontramos um instigante artigo intitulado *A vos do Céu*, a partir do qual podemos melhor esclarecer as bases do socialismo dos redatores da revista *O Progresso*.

⁹¹ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Interesses Provinciais”, p. 792, assinado por H.

⁹² *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Interesses Provinciais”, p. 793, assinado por H.

“Todos nós somos filho de Deus^{sic}: nosso pai nos entregou a terra em commum, a fim de que della tirassemos a nossa subsistencia, e com que provêr todas as nossas necessidades; ella pertence pelo mesmo titulo a todas as gerações que devem substituir, assim como pertencêra àquellas que nos precederam. A propriedade da terra pertence a Deos, o uso-fructo aos seus filhos, a quem elle a entregou.”⁹³

Como vemos, o argumento é claro: se a terra é criação de Deus e se somos todos seus filhos, seu uso deve ser comum a todos. A crítica, neste caso, vai para aqueles denominados usurpadores do direito divino. O autor observa que o problema inicial se deu quando o primeiro homem disse: “Esta terra é minha”, e não foi repreendido por ninguém.⁹⁴

*“Filho do homem, que fizeste? Em vez de perguntar-lhe em virtude de que direito elles se reputam senhores desta terra que Deos entregou aos seus filhos: com que direito pretendeu elle, gozar no ocio os productos dos seus suores; tu aceitaste à depredação de que eras victima: - tu e todos os teus descendentes”.*⁹⁵

Porém, adverte o autor: o problema ainda deve permanecer enquanto os “homens sofridos” continuarem a permitir a usurpação de seu suor e trabalho. E para que eliminemos essa injustiça precisamos garantir o direito à terra e ao trabalho. Exemplo disto já temos a seguir:

⁹³ O Progresso. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “A voz do Céu”, p. 851, s/autor.

⁹⁴ Tudo levar a crer que, mediante a base argumentativa do autor deste artigo, foram as obras de Jean J. Rousseau a fonte de inspiração, com destaque para seu trabalho *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Reforça essa indicação a epígrafe do artigo: “*Dans la société tout homme vit necessairement au dépens des autres; il leur doit en travail de prix de son entretien. Cela est sans exception, travailler est donc un devoir indispensable a l’homme social, riche ou pauvre, puissant ou foible; tout citoyen oisif est un fripon*”. p. 851.

⁹⁵ O Progresso. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “A voz do Céu”, p. 852, s/autor.

“São as chamas de um throno que arde por entre os applausos de um povo immenso; é o grito de victória dos teus irmãos que acabam de derramar o seu sangue para quebrarem na pessoa de um rei perjuro e egoísta o primeiro dos obstaculos à emancipação do trabalhador. Começou, é verdade: mais n’um só ponto do globo [França] nas outras paragens, este principio sagrado, esta primeira conquista da justiça e da eterna equidade.” (grifos meus)⁹⁶

Encontramos na revista *O Progresso* apenas quatro artigos que abordam especificamente sobre o socialismo. *Os communistas allemaes nos dous mundos* (pp. 339-347), trata-se de artigo sobre o avanço do comunismo na Alemanha. O autor, alonga-se sobre radicalismos cometidos por pequenos grupos alemães denominados “comunistas da rosa vermelha” para, em seguida, fazer uma defesa do socialismo como seguro caminho para as reformas pacíficas. O segundo artigo, *O socialismo na Suissa* (pp. 479-485), do mesmo autor, vai na mesma direção da crítica ao radicalismo *dos “campos contra as cidades, dos proletários contra a aristocracia financeira”*.⁹⁷ Apenas vale destacar alguns dos pressupostos elencados no documento apresentado como sendo o manifesto dos socialistas na Suíça: as leis necessariamente precisariam ser elaboradas pelo povo e para o povo; a escravidão deveria ser abolida; a ignorância do povo deveria ser superada através da educação; dever-se-ia implementar a criação de oficinas societárias, dentre outras.⁹⁸

Já os dois próximos artigos diferem dos anteriores. Enquanto aqueles giravam em torno das questões históricas dos países analisados, estes trazem subsídios teóricos de autores socialistas. O artigo *Variedade* (pp. 541-545),

⁹⁶ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “A voz do Céu”, p. 853, s/autor.

⁹⁷ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “O socialismo na Suissa”, p. 480, assinado por C. G.

⁹⁸ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “O socialismo na Suissa”, p. 481-482, assinado por C. G.

assinado por Antônio Pedro de Figueiredo, não se trata de uma análise teórica propriamente dita do pensador pernambucano, mas sim, de uma tradução de excertos da obra *Die organisation der arbeit*, de Franz Stromeier.⁹⁹ Segundo Antônio Pedro de Figueiredo, o autor alemão teria cometido alguns equívocos ao interpretar a doutrina de Saint Simon, associando-a a um sistema religioso.

*“(...) o systema religioso que tomára o nome de S. Simonismo é o fructo de uma falsa interpretação desta doutrina. Somente, para fazermos justiça ao merito das ideas de S. Simon, diremos somente que ellas nada teem de commum com systema theocratico.”*¹⁰⁰

Revista Litteraria (pp. 645-653), encerra o universo dos quatro artigos levantados. Este último constitui-se em uma espécie de resenha sobre o livro de Lamennais *O livro do Povo*. Segundo o autor, esta obra possui um alto alcance filosófico e político devido ao fato de ser um *“tratado de moral meio philosophico e meio christão.”*¹⁰¹ As bases do tratado francês estariam assentadas nos princípios do direito e do dever.

*“(...) de accordo neste ponto com Th. Jouffroy e os philosophos da nova escola, reconhece que em substancia só ha para o homem um único dever, o de contemplar o seu destino; donde se segue mui legitimamente: primeiro que cada homem deve se respeitar os outros no cumprimento do seu destino; (eis a justiça); segundo, deve ajudá-los no cumprimento deste mesmo destino. (Eis a caridade).”*¹⁰²

⁹⁹ Além dos excertos serem desconexos uns aos outros, tem ainda a dificuldade em separar quando é trecho da obra ou o próprio tradutor pondo suas próprias opiniões. Situação esta muito corriqueira em quase todos os artigos.

¹⁰⁰ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Variedade”, p. 544, assinado por Antônio Pedro de Figueiredo.

¹⁰¹ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Revista Litteraria”, p. 646, assinado por O.

¹⁰² *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Revista Litteraria”, p. 648, assinado por O.

Embora esses artigos não tratem especificamente do socialismo propriamente dito, trazem subsídios para a compreensão da forma pela qual os redatores da revista *O Progresso* formaram suas bases de pensamento referentes à escola socialista. De toda essa apresentação pode-se sintetizar alguns pontos importantes. Parece prevalecer a idéia de justiça social, exemplificada pela defesa do direito de viver, do acesso comum à terra e ao trabalho, princípios estes que seriam norteados por uma justiça cristã. Assim, a frase “*respeitar é a justiça; ajudar é a caridade*”, levando-se em consideração o conjunto dos artigos da revista, torna-se significativa do ideário presente no periódico.

III.5.1. Da Polêmica com Pedro Autran da Matta Albuquerque

Os artigos discutidos no item anterior, apesar da contribuição que oferecem para apontar pistas à compreensão das bases da concepção do socialismo por parte dos redatores da revista *O Progresso*, possuem limites. Uma nota final do artigo *Variedades* (pp. 621-624), de Antônio Pedro de Figueiredo, vem minimizar esta lacuna. Dando ciência do recebimento de um exemplar do mês de maio do *Phileidemon*, Antônio Pedro de Figueiredo reclama que teria sido acometido por “*uma imerecida acusação, proferida em nome do christianismo, contra alguns reformadores sociaes, que tomara o mesmo christianismo como ponto de partida.*”¹⁰³ O mentor desta injustiça teria sido Pedro Autran da M. Albuquerque, que no artigo publicado nos periódicos 464 e 469 do jornal *União*, questionava o socialismo do pensador pernambucano, acusando-o de apregoar a “*comunhão dos bens e das mulheres*”. Infelizmente não dispomos deste material escrito por Pedro Autran da M. Albuquerque. Mas, como temos em mãos as réplicas de Antônio Pedro de Figueiredo, o trabalho torna-se menos difícil e elucida o que o mesmo entendia por socialismo.

¹⁰³ *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. Op., Cit., artigo “Variedade”, p. 623, assinado por Antônio Pedro de Figueiredo.

Discordando dos ataques cometidos por Pedro Autran da M. Albuquerque, Antônio Pedro de Figueiredo desafia-o a escrever um texto demonstrando teoricamente quais seriam os autores do socialismo que defenderiam a monstruosa idéia de comunhão dos bens e das mulheres. Após o chamamento para o debate público, Antônio Pedro de Figueiredo termina o artigo definindo sua concepção, embora não se alongando nesta.

“O socialismo não é uma doutrina, ainda não passa de uma aspiração; mas esta aspiração tende a reformar o estado social atual em prol do melhoramento moral e material de todos os membros da sociedade. Para este fim cada escola socialista oferece meios diferentes, mas não há uma sequer, cujas intenções deixem de ser puras e generosas, cujo ideal não seja a realização na terra dos princípios de liberdade e fraternidade.”¹⁰⁴

Vemos, portanto, que o socialismo apregoado por Antônio Pedro de Figueiredo seria um importante meio na busca de minimizar a desigualdade social brasileira.

A polêmica entre Antônio Pedro de Figueiredo e Pedro Autran da M. Albuquerque girou em torno do que viria a ser a doutrina e qual seria a eficácia do socialismo na melhoria das condições da população. Em relação à primeira questão, aquele condena a atitude deste em tentar confundir seus leitores, afirmando que o socialismo, sendo uma doutrina, negaria os valores cristãos e, por conseguinte, a própria existência de Deus. Antônio Pedro de Figueiredo afirma que os socialistas não só veneram Cristo, como se designam os legítimos sucessores dos seus apóstolos.

“Com efeito, de todos os socialistas é a realização na terra dos grandes princípios de liberdade, igualdade e

¹⁰⁴ FIGUEIREDO, Antônio P. de. “Sr. Pedro Autran da Matta Albuquerque”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12-8-1852. Anexo IV, p. 141.

*fraternidade, revelados ao mundo, há dezoito séculos pelo cristianismo desse reinado de Deus e da sua Justiça, onde todos os bens são dados ao homem, como diz o Apóstolo.*¹⁰⁵

Para sustentar sua concepção, recupera o princípio do direito divino, ou seja, os socialistas defenderiam nada mais do que a prerrogativa da divisão dos bens doados por Deus.

Em relação à impossibilidade do socialismo erradicar a miséria social, tese defendida por Pedro Autran da M. Albuquerque, Antônio Pedro de Figueiredo afirmará que, mediante a particularidade brasileira, seria prematuro aplicar o socialismo em sua íntegra, pois até mesmo a Europa não estaria preparada para vivenciar a *“abolição de capital, vida em comum, gratuidade do crédito e igualdade de salários”*. Em vez de substituir o poder individual pelo social, o máximo que se poderia estimular no Brasil seria a propriedade individual enquanto meio eficaz para a entrada na rota da civilização. Neste caso, o acesso da população à propriedade territorial seria o primeiro passo a ser efetivado.

Concluindo sua réplica, Antônio Pedro de Figueiredo encerra a polêmica esclarecendo a que escola societária pertence:

*“A fórmula geral da escola socialista a que pertenço, é a realização progressiva do princípio cristão de liberdade, igualdade e fraternidade, efetuada sem violência, e por meio de medidas apropriadas às necessidades dos diversos países.”*¹⁰⁶

Como meio de melhor esclarecer a relação da Revista *O Progresso* e de Antônio Pedro Figueiredo com a doutrina eclética, passemos agora para as condições histórico-sociais que propiciaram o seu desenvolvimento, dando ênfase para seu precursor Victor Cousin.

¹⁰⁵ FIGUEIREDO, Antônio P. de. “Senhores Redatores”. Recife, 23-8-1852. Anexo V, p. 144.

¹⁰⁶ FIGUEIREDO, Antônio P. de. “Senhores Redatores”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 23-8-1852. Anexo V, p.146.



IV. O Trânsito do Ecletismo no Brasil: Linhas Gerais

Como já dissemos, embora existam alguns trabalhos que versam sobre o ecletismo e sua presença no pensamento social brasileiro, nenhum deles deu a devida atenção à influência dessa importante corrente e/ou doutrina filosófica para o Brasil a partir da criação da Revista *O Progresso* e sua relação com o filósofo francês Victor Cousin, que se constituiu em germe de várias outras correntes política-filosóficas.¹⁰⁷

Originária na França, com Victor Cousin, esta doutrina filosófica extrapolou suas fronteiras. Seu surgimento data o período pós-revolucionário francês.

A Revolução Francesa não foi baseada em levantes de “líderes salvadores”, e sim, de um conjunto de pessoas portadoras dos mesmos interesses e necessidades. Essa camada social, que surgia em meio ao desenvolvimento econômico-político-social dos séculos XV e XVIII, foi denominada, ao longo da história, de **burguesia**. Suas idéias foram sustentadas nos pressupostos do liberalismo clássico. Agora o Rei Luís XVI não era somente ungido pela “graça de Deus”, mas pela “graça de Deus e do Direito Constitucional do Estado”.¹⁰⁸ A fonte de todo o poder, nesse momento, encontra-se na nação.

Após a efetivação do processo revolucionário francês, apenas uma facção da então chamada classe média estava disposta a ir até o fim no que havia começado. Uma outra, a moderada, preferiu aderir aos conservadores. A ala mais embatida, os chamados jacobinos, possuía, dentre eles, personalidades como os jornalistas Marat e Hébert, e era formada por trabalhadores pobres, pequenos

¹⁰⁷ Destacam-se, entre esses, os trabalhos de Silvio ROMERO, *Obra Filosófica* (1869), Vamireh CHACON, *História das Idéias Socialistas no Brasil* (1965), Paulo MERCADANTE, *A Consciência Conservadora no Brasil* (1965) e Antônio PAIM, *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (1967) e o mais recente Maria O. PINASSI, *Os brasileiros e o Instituto Histórico de Paris – Um episódio no trânsito das idéias entre Brasil e França (1834-1856)*. São Paulo (1999), (mimeo).

¹⁰⁸ HOBBSAWN, E. J. *Ecos da Marselhesa... Op., Cit., p.77.*

artesãos, lojistas, artífices, etc. Mas, no desenvolvimento e consolidação do processo revolucionário acabaram sendo derrotados. Em 1789 e 1791 a facção moderada, através da Assembléia Constituinte, acabou saindo vitoriosa, assegurando a racionalização e a reforma da França. Segundo Hobsbawn, em 1791, através da constituição deu-se um “golpe” na democracia com o “*sistema de monarquia constitucional baseada num direito de voto dos cidadãos ativos*”.

Se o liberalismo de 1789 não pode concretizar-se em sua plenitude, sobretudo em 1815-1816 com o Congresso de Viena, a partir de então passa a sedimentar ainda mais os ditames liberais para seu desenvolvimento, cujos alicerces já estavam preparados pela Revolução Industrial e pela incipiente classe operária em formação.

Sendo considerada uma resposta ao conservadorismo francês e europeu, a Revolução de 1830 tem definitivamente um caráter liberal. O grande lema da burguesia revolucionária era “*liberdade dos empreendimentos, a não interferência nos assuntos da economia*”, princípios atrelados à ascensão de uma nova classe: a burguesia.¹⁰⁹

Cinquenta anos depois da grande efervescência social resultante da Revolução de 1789, a França passou por um período de reflexão do que havia ocorrido até então, buscavam-se nesse momento maiores explicações e até mesmo legitimações para os acontecimentos políticos e econômicos. Caberia agora à burguesia desenvolver e buscar seus “pensadores”.

“(...) uma coisa é clara. Em algum momento entre 1844 – quando Mignet terminou sua história – e o início da década de 1820, a Revolução Francesa passou a ser lida por jovens liberais de classe média, que cresceram entre a década de 1790 e a de 1800, como o crime da

¹⁰⁹ HOBBSAWN, E. J. *Ecoss da Marselhesa...* Op., Cit., p. 27.

*ascensão secular da burguesia à posição de classe dirigente.*¹¹⁰

Dentre esses pensadores burgueses liberais destacam-se François Guizot, Augustin Thierry, Adolphe Thiers, F. A. Mignet e Victor Cousin, como autores de um “liberalismo moderado” aos moldes de Alexis de Tocqueville, que acabaram influenciando até mesmo as formulações em torno da “idéia de luta de classes”.¹¹¹

Nesse momento, em particular, tanto os representantes da política, como os da economia, buscavam apoio e legitimação dos seus atos e ideais nesses pensadores burgueses liberais.

*“(...) O poder intelectual deve estar encarregado da educação e da vigilância moral das gerações que surgem; deve, além disso, em virtude das suas competências, servir de conselhos aos poderes políticos. O poder político deve buscar suas idéias junto ao poder intelectual e confinar-se na ação.”*¹¹²

Após o período de conturbação política e violência, buscava-se uma “doutrina” que pudesse se opor a qualquer ideário radical. O momento agora era de “liberdade, harmonia e conciliação”.

Na década de 1830, inicia-se um período de estreita relação entre a Universidade e o regime político adotado e, neste caso, Victor Cousin emerge como um dos nomes importantes. Será através do ensino superior que o ecletismo surgirá e se consolidará como uma “doutrina oficial de Estado”.

No momento em que o ecletismo instaura a *histoire de la philosophie* como um “gênero a ser largamente praticado”, tinha-se, também, nesta época uma ascensão da própria história. Dentre os protagonistas, Guizot, Vilemain e Cousin

¹¹⁰ HOBBSAWN, E. J. *Ecos de Marselhesa....* Op. Cit, p. 32.

¹¹¹ HOBBSAWN, E. J. *Ecos de Marselha....* Op. Cit, p. 25.

¹¹² CRESSON, A. *A filosofia francesa*. São Paulo: Difusão Européia, 1993, p. 88.

formavam um conjunto de “pensadores liberais”.¹¹³ Por outro lado, também era um período em que se buscava “taquigrafar” a realidade histórica e, para isso, nada melhor do que uma doutrina que visava fazer uma “síntese” de todo e qualquer conhecimento.

Participando da fundação de uma história da filosofia, Victor Cousin passou a defender uma “idéia” e/ou uma “filosofia espiritualista”, que por sinal acabou “tomando” o lugar da religião católica, tornando-se, a partir daí, uma espécie de “religião” oficial de Estado.¹¹⁴ O ecletismo, neste caso, veio justamente para inibir “o fanatismo, o radicalismo e a intolerância”.

“(…) a contestação recíproca das doutrinas latente em todas, exalta o talento apaziguador da orientação eclética. É como se o cético, paradoxalmente, fosse logrado pela aparência, e o conflito que ele enxerga resultasse da desproporção: seu olhar intenso é estreito, alcança limites sem preencher o campo; e assim o ecletismo, pelo mesmo conjunto com que se depara o cético, compila resultados apenas na aparência divergentes, reconciliando-os em nova ordem.”¹¹⁵

Victor Cousin sintetiza sua doutrina em 1828 com o trabalho intitulado *Introduction à l'histoire de la philosophie*. Este material trata-se, na verdade, de resultado das lições do *Cours de la philosophie*, que foram proferidas pelo filósofo francês entre os dias 17 de abril e 17 de julho de 1828 enquanto professor de filosofia da Faculté des Lettres de Paris.¹¹⁶

Mas, de que realmente trata essa espécie de doutrina filosófica? Segundo Paulo Mercadante, a *histoire de la philosophie* de Victor Cousin revela uma

¹¹³ MARQUES, U. R. de A. *A Escola Francesa de Historiografia – elementos de formação*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1996, (mimeo), p. 21.

¹¹⁴ BERNARD, C. *Victor Cousin ou la religion de la philosophie*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1991.

¹¹⁵ MARQUES, U. R. de A. *A Escola Francesa ... Op. Cit.*, p. 17.

¹¹⁶ COTTEN, J. P. *Autour de Victor Cousin – une politique de la philosophie*. Paris: Diffusion les Belles Lettres, 1992, pp. 100-102.

sucessão de quatro sistemas, a saber: o sensualismo, o idealismo, o ceticismo e o misticismo.

Separadamente, cada um desses sistemas são incompletos, mas, com verdades que devem ser levadas em conta e, neste caso, a filosofia eclética recuperaria e harmonizaria o que há de bom em cada um desses elementos. No entender de Victor Cousin, toda e qualquer corrente filosófica possui verdades. Caberá à *histoire de la philosophie* concatená-los criando um “sistema integral”.

“Aconselhava-se um ecletismo ilustrado que julgasse com equilíbrio todas as escolas, delas procurando retirar o que houvesse de verdadeiro e eliminando o que houvesse de falso.”¹¹⁷

O que nos interessa, neste momento, a reter da “filosofia” de Victor Cousin é sua idéia de harmonia entre as várias correntes filosóficas e, sobretudo, como essa “idéia” veio ao encontro dos anseios da nova ordem burguesa e do próprio liberalismo que, por sua vez, buscava reconstruir uma “nova sociedade” mais harmoniosa, sem conflitos e tolerável.

Além disso, como aponta Maria O. Pinassi, o ecletismo permite a formulação de todo e qualquer liberalismo, até mesmo o *plus large libéralisme*. A autora observa que se o romantismo, como movimento anti-capitalista, estava “fora do lugar” no Brasil, o ecletismo, com sua rejeição às manifestações de cunho radical, sejam elas, religiosas, filosóficas ou políticas, encontrou em solo brasileiro, terreno fértil, cumprindo, até mesmo, uma “dimensão redentora de nossas insuficiências estruturais”.

*“Com base na análise da revista **Niterói**, na qual questiono a sua fundamentação romântica, assim considerada desde Silvio Romero, a idéia, na atual pesquisa, é movida pela hipótese, já apontada naquele*

¹¹⁷ MERCADANTE, P. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1965, pp. 228-229.

*estudo anterior*¹¹⁸, de que, provavelmente, o **ecletismo** foi traduzido ou miscigenado ao **romantismo** pois que ambos propõem rupturas com o classicismo, o universalismo e as regras do século XVIII. A princípio, entretanto, são de natureza distintas e, poderíamos dizer que, naquele momento, o romantismo, como manifestação anticapitalista, está aqui fora de lugar, mas o ecletismo, aquele “plus large libéralisme” é a dimensão redentora de nossas insuficiências estruturais.”¹¹⁹ (grifos da autora)

Num momento em que a ciência sofria grandes impulsos, criavam-se instituições de ensino superior e técnico,¹²⁰ desenvolvia-se a indústria em geral, a idéia de progresso começa a ser cada vez mais difundida pela burguesia que almejava sua autonomia política e econômica definitiva.

Segundo Hobsbawm, essa proposta de “conexão entre desenvolvimento econômico e industrialização”, presente nos últimos anos do período napoleônico, influenciou enormemente os intelectuais da época, dentre eles, o próprio Victor Cousin que propagava os “liames entre progresso, política-econômica e indústria”. Em 1828, diz o seguinte:

¹¹⁸ A autora refere-se ao seu trabalho em torno da Revista Niterói. Cf. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

¹¹⁹ PINASSI, Maria O. *Os brasileiros e o Instituto Histórico de Paris...* Op., Cit., p. 65.

¹²⁰ Uma das prioridades dos defensores dos ideários da Monarquia de Julho era a criação do ensino superior de Estado, o estímulo a formação de escolas técnicas e profissionais, como forma de se desenvolver o nível intelectual dos membros da sociedade em geral. Podemos dizer que a criação do *Institut Historique de Paris* (IHP) em 1834 é fruto deste contexto. Enquanto uma instituição voltada para o incentivo, divulgação dos estudos históricos, o IHP também de certa maneira refletia os principais embates e debates travados durante boa parte do século XIX, dentre eles, o ecletismo: “É no *Journal [l’Institut Historique e l’Investigateur]*, que encontramos documentado o retrato dessa sociedade: o ecletismo do início, o aspecto um tanto caótico do conjunto, que se revela no campo ilimitado que pretendeu abranger – assuntos que iam desde a escolha de uma ama de leite à lógica de Aristóteles... – passando pelas ciências, pelas artes e pelas literaturas, pela arqueologia, a geografia histórica e pela História em particular.” In FARIA, Maria A. “Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris”. Rio de Janeiro: *Revista do IHGB*. Vol. 266, 1965.

“As ciências físicas e matemáticas são uma conquista da inteligência humana sobre os segredos da natureza; a indústria é uma conquista da liberdade da vontade sobre as forças dessa mesma natureza. (...) O mundo, tal qual as ciências físicas e matemáticas e, em seu rastro, a indústria, o fizeram, é um mundo para o homem, reconstruído por ele em sua própria imagem.”¹²¹

Enquanto uma filosofia voltada para o compromisso, moderada, o ecletismo acabou vindo ao encontro da burguesia não só pela sua idéia de harmonia, mas, também, pela sua aposta e defesa do progresso. Ilustra o fato a atenção em torno dos avanços das ciências naturais, da indústria e na capacidade do homem em transformar a natureza.

Um outro dado que esclarece esta estreita relação entre os pressupostos do ecletismo e da burguesia é a questão da democracia.

Victor Cousin apresentava-se, por um lado, como um crítico feroz da Monarquia Absolutista e, por outro, criticava os excessos da democracia. No seu entender o melhor regime político a ser adotado era a Monarquia Constitucional. Sua posição encontra-se melhor expressa na última lição do seu *Cours de la philosophie*, na qual faz a defesa da legislação enquanto forma de justificação do momento e regime político adotados.

“(...) na grande discussão que divide hoje a França, a Europa e o mundo, nós somos a parte liberal na França, na Europa e no mundo. Nós declaramos crer que desde 1789 a única verdade do governo para todos os povos civilizados é a Monarquia Constitucional. Esta forma de governo é aquela que assegura o melhor da liberdade. (...) É a legislação que saiu vitoriosa da luta sangrenta de dois sistemas que hoje, igualmente, faz seu tempo, a

¹²¹ COUSIN, V. “Introduction to the history of philosophy”. Boston, 1832, p.. 8. In HOBSBAWN, E. J. *Ecos da Marselhesa...* Op. Cit., p. 28.

saber, a Monarquia Absoluta e as extravagâncias da democracia.”¹²² (tradução livre)

A Monarquia Constitucional seria, neste caso, a forma de governo ideal para os povos que alcançaram um certo grau de civilidade, pois, somente uma nação que alcançou este patamar poderia adotá-la e compreender que se, por um lado, o absolutismo inibe o exercício da liberdade, por outro, o excesso de liberdade pode levar à “desordem”.

IV.1. A Presença do Ecletismo no Brasil

Pretende-se aqui mostrar em que condições tivemos, no Brasil, a entrada da doutrina eclética, dando ênfase maior aos autores que “beberam” desta corrente de pensamento européia. Isto se faz necessário para num outro momento entendermos em que medida podemos apontar a presença da doutrina eclética na Revista *O Progresso* e sua relação com o liberalismo brasileiro em formação, face ao próprio pensamento social brasileiro.

IV.1.1.Trânsito de Idéias - O Ecletismo enquanto Legitimador dos Princípios Conciliatórios

*“Se é certo, pois, que a nossa história intelectual tem sido, em grande parte, um tecido de vicissitudes da importação de idéias, de doutrinas, sobretudo de origem européia, não menos certo é que essas idéias aqui se deformaram ou conformaram às condições de um novo meio.”*¹²³

A vinda da Coroa Portuguesa constitui-se em importante acontecimento para a formação e desenvolvimento do pensamento social brasileiro. O tratado de

¹²² COUSIN, V. “Fragments de philosophie cartésienne”. Paris: Charpentier, 1845, Avant-propos, V-VI. In COTTEN, J. P. *Autour de Victor Cousin ...* Op. Cit., pp. 99-115.

¹²³ HOLANDA, S. B. de. “O Brasil Monárquico”. In *História da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, p. 324.

abertura dos portos (1810), exigência, é claro, dos ingleses como forma de resistência ao avanço de Louis Bonaparte, demarca um novo ciclo da história brasileira. Junto à abertura econômica, propiciando a entrada de novos produtos, tivemos também a incorporação de novos hábitos e idéias.

Segundo Antônio Cândido, a virada do século XVIII demarca a “Época das Luzes” brasileira, influenciando o desenvolvimento da vida cultural e social e coincidindo com o *momento decisivo* nas páginas da historiografia do Brasil — a transição da Colônia para o Império.

“Dentro desses limites acanhados e com todos os seus percalços, ocorreu, pois, a nossa breve Época da Luzes, coincidindo muito felizmente com um momento em que a superação do estatuto colonial abriu possibilidades para realizar os sonhos dos intelectuais. Por isso, no Brasil, a Independência foi o objetivo máximo do movimento ilustrado e sua expressão.”¹²⁴ (Grifo do autor)

Um fato novo, decorrente da vinda da Coroa Portuguesa, se deu na própria organização social brasileira. Os senhores rurais, que até então moravam na Casa Grande, passam devido à vontade de estar próximo ao poder, a morar no perímetro urbano, sobretudo, Rio de Janeiro. Isto fez com que se expandisse o número de bairros com uma arquitetura luxuosa. Esta preocupação em viver dentro dos padrões europeus não é nova no Brasil, mas no período joanino esse caráter dependente e mimético torna-se mais intenso.

A intensificação com os “modos europeus” acabou influenciando o aumento das “escolas régias”, que vinham justamente atender à necessidade da formação dos filhos ricos para a entrada nas escolas superiores. Se até então esses estudantes precisavam se deslocar até a Europa, a partir de 1808, com o intuito de minimizar esse problema, a Coroa cria a Escola Médico-cirúrgica da Bahia, para logo depois, no Rio de Janeiro, criar a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica.

¹²⁴ CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos... Op., Cit., p. 238.*

É desse período também a criação da Imprensa Régia, depois de séculos de proibição. Em 10 de setembro de 1808, cria-se o primeiro jornal brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, abrindo novos caminhos para os “brasileiros exultantes”, observado por Antônio Cândido.

“(...)nesse momento, o intelectual considerado como artista cede lugar ao intelectual considerado como pensador e mentor da sociedade, voltado para a aplicação prática das idéias.”¹²⁵

Após a instituição das escolas de Medicina, Direito e Imprensa Régia, entre as primeiras décadas do século XIX, a intelectualidade brasileira passou a buscar uma “consciência filosófica”, fato este que veio ocorrer, conforme aponta Antônio Paim, somente em meados do século XIX:

“Seu ponto de partida [da consciência filosófica] será o reconhecimento de que o pensamento científico não mais se subordina aos cânones escolásticos, mas se orienta pela experiência e na busca em estabelecer relações mensuráveis.”¹²⁶

Com isto, a fundação de ensino superiores e técnicos brasileiros acaba demarcando, também, com o desenvolvimento do pensamento livre, laico, o fim da exclusividade dos conventos.¹²⁷

Segundo Paim, Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), autor de *Preleções filosóficas sobre a teoria do discurso e da linguagem, a Estética, a Diocesina e a*

¹²⁵ Cf. CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira... Op., Cit., p. 238.*

¹²⁶ PAIM, A. *História das idéias filosóficas... Op., Cit., p. 51.*

¹²⁷ CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira... Op., Cit., p. 230.*

Cosmologia(1813),¹²⁸ demarca justamente a transição, via ecletismo, da escolástica para o pensamento moderno. Influenciado por Kant, quando esteve na Alemanha, Ferreira foi também adepto de Locke e Condillac. Ainda em Portugal foi acusado de jacobino, mas quando veio para o Brasil passou a “*não desejar interromper o diálogo com o passado nem apresentar a modernidade como algo chocante e inusitado.*”¹²⁹ Suas posturas políticas estão ligadas aos seus propósitos filosóficos ecléticos, sobretudo em relação ao princípio da moderação, fato este que justificaria, no seu entender, uma reforma nas instituições políticas representativas da vontade popular.

Ainda segundo Paim, o ecletismo foi uma entre tantas outras “correntes de idéias” a ser importada, através dos portos e dos estudantes que estudavam na Europa, pela intelectualidade brasileira.¹³⁰ O ecletismo seria “o *primeiro movimento filosófico plenamente estruturado no Brasil*”. Mas, ao ser adotado acabou “aclimatando-se” face às especificidades do solo brasileiro:

“(...) valorização da experimentação científica num meio que não dispunha de condições efetivas para realizá-la [a modernidade]; adoção dos princípios do liberalismo político defrontando-se, ao mesmo tempo, com o imperativo de preservar a unidade nacional; empenho de dotar o país de instituições modernas partindo de muito pouco, etc.”¹³¹

¹²⁸ Silvestre P. Ferreria exerceu o cargo de ministro do exterior no governo de D. João VI. Segundo Paim, entre os anos 1826 e 1842, Ferreira viveu em Paris, onde tornou-se amigo íntimo de Victor Cousin. Atesta o fato, algumas cartas divulgadas pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Cf. PAIM, Antônio. “O ecletismo de Antônio Pedro de Figueiredo”. *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XVI, fasc. 61, jan./fev./mar., 1966, p. 14.

¹²⁹ PAIM, A. *História das idéias filosóficas...* Op. Cit., p. 54.

¹³⁰ Vale lembrar, neste momento, a tese defendida por Roberto Schwarz: Brasil, país com característica de desenvolvimento capitalista tardio, atrasado, aqui tudo parece ser “emprestado”, vindo de fora, até mesmo as idéias, e dentre essas, o próprio liberalismo. Cf. SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas – forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

¹³¹ PAIM, A. *História das idéias filosóficas...* Op. Cit., p. 75.

Apesar das “especificidades” do solo brasileiro, o espírito nacional, em processo de estruturação, acabou desenvolvendo uma relação **profunda e normativa** com a filosofia eclética: “(...) no ecletismo filosófico de Victor Cousin, o espírito nacional iria encontrar as bases teóricas para formular a sua ideologia. O **compromisso** seria, em grande parte, com o espiritualismo nele contido”.¹³² (Grifos meus)

O ecletismo enquanto movimento filosófico foi bastante debatido e incorporado por boa parte da intelectualidade brasileira do século XIX. Ilustram a ocorrência os trabalhos do pregador Monte-Alverne, *Compêndio de filosofia* (1833), Antônio Pedro de Figueiredo, idealizador da revista *O Progresso* (1846-1848), Domingos de Magalhães, *Os fatos do espírito humano*, considerado o trabalho mais importante da doutrina eclética brasileira. Vale lembrar que neste trabalho Magalhães priorizou apenas o aspecto espiritualista da doutrina de Victor Cousin, renegando, dessa forma, seu lado historicista, e Eduardo Ferreira França, com o trabalho *Investigações de psicologia* (1854), também faz parte deste elenco.

Paulo Mercadante, lembra ainda que o ecletismo teve fôlego maior do que comumente é observado pelos estudiosos da *História do Pensamento*.

*“O prestígio dos ecléticos franceses crescera nos meios estudantis e intelectuais. Seus livros chegavam até o interior do país, como nos revelam vários autores e mesmo, em plena efervescência da década de 70, citava-se e debatia-se ainda Victor Cousin.”*¹³³

A ascensão do ecletismo não se deveu apenas aos escritos desses pensadores, mas sobretudo, ao próprio ambiente político nacional. A instauração do Império marcado por uma política conservadora e reformista demarca este momento:

¹³² MERCADANTE, P. *A consciência conservadora...* Op. Cit., p. 8.

¹³³ MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora...* Op., Cit., pp. 226-227.

“A nova elite dirigente, a partir da experiência prática, elaborou uma verdadeira ideologia da conciliação. Houvesse no país uma tradição algo consolidada e sua fundamentação filosófica seria elaborada por um teórico nacional. A existência de uma doutrina próxima daquilo que se almejava, na metrópole espiritual que se escolhera, cercada até do respeito e do acatamento oficiais, só poderia despertar entusiasmo generalizado nos setores mais representativos de nossa intelectualidade. O empenho conciliador é justamente a tônica de Victor Cousin.”¹³⁴

Apontada já no constitucionalismo português de 1820¹³⁵, a Monarquia Constitucional adotada por D. Pedro II, enquanto forma de Estado, demarca um certo êxito da doutrina eclética na política brasileira. A Monarquia Constitucional acabou configurando-se como uma vitória dos Moderados em detrimento dos Conservadores e Radicais. Em relação aos Conservadores pelo fato da *“quebra do princípio do direito divino dos reis”*; já para os Radicais pela *“atividade renegatória dos postulados republicanos jacobinos”*.¹³⁶

Vale observar que, ao apontarmos os problemas estruturais da sociedade brasileira e sua relação com a doutrina eclética, não objetivamos afirmar que foram as idéias, neste caso, o ecletismo, as fomentadoras de tais mudanças.

¹³⁴ PAIM, A. *História das idéias filosóficas...* Op. Cit., pp. 82-83.

¹³⁵ A Revolução Constitucionalista do Porto adquiriu dimensões que extrapolaram as fronteiras portuguesas, atingindo o próprio Brasil. Se esse movimento, de viés liberal constitucionalista, representava aos portugueses a constituição de uma sociedade nos moldes burgueses, para os brasileiros, trazia justamente à tona as contradições do modelo colonialista, impulsionando, de certa maneira, uma tomada de posição, ou seja, manter o estatuto político-jurídico de 1808, ou modificar o modelo atual. Boris Fausto sintetiza este episódio histórico da seguinte forma: *“A Revolução portuguesa de 1820 tinha aspectos contraditórios para os brasileiros. Podia ser definida como liberal, por considerar a monarquia absoluta um regime ultrapassado e opressivo e por tratar de dar vida a órgãos de representação da sociedade, como é o caso das Cortes. Ao mesmo tempo ao promover os interesses da burguesia lusa e tentar limitar a influência inglesa, pretendia fazer com que o Brasil voltasse a se subordinar inteiramente Portugal”*. Cf. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 1995, p. 130.

¹³⁶ MERCADANTE, P. *A consciência conservadora*. Op. Cit., pp. 66-67.

Podemos aceitar, no máximo, que essas idéias as sustentaram no transcorrer da experiência brasileira. Antes de fazermos a história das “idéias por elas mesmas”, é mais interessante, como ressalta, Vamireh Chacon, buscarmos “o eco dos interesses econômicos e políticos no pensamento, e a influência que daí resulta”.¹³⁷

IV.1.2.Liberalismo “Ambíguo”

Este tema, aqui apenas referenciado, é introduzido, com o intuito de compreendermos quais seriam as consequências do ecletismo no plano da organização social brasileira, enfatizando, sua relação com o liberalismo.

*“O par, formalmente dissonante, escravismo-liberalismo, foi, no caso brasileiro pelo menos, apenas um paradoxo verbal. O seu consórcio só se poria como contradição real se se atribuísse ao segundo termo, liberalismo, um conteúdo pleno e concreto, equivalente à ideologia burguesa do trabalho livre que se afirmou ao longo da relação industrial europeu”.*¹³⁸

Esse binômio ou “par” liberalismo-escravismo constituiu-se numa das grandes especificidades para a inserção do Brasil no mundo moderno, compreendido nos séculos (XVIII e XIX). O liberalismo enquanto prática econômica baseada no trabalho livre e orientada por valores da livre concorrência e da não interferência estatal nunca se efetivou em sua plenitude no Brasil. Se esta contradição é verossímil, ela o é em sua aparência, tratando-se, na verdade, como observa Alfredo Bosi, de “apenas um paradoxo verbal”. Incorporamos somente a forma e não o conteúdo liberal, peculiaridade esta que acabou propiciando certa conciliação entre liberalismo-escravismo.

O liberalismo praticado no Brasil desde a sua inserção no mercado mundial livre possuiu um caráter funcional, ou seja, mercado livre não significou trabalho

¹³⁷ CHACON Vamireh. *História das idéias socialistas...* Op., Cit., p. 101.

¹³⁸ BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 195.

livre. Daí a necessidade, apontada por Alfredo Bosi, de uma “compreensão cultural do termo liberalismo” e/ou uma “análise semântico-histórica”:

“1. **Liberal**, para a nossa classe dominante até os meados do século XIX, pôde significar **conservador das liberdades**, conquistadas em 1808, de produzir, vender e comprar.

2. **Liberal** pôde, então, significar **conservador da liberdade**, alcançada em 1822, de representar **politicamente**: ou, em outros termos, Ter o direito de eleger e de ser eleito na categoria de cidadão qualificado.

3. **Liberal** pôde, então, significar **conservador da liberdade** (recebida como instituto colonial e relançada pela expansão agrícola) **de submeter o trabalhador escravo mediante coação jurídica**.

4. **Liberal** pôde, enfim, significar **capaz de adquirir novas terras em regime de livre concorrência**, ajustando assim o estatuto fundiário de Colônia ao espírito capitalista da lei de Terras de 1850.”¹³⁹ (grifos do autor)

Ser liberal no Brasil Colonial e Imperial significava apenas ser “conservador das liberdades”, condição que não é de todo oposta aos princípios do liberalismo. O problema se daria no momento em que essas “liberdades” são atribuídas e praticadas somente pela classe proprietária — neste caso, a elite agroexportadora.

Aqui, novamente, se evidencia que a forma nacional constituída, com sua mentalidade conservadora, acabou assumindo especificidade em relação à trajetória realizada pela sociedade europeia, em especial, pelo seu **caráter**

¹³⁹ BOSI, A. *Dialética da colonização...* Op. Cit., pp. 199-200.

conciliatório entre *liberalismo* e *escravismo*.¹⁴⁰ É essa “idéia” – de conciliação – que parece ser o grande “nó górdio” ou a “salvação” do aqui instaurado “liberalismo ambíguo”. A questão que se levanta é a seguinte: não seria a prática conciliatória (aqui entendida dentro dos princípios do ecletismo), que possibilitou a manutenção dessa contradição da estrutura econômica brasileira?

Essa contradição que marca nossa história, vem antes mesmo do Brasil, tornar-se uma nação. Caio Prado Júnior, em seus trabalhos *Evolução política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), não tratou especificamente desta questão, mas suas reflexões em torno de qual o real *sentido* da nossa colonização, nos ajuda a esclarecê-la, demonstrando que, desde a origem do Brasil-Nação, a economia interna esteve “voltada para fora”, criando, assim, um descompasso entre as relações de produção aqui desenvolvidas e as reais necessidades da sociedade brasileira em geral.

Já no primeiro parágrafo do capítulo, considerado o mais importante, ou pelo menos o mais citado, *Sentido da Colonização*, do livro *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*, o autor nos dá várias pistas de como ele próprio concebe a forma pela qual se deu a colonização brasileira. Seguindo suas orientações teórico-metodológicas, afirma que, para se apreender qualquer processo histórico, como por exemplo, a evolução do povo, se faz necessário correlacionar o “sentido” desta evolução a um maior número de fatos possíveis. Acrescenta que aquele pesquisador que achar que determinadas questões consideradas secundárias não são importantes para sua análise, para a compreensão do fenômeno, certamente estará deixando “escorrer por entre os dedos” a possibilidade de se ter uma visão mais totalizante do processo histórico a ser analisado. E, com isto, deixará de perceber que, em todo processo histórico,

¹⁴⁰ Não estamos querendo dizer com isto que a conciliação seja uma “prática” única e exclusivamente brasileira, pois, se pensarmos como se configurou a Europa após o período marcado pelo “terror” e insurgimento da restauração, vemos a conciliação enquanto mediadora entre os interesses da burguesia e aristocracia na reconstrução do Velho Mundo, contra a classe operária em formação.

existe uma “linha mestra e ininterrupta de acontecimentos”.¹⁴¹ Será com estas orientações que Caio Prado Júnior analisará o sentido da colonização brasileira. Antes, porém, vejamos um pouco como ele concebeu a própria colônia.

Rubem Murilo, chama atenção para este aspecto metodológico da obra caiopradiana. Segundo o autor, o historiador paulista, ao se sustentar na busca “totalizante do processo histórico”, apreendeu o aspecto da “recomposição de alianças políticas conciliadoras entre forças dominantes” e da “não-ruptura” na experiência brasileira.

“É essa lógica presente no processo de desenvolvimento que Caio Prado atribui o fato de a experiência brasileira se caracterizar pela não-ruptura com as ‘amarras colonias’. Procurou mostrar, no mínimo, que o nosso percurso de desenvolvimento nem sempre, e mesmo raramente, resultou em ruptura essencial com esses padrões tradicionais.”¹⁴²

Podemos dizer que a grande questão perseguida por Caio Prado Júnior foi buscar entender como o Brasil, país de passado colonial, poderia vir a ser uma nação. Por ver nesse passado colonial algo de que somos o resultado é que o autor dará atenção ao período da Colônia, pois somente por essa forma teria condições de entender que tipo de nação o Brasil se constituía. Porém, de acordo com esse historiador, o processo de colonização não foi homogêneo e existiram pelo menos duas formas diferentes: a de povoamento e a de exploração. Além disso, precisamos entender, primeiramente que “(...) estes acontecimentos são

¹⁴¹ “Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo sentido. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucede em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação” In PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*. São Paulo: Martins Editora, 1942, p. 13

¹⁴² RÊGO, Rubem M. L. *Sentimento do Brasil*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2000, p.225.

correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso”.¹⁴³

A colonização portuguesa na América não é fruto somente de uma “aventura” qualquer e sem interesses objetivos. Ela “(...) é apenas a parte de um todo, incompleta sem a visão deste todo.”¹⁴⁴ Se pudéssemos demarcar historicamente um período para facilitar a compreensão de como surgiu este processo, poderíamos dizer que iniciou-se em meio à expansão marítima dos países da Europa, por volta do século XV. Se existiu um “sentido prévio” para a colonização, este foi meramente comercial. Diz o autor:

*“(...) Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo oceano a fora. Não tem outro caráter a exploração da costa africana e a descoberta das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, a descoberta da América, a exploração e ocupação de seus vários setores.”*¹⁴⁵

Tanto é verossímil esta conclusão de Caio Prado Júnior que a própria colonização portuguesa na América contribuiu para que se desenvolvesse a economia da metrópole, funcionando enquanto estímulo para a sedimentação do modo de produção capitalista em Portugal. A colônia, neste caso, seria a fonte de matéria-prima e divisas, elementos que foram imprescindíveis para o desenvolvimento do próprio setor industrial português. Por enquanto, voltemos à questão das diferentes formas de colonização. Como já dito anteriormente, na América existiram duas: povoamento e exploração. A primeira se deu na zona temperada e a segunda na zona tropical e semi-tropical.

¹⁴³ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*. Op., Cit., p. 14.

¹⁴⁴ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*. Op., Cit. p. 15.

¹⁴⁵ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*. Op., Cit. pp. 16-17.

Segundo o autor, para cada uma dessas formas existiram diferentes fatores contribuintes para o seu desenvolvimento. Se antes o que prevalecia era meramente o interesse comercial, agora existem outras forças motoras. Um dos elementos que contribuiu enormemente para que se constituísse a forma de colonização na América do Norte, caracterizada como povoamento na zona temperada, foram as lutas político-religiosas ocorridas na Europa do século XV. Imigrantes de diversos países europeus como a Inglaterra, a França, a Alemanha e a Suíça, com medo das perseguições promovidas pela Inquisição do Santo Ofício, e em muitos casos punidos com o degredo para o Novo Mundo, instalaram-se, em sua maioria, naquela região do continente. Outro fator contribuinte para a evasão da Europa foram as transformações econômicas e as novas formas de produção industrial.

" [A distribuição da população] é deslocada em massa dos campos que de cultivados se transformam em pastagens de carneiros cuja lã iria abastecer a nascente indústria têxtil inglesa. Constitui-se aí uma fonte de correntes migratórias que abandonam o campo e vão encontrar na América, que começa a ser conhecida com um largo centro de afluência." 146

Mediante esses fatores os imigrantes que foram para a América do Norte, foram com a intenção de povoar. O objetivo agora era criar um novo mundo, sentimento este completamente diferente daquele dos que vieram para a América portuguesa em seus primeiros anos de colonização.

Já na área tropical e semi-tropical as determinações que irão constituir a forma de colonização do tipo exploratória serão bem diferentes em relação às de povoamento. Primeiramente, diz Caio Prado Júnior, as condições naturais são completamente opostas às que os imigrantes europeus estavam acostumados. Na América do Sul prevalece o clima quente, e, por conseguinte, região infestada de insetos desconhecidos pelos "civilizados" e a mata cerrada que dificultava

extremamente o trabalho exploratório. Porém, se por um lado as condições naturais e climáticas não poderiam ser consideradas estímulos suficientes para que os europeus para cá se deslocassem, por outro, a especificidade desse meio natural propiciava as condições necessárias para a obtenção de produtos escassos ao comércio europeu.

Delineia-se, assim, o "germe" inicial do sentido da colonização brasileira a saber: produção em alta escala e grandes unidades produtivas de gêneros — açúcar, pimenta e tabaco — que possuíam valor exorbitante no mercado europeu. Com isso, a América do Sul, possuidora de uma farta oferta, tornou-se grande atrativo e estímulo para a ocupação dos trópicos. Mas,

"(...) a América lhe poria à disposição, em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do homem. É isto que estimulará a ocupação dos trópicos americanos. Mas trazendo este agudo interesse, o colono europeu não trairia com ele a disposição de por-lhe a serviço. Neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele."¹⁴⁷

Isto se constituiu em duas grandes contradições iniciais ao desenvolvimento da colonização no Brasil: a primeira, a produção meramente voltada para o mercado externo; a segunda, o fato de os imigrantes europeus que, para cá se dirigiam, virem somente com a intenção de administrar grandes negócios e retornarem ricos para sua terra natal.¹⁴⁸

¹⁴⁶ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia*. Op., Cit., p. 20.

¹⁴⁷ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Op., Cit., p. 23.

¹⁴⁸ A estrutura social da Colônia nos primeiros anos era, segundo Caio Prado Júnior, reduzida a duas classes: proprietários rurais, de um lado, e os trabalhadores do campo, escravos e semi-livres de outro. Cf PRADO JR, C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1972, p. 28.

Diferentemente da Índia, cuja riqueza poderia ser extraída do comércio e até mesmo de saques, no Brasil era necessário buscá-la através do uso do solo e da criação de animais domésticos, desenvolvendo-se assim, a agricultura e a pecuária.

A ocupação das terras no Brasil foi estimulada mediante a expulsão marítima dos países europeus (século XVI), embora sua exploração efetiva tenha se iniciado somente por volta de 1540. Além disso, a expansão da colonização coincide também com a separação de Portugal do domínio espanhol (1640-1770), caracterizando um período de grande dependência da metrópole em relação às suas colônias. Intensifica-se, assim, a presença da Coroa Portuguesa no Brasil.

Segundo Caio Prado Júnior, a colônia portuguesa na América possuía uma especificidade que marcaria profundamente a formação da economia brasileira: o seu vasto território. Ameaçados pelos franceses e por outros povos europeus, que desenvolveram atividades comerciais desde o descobrimento da colônia, os portugueses passaram a se preocupar em demarcar novas terras. Passaram também a pensar uma forma de assegurá-las. Foi com esse intento que, já sob o domínio da Coroa, começou-se a pôr em prática a concepção de sesmarias para aqueles que possuíssem condições financeiras em desenvolver a produção de gêneros de valor comercial para a metrópole.¹⁴⁹

“(...) a grande exploração agrária - o engenho, a fazenda - é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem

¹⁴⁹ Esse ato da Coroa de conceder terras somente para aqueles que possuíssem para investir na produção de gêneros de valor comercial, também pode ser considerado importante fator para o desenvolvimento de relações tipicamente capitalistas na colônia portuguesa. Isto se dá no momento em que apenas uma pequena parcela da população tem esse acesso à terra - meio de produção neste momento - e a sua grande maioria ficando relegada a trabalhar para esses "novos empreendedores". Claro que, na colônia portuguesa, se deu com outras especificidades, sobretudo com a inserção do trabalho escravo. Mas, por outro lado, não deixa de ser uma "moderna forma de colonização" e estimuladora do desenvolvimento das relações capitalistas. Cf. MARX, K. *O Capital - Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, Volume 1, Livro 1, Tomo 2, pp. 285-292.

*para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com as grandes descobertas ultramarinas, e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de ir buscar neles os gêneros que aquele centro reclama e que só eles lhe podem fornecer.*¹⁵⁰

Como vemos, num primeiro momento, a forma pela qual exploraram-se as terras da colônia portuguesa — em grandes unidades produtivas —, foi determinada pelas suas especificidades, como, por exemplo, o vasto território que aqui existia; num segundo, Caio Prado Júnior não deixa de também enfatizar que este tipo de exploração foi resultante de reais interesses da burguesia comercial portuguesa e europeia, demarcando, dessa forma, o caráter primordialmente mercantil da colonização brasileira.

Por último, e talvez a mais importante, esta forma de colonização *não* influenciou somente a economia colonial, mas *determinou a própria organização social da colônia portuguesa, ou seja, constituiu uma economia calcada no trabalho escravo mesclada à prática de cunho capitalista*, o que levou à constituição de uma *contradição singular* à formação do Brasil-Nação. Isto teve consequência no perfil do liberalismo que aqui se desenvolveu.

Este sentido de colonização acabou instituindo também uma sociedade calcada no mandonismo e poder local. Oliveira Vianna, dentro de outra perspectiva, procurou entender a questão. Vejamos como este problema está correlacionado com as barreiras enfrentadas para a sedimentação plena do liberalismo em solo brasileiro.

¹⁵⁰ PRADO JR, Calo. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Op., Cit., pp..113-114.

Oliveira Vianna, representante dos anseios da República Liberal e Oligárquica, vai defender um poder público centralizado e unitário. Isto se faz necessário, na medida em que o imenso território brasileiro cria uma situação de dispersão da autoridade pública.

Segundo o autor, um dos grandes problemas que a sociedade brasileira terá de enfrentar, se quiser desenvolver a moralidade pública, é em relação ao excesso de poder político contido “nas mãos” da dispersa aristocracia rural, que acabou se constituindo em verdadeiros clãs feudais. Maria Hermínia T. de Almeida sintetiza esta problemática levantada por Oliveira Vianna.

“(...)os clãs feudais e os clãs paternais definiram as feições da vida pública no Brasil Colonial; seus complexos culturais típicos moldaram normas, usos e hábitos políticos que davam substância ao nosso direito público costumeiro. O legado de três séculos de colonização foi, assim, uma sociedade dispersa em herdades rurais, pouco coesa e fortemente hierarquizada, e uma cultura política privatista, particularista, personalista, localista e paternalista-autoritária. Sobre esse terreno impróprio, e sem cuidar de modificá-lo, as elites que fizeram a independência quiseram edificar a democracia.”¹⁵¹

No entender de Oliveira Vianna, o vasto território, a dispersão da autoridade pública e o mandonismo local e personalista seriam a antítese da formação de uma autoridade nacional. Daí a necessidade de um Estado forte, centralizado e interventor, pois somente assim eliminaríamos as mazelas do nosso passado colonial, criando solo fértil para a ampliação da esfera pública — elemento imprescindível para a constituição e transformação da nação.

¹⁵¹ ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. “Oliveira Vianna – Instituições políticas brasileiras” In: MOTA, Lourenço D. (org) *Introdução ao Brasil – um banquete no trópico*. São Paulo: Ed. Senac, 1999, pág. 301

Essa descentralização de poder, calcada nos poderes locais, relegados sobremaneira à aristocracia rural, acabou instituindo também na formação social brasileira, o “favor” enquanto “a nossa mediação quase universal”, como observa, Roberto Schwarz:

“O escravismo desmente as idéias liberais; mais insidiosamente o favor, tão incompatível com elas quanto o primeiro, as absorve e desloca, originando um padrão particular. O elemento de arbítrio, o jogo fluido de estima e auto-estima a que o favor submete o interesse material, não podem ser integralmente racionalizados. (...)O favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais. Entretanto, não estávamos para a Europa como o feudalismo para o capitalismo, pelo contrário, éramos seus tributários em toda linha, além de não termos sido propriamente feudais – a colonização é um feito de capital comercial.”¹⁵²

A “cultura do favor” seria, portanto, a fórmula encontrada por Roberto Schwarz para se compreender o liberalismo aqui praticado. Ou seja, a contradição brasileira não estaria na relação entre senhor e escravo, e sim, entre “homens livres” e latifundiários, praticantes e dependentes da “cultura do favor”.¹⁵³

Isto posto, tudo leva a crer que esse tipo específico de colonização, atrelado ao pragmatismo, a “cultura do favor” e ao tom conciliatório da elite brasileira, possibilitou a manutenção desta dualidade da estrutura econômica

¹⁵² SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas...* Op., Cit., pp.16-17.

¹⁵³ Em relação a esses “homens livres” o autor diz o seguinte: “nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura”. (grifo do autor) SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas...* Op., Cit., p. 16.

brasileira.¹⁵⁴ Se recorrermos na própria trajetória política, veremos o quanto é verossímil a idéia de que a conciliação, muitas vezes calcada nos princípios do eclétismo, foi a sustentadora desse “liberalismo ambíguo”.¹⁵⁵

A Monarquia Constitucional, por exemplo, como vimos anteriormente, legitimou a prática contraditória dos senhores ruralistas e, por sua vez, acabou interrompendo qualquer possibilidade de desenvolvimento do liberalismo em sua plenitude:

“(..) vive numa fazenda de escravos, de látigo em punho, enquanto se empolga pelas idéias liberais correntes nos países europeus já libertos do feudalismo; revolucionário, quando analisa as suas relações de produção com o mercado externo, e conservador, quando reage a quaisquer idéias de abolição. Seu caminho é necessariamente o compromisso entre a escravatura e o liberalismo econômico.”¹⁵⁶

Neste caso, a conciliação, a moderação, pressupostos básicos do eclétismo, formavam a regra, funcionando, de certa maneira, como *justificação ideológica do compromisso*.

¹⁵⁴ Entendemos que os autores Caio Prado Júnior, Oliveira Vianna, Roberto Schwarz e Alfredo Bosi, partem de matriz teóricas e até mesmo de épocas diferentes. Porém, o intuito aqui, foi tão somente de, apresentar que apesar das diferenças, eles apontam o tipo específico de colonização como colaboradora na formação da dualidade da estrutura econômica brasileira.

¹⁵⁵ Sérgio B. de Holanda em *O Brasil monárquico...* Op. Cit., p. 183, observa que a história do Império foi marcada por esse ideário de conciliação, sustentado pelos princípios do eclétismo: “O eclétismo correspondia precisamente ao desejo de evitar os excessos dos revolucionários e dos reacionários. Filosofia do justo meio condizia com os ideais do liberalismo burguês. Aliás, a importância do eclétismo na história do século XIX deriva do fato de haver ele fornecido ao liberalismo as teses filosóficas de que este necessitava. Insuficientemente crítico e prudentemente progressista, ligou-se à forma monárquica, constituindo-se como filosofia das elites liberais que dirigiam os destinos do Império”.

¹⁵⁶ MERCADANTE, P. *A consciência conservadora...* Op. Cit., p. 67.

IV.1.3. Antônio Pedro de Figueiredo e a Revista *O Progresso* a partir do “Arquétipo Liberal”

Vimos no início deste capítulo, que a “nova ordem”, marcada pela ascensão da burguesia européia, postulava a harmonia e a conciliação como pressupostos necessários para inibir qualquer tipo de “fanatismo e radicalismo” por parte do proletariado em formação e, criar condições para o desenvolvimento do *progresso* material e moral da sociedade em fase de estruturação. Mostramos, também, o importante papel desempenhado pelos denominados “pensadores liberais”, dentre eles Victor Cousin, na teorização e defesa dessa nova ordem. O ecletismo, por sua vez, apregoando a harmonia entre as várias correntes, vindo ao encontro deste contexto, em que o principal lema era o *progresso*, desempenhou importante função na legitimação desses ideais. Tanto o é que, como vimos anteriormente (p.85), tornou-se doutrina oficial do Estado francês. Porém, essa discussão levou em consideração o contexto europeu, sobretudo francês e, por conta disto, se coloca um problema: em que medida podemos falar em ecletismo no Brasil sem cair numa “relação mecânica” e/ou simplesmente uma transposição de idéias? Ou ainda, como fazer esta discussão se o ecletismo emerge em meio à burguesia européia, sendo o contexto brasileiro oitocentista baseado em um sistema produtivo calcado no trabalho escravo? Daí deriva a afirmação que tem provado polêmica, que aponta para a singularidade do caso brasileiro: devido a nossa específica formação histórica, ao “importar” essas idéias européias, absorvemos apenas, como observa Alfredo Bosi, a *forma* e não o *conteúdo* liberal contido nessas idéias.

Desse modo, levando em consideração a especificidade brasileira, a presença do ecletismo deve ser entendida a partir da forma pela qual a intelectualidade brasileira aceitou essa proposta. Mais ainda, como funcionou em relação ao ambiente político nacional. Os idealizadores da revista *O Progresso* encontram-se dentro desta perspectiva.

Já apontamos (p. 92), a partir dos estudos de Antônio Paim, a importância de um dos intelectuais contribuintes na ascensão do ecletismo no Brasil, Silvestre Pinheiro (1769-1846). Porém, carecemos de uma melhor compreensão do ambiente político receptor desta doutrina. Ainda segundo o mesmo autor, a política nacional da época teria contribuído para a ascensão da doutrina eclética:

“(...) a componente política desempenhou papel relevante na adesão à filosofia eclética. No processo de estruturação do Império, parece evidente a existência de uma constante, em torno à maioria dos problemas em debate: formadas as polaridades — o conservantismo intransigente e o reformismo radical — surge e passa a predominar, invariavelmente, a tendência conciliatória.”¹⁵⁷

Pode-se dizer mais do que isto: o ecletismo, sendo incorporado como base teórica por parte da intelectualidade brasileira, “funcionou” não somente como “bússola de análise” dos problemas nacionais, mas, também, como justificção ideológica do compromisso, exemplificada na conduta da elite agroexportadora — uma *prática* escravocrata e um *discurso* em defesa das liberdades.

Se a política, responsável pela criação das leis gerais e organização da sociedade, foi a “porta de entrada” para a filosofia eclética, a idéia de reforma tão difundida entre os intelectuais e políticos brasileiros e, dentre esses, podemos incluir os próprios redatores e idealizadores da revista, estaria em plena sintonia com a época, ou seja, com as necessidades postas pela sociedade. Vimos anteriormente que a tônica preponderante na solução dos males do Brasil era a necessidade de reformas, seja em torno do livre pensamento, papel do Estado, colonização interna e externa, seja em torno do socialismo. Uma outra questão embora pouco desenvolvida pelos autores é a “*absurda doutrina do laissez faire e laissez passer*”, responsável, como apontou, o autor do artigo *O Direito de Viver* (pp. 775-778), pela impossibilidade que colocava para a efetivação universal dos direitos imprescindíveis aos homens — o acesso comum à terra, o trabalho e o

¹⁵⁷ PAIM, Antônio. *O ecletismo de Antônio Pedro de Figueiredo... Op., Cit., p. 14.*

próprio direito de viver. Lembrar essa polêmica se justifica porque entendemos que nela estão contidos os limites do socialismo-utópico apregoado por Antônio Pedro de Figueiredo e os demais redatores da revista *O Progresso*. Vejamos:

Primeiramente relembremos que, para Antônio Pedro de Figueiredo, a finalidade última da atividade humana seria o prazer, sendo este concretizado com a satisfação dos indivíduos de seus desejos. Porém, há uma *distância* entre os homens e seus desejos. O problema estaria na dificuldade ao acesso da grande maioria da população às riquezas do país.¹⁵⁸ Esta situação seria, por sua vez, caracterizada pelo vício brasileiro — a grande propriedade territorial.

“(...)esse feudalismo territorial, e as consequencias que elle arrastra, – a opressão das massas no interior da provincia, – impunidade dos crimes, &c., é um vicio que nasceu da antiga organização, e que as nossas revoluções e civilização ainda não poderam acabar.

Eia, Sr. Redator, mostre que este vicio, que este principio gerador é a grande propriedade; indique-lhe francamente o remedio, e muito há de merecer dos seus concidadãos.”¹⁵⁹ (Grifos do autor)

A raiz do problema nacional estaria, portanto, na concentração de terras entre os grandes proprietários o que traria, por sua vez, obstáculos para o fluxo natural da economia — produção, consumo e distribuição.

No artigo *Revista Bibliographica* (pp. 499-506), encontramos, a partir de uma resenha do livro de Pedro Autran da M. Albuquerque, *Elementos de Economia Política* (vol. I, Pernambuco, 1844), uma polêmica acerca da questão da distância entre os homens e seus desejos, buscando as causas desse impasse.

¹⁵⁸ *O Progresso*, Revista Social, Litteraria e Scientífica. Op., Cit., artigo “Actividade Humana”, pp. 175-180, assinado por A.

¹⁵⁹ *O Progresso*, Revista Social, Litteraria e Scientífica. Op., Cit., artigo “Variedade”, p. 624, assinado por Antônio Pedro de Figueiredo.

Aqui relembra outra vez o vício e o mal brasileiros — a grande propriedade territorial.

Segundo Antônio Pedro de Figueiredo, o livro de Pedro Autran da M. Albuquerque, além de ser representante da velha escola econômica do *laissez-faire, laissez-passer* e da proposta de seus formuladores Adam Smith e J. Bastide. Say, teria incorporado as deficiências e simplificações desta teoria econômica.

“O lugar que este principio[de desenvolvimento espontaneo das inclinações individuaes] occupa às primeiras paginas do livro do Sr. Autran, onde é citado de passagem e como exemplo, autorisaria a alguem a considera-lo como pouco importante; e todavia é, sem tirar nem pôr, a base da grande escola economica que apreciamos n’outro lugar. Os primeiros passos dados por ella no dominio dos phenomenos precipitaram-na logo n’um erro capital que viciou todos os resultados que mais para o diante obteve.”¹⁶⁰

A crítica recai sobre o princípio da escola econômica, representada por Adam Smith e J. B. Say, da liberdade absoluta aos indivíduos. O problema estaria no fato de, ao defender que cada indivíduo deveria ser livre e seguir suas inclinações, o autor incorreria no mesmo erro daquela escola econômica: estaria indo contra todo e qualquer princípio de solidariedade humana, o que seria desastroso para o conjunto da sociedade brasileira.

“O máximo de liberdade para cada individualidade exige um meio, em que as tendencias individuaes se achem harmonisadas entre si, e se possam desenvolver pacificamente. Então o laissez faire, laissez passer torna-se maxima verdadeira e bebefica. Mas, no estado de

¹⁶⁰ O Progresso, Revista Social, Litteraria e Scientífica. Op., Cit., artigo “Revista Bibliographica”, p. 500, assinado por A.

guerra permanente em que ora se acham todas as forças individuais, este aphorismo não passa de inhumano, anti-economico, anti-social.”¹⁶¹

Por isso a necessidade, como vimos no item *Papel do Estado* (p.57), de um certo controle da absoluta liberdade, o que possibilitaria uma melhor definição tanto do interesse e desejo individual quanto social. Em síntese, a base da economia política para Antônio Pedro de Figueiredo, seria: a soma dos desejos realizados e orientados teria por consequência maior riqueza para a nação e, se o “indivíduo social” estiver plenamente satisfeito é porque o fluxo da economia estaria sendo normal.¹⁶² Essa seria a situação ideal para qualquer economia. Porém, no Brasil, em especial, como já demonstrado, a partir dos mais variados artigos da revista *O Progresso*, prevalece o pauperismo e a miséria social, frutos da distância entre o indivíduo e seus desejos, indicando a necessidade de reformas.

Identificado o problema da má organização da sociedade cabe reformá-la. Porém, dentro dos limites institucionais:

“Com effeito, qual seria o fim dessa revolução? – a mudança da fôrma de governo, à imitação do acabam de fazer os Francezes, os Napolitanos e outros povos da Europa? Não vemos razão alguma para seguirmos o exemplo dado por estes. Em Napoles, em França, em Vienna, a nação já havia esgotado todos os meios pacificos para obter as refôrmas que julgava indispensaveis à sua prosperidade e encontrava

¹⁶¹ *O Progresso*, Revista Social, Litteraria e Scientífica. Op., Cit., artigo “Revista Bibliographica”, p. 501, assinado por A.

¹⁶² *O Progresso*, Revista Social, Litteraria e Scientífica. Op., Cit., artigo “Revista Bibliographica”, p. 500, assinado por A.

*obstaculos invenciveis na vontade que repellia todo e qualquer progresso, e tornava a revolução necessaria.*¹⁶³

Como vemos, em clara referência ao movimento praieiro, Antônio Pedro de Figueiredo é contundente na recusa de todo e qualquer movimento revolucionário que não tivesse esgotado todos meios legais com a finalidade única do desenvolvimento do progresso. Essa defesa de reformas dentro do âmbito institucional não é feita por acaso, Antônio Pedro de Figueiredo parte do pressuposto de que a nossa Constituição é das mais liberais, a partir da qual é possível modificá-la e criar condições para melhorias dos males ocasionados pela má organização social brasileira.

“Ora, por ventura estaremos nós nas mesmas situações,¹⁶⁴ teremos tambem um obstaculo permanente, ou uma vontade systematica opposta à nossa prosperidade? Não; a nossa constituição é mui liberal, e admite toda e qualquer modificação por meios legaes.”¹⁶⁵

Para o autor, a dificuldade brasileira em desenvolver o progresso não estaria na Constituição e nem mesmo na figura do Monarca, mas sim, na ignorância dos próprios legisladores que se preocupavam apenas com as disputas políticas, deixando em segundo plano a execução das leis aprovadas.

Levando em consideração todos os temas e/ou dilemas, as propostas de reformas apresentados, podemos afirmar que, tanto Antônio Pedro de Figueiredo, como os demais redatores das revista *O Progresso*, estão inseridos no que pode-se denominar *reformismo social*. Mais ainda, pode-se minimizar um pouco as afirmações de que se trata de precursores do socialismo utópico no pensamento social brasileiro. Estamos, na verdade, mais ao encontro das conclusões de

¹⁶³ *O Progresso*, Revista Social, Litteraria e Scientífica. Op., Cit., artigo “As Reformas”, p. 857, s/autor.

¹⁶⁴ Tudo leva a crer, levando em consideração a citação anterior, que o autor refere-se ao contexto Europeu.

¹⁶⁵ *O Progresso*, Revista Social, Litteraria e Scientífica. Op., Cit., artigo “As Reformas”, p. 857, s/autor.

Vicente Barreto: Antônio Pedro de Figueiredo e o demais redatores da revista *O Progresso* fariam parte do “arquétipo liberal”.¹⁶⁶

Vicente Barreto, antes mesmo de chegar à conclusão de que se trata de integrantes do arquétipo liberal, questiona a forma como muitos estudiosos da *História do Pensamento* “enquadram” determinados pensadores em escolas, vertentes teóricas, a partir da auto-classificação do próprio autor em estudo e cita, como exemplo, o caso de Antônio Pedro de Figueiredo:

“Na ideológica não nos parece a metodologia mais segura a aceitação pura e simples da auto-classificação filosófica, política ou social que se faz o próprio pensador. No caso de APF¹⁶⁷ seria considerá-lo como pertencente à matriz socialista em virtude de afirmações de simpatia doutrinária ou esperanças em suas conquistas futuras.”¹⁶⁸

Se existem dúvidas de que Antônio Pedro de Figueiredo e colaboradores faziam parte de uma matriz socialista, em que medida pode-se dizer que faziam parte de um arquétipo liberal?

Primeiramente, deve-se lembrar que ambas as correntes — socialista e liberal — são frutos dos ideais iluministas (séculos XVII e XVIII). É nesse contexto que emerge o “novo homem”, seguro de si, mediado pela razão, no enfrentamento e solução dos problemas da época. Vale lembrar, também, que a idéia de que somente os integrantes de matrizes socialistas eram críticos em relação às desigualdades ocasionadas pela expansão industrial e na defesa do estado de direito, não corresponde aos fatos. O próprio Antônio Pedro de Figueiredo ao comentar o livro citado, 1844, relativiza esta visão ao apontar a importância dos integrantes da “velha escola econômica” no estudo e identificação dos fenômenos sociais:

¹⁶⁶ BARRETO, Vicente. “Antônio Pedro de Figueira”. *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XXIV, fasc. 96, out./nov./dez., 1974, p. 407.

¹⁶⁷ O autor utiliza a sigla APF para designar Antônio Pedro de Figueiredo.

¹⁶⁸ BARRETO, Vicente. “Antônio Pedro de Figueira”. *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XXIV, fasc. 96, out./nov./dez., 1974, p. 408.

“(…)estamos longe de dizer que a economia politica de Adam Smith e João Batista Say seja um complexo de absurdos. Pelo contrário, rendemos toda a homenagem devida a esses corajosos athletas que primeiro penetram no cahos ainda obscuro dos phenomenos tão multiplicados da vida dos povos. A esta velha escola economica devemos nós mui exactas analyses da maior parte destes phenomenos.”¹⁶⁹

Na defesa dos representantes da “velha escola” econômica, Antônio Pedro de Figueiredo parece concordar com um dos principais fundamentos do Estado Liberal — o princípio da liberdade.¹⁷⁰ E se as bases da sua crítica social e política constituem-se no controle da “absoluta liberdade” dos homens, em melhorias do industrialismo e na defesa da propriedade privada, na formação de uma classe média, em reformas pelos meios institucionais etc., não fica difícil concebê-lo, como o faz Vicente Barreto, dentro de uma perspectiva liberal.

“Para APF este estado social[de desigualdades] existia por não corresponder a forma liberal de governo à realidade sócio-econômica. Encontramos no seu pensamento o indicador mais objetivo do liberalismo, ou seja o entendimento de a grande ‘indústria’ e a ‘pequena indústria’ deveriam servir de base para a organização política e jurídica da sociedade. Vemos então que a crítica

¹⁶⁹ O *Progresso*, Revista Social, Litteraria e Scientífica. Op., Cit., artigo “Revista Bibliographica”, pp. 499-500, assinado por A.

¹⁷⁰ Reforça essa idéia a citação que se segue, bem como se levamos em consideração o conjunto dos artigos da revista *O Progresso*: “Vemos pois que o alvo da actividade humana, que é a satisfação dos desejos iniciaes, emanados das diversas paixões do individuo, encontra a sua mais completa realisação na maior liberdade concebida a cada um dos elementos desta mesma actividade, e que a somma possivel desta liberdade vai sempre em augmento, do homem isolado no estado selvagem, ao homem no estado social, e emfim ao homem de uma sociedade que seria per si mesma um dos elementos da humanidade oraganisada”. (Grifos meus) *O Progresso*, Revista Social, Litteraria e Scientífica. Op., Cit., artigo “Actividade Humana”, p. 179, assinado por A.

*à aristocracia seria positivada através do estabelecimento a ordem social enraizada na indústria e com observância das normas da economia de mercado.*¹⁷¹

Talvez mais importante do que dizer que Antônio Pedro de Figueiredo e os demais redatores da revista *O Progresso*, fazem parte do “arquetipo liberal”, seja invocar a influência da doutrina eclética. Embora o trabalho de Vicente Barreto seja preciso em contradizer aqueles que os concebem somente dentro de uma perspectiva socialista-utópica, esquece, porém, de lembrar que a doutrina eclética, sendo originária no contexto europeu e participando de comum interesse com a nova classe em ascensão — burguesia(p.85), também contribuiu na formulação do diagnóstico da revista *O Progresso* para os problemas brasileiros, em especial na *idéia de reforma*.

Sendo assim, a doutrina eclética não “funcionou” apenas como “guia de análise”, observada por Antônio Paim,¹⁷² mas também, como “base teórica” e, porque não dizer, ideológica na resolução dos dilemas nacionais.

¹⁷¹ BARRETO, Vicente. “Antônio Pedro de Figueira_{sic}”. *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XXIV, fasc. 96, out./nov./dez., 1974, p. 413-414.

¹⁷² Cf. PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas...* Op., Cit.

V. Considerações Finais

A revista *O Progresso* e o conjunto de redatores, com destaque para Antônio Pedro de Figueiredo, participaram de um contexto social particular, de transformações em alguns aspectos e, continuidade, noutros. Se há algo de ambíguo na interpretação ou diagnóstico que fizeram em torno do Brasil, seria mais coerente se reportássemos ao próprio contexto em que estavam inseridos.

Tratava-se de um período de definições. Constatava-se na sociedade brasileira a vontade de progredir, entrar na rota civilização; buscava-se, nesse momento, uma ruptura com o passado colonial, responsável pelo atraso, pela falta de liberdade. Talvez isso explique as constantes referências aos franceses e a adesão à filosofia eclética — vista como portadora dos meios para “sanar os males” e elevar o país no mais alto grau de civilização e oriunda de um país considerado baluarte do progresso das Ciências e das Artes. Porém se, de um lado, intelectuais e políticos estavam embebecidos pela vontade de adesão ao progresso, de outro, encontravam-se numa realidade grotesca, na qual persistia o internacionalmente condenado tráfico negreiro, o escravismo, sustentados pelo latifúndio, por uma desigualdade social e material brutalizada, cuja configuração fez por desenvolver uma teia de relações e de poder baseadas no mandonismo e na violência.

O dilema de Antônio Pedro de Figueiredo e demais redatores da revista *O Progresso* foi justamente superar este contexto repleto de condições para adotar as medidas necessárias para o desenvolvimento do progresso, e também, definidor de entraves ainda enraizados e expressos nos resquícios do passado colonial.

Se essas aporias presentes na experiência brasileira dificultaram uma formulação coerente do diagnóstico almejado pelos idealizadores da revista, contribuem de alguma forma na compreensão do ideário dos mesmos. Nesta situação, a simples *transposição de idéias*, utilizada como recurso de análise da realidade brasileira(p.69), torna-se um pouco mais coerente. A ambiguidade

apresentada, por exemplo, quando se discutiam a necessidade de criar condições objetivas para o desenvolvimento da classe média e trabalhadores livres num país escravocrata, expressa o dilema enfrentado. Ao que tudo indica, foi esse contexto, marcado por pelo viés ambíguo, que propiciou a absorção da doutrina eclética. Concebida por Antônio Pedro de Figueiredo e colaboradores como a “tábula de salvação” para a superação dos problemas nacionais, foi a partir dela que se formularam os princípios norteadores da empreitada proposta — a criação de um veículo de comunicação isento das mazelas da política brasileira. Seja a filosofia eclética propriamente dita (disseminada pelo *Platão dos nossos dias*,¹⁷³ incorporada como meio emancipatório e caminho seguro para a entrada na rota da civilização) seja a política (com uma função quase normativa na criação de leis gerais e organização da sociedade para eliminar os entraves que a impediam na resolução da má organização social brasileira) parece que ambas foram orientadas pelos mesmos princípios.

Em relação a Antônio Pedro de Figueiredo deve-se ressaltar que, além de demonstrar que era um homem culto, apesar de sua origem humilde, possuía, também, uma constante preocupação com os problemas concretos e reais da sociedade brasileira. Se houve adesão ao socialismo utópico, a explicação para tal, estaria em sua vontade, mesclada por uma certa ingenuidade, de eliminar a miséria social em que se encontrava boa parte da população brasileira.

Ao que tudo indica, a simples citação de autores como Saint Simon, Proudhon, Fourier, Owen, ou até mesmo, a auto-classificação (p. 110), observada por Vicente Barreto, no caso de Antônio Pedro de Figueiredo, não significou identificação completa com os socialistas utópicos. Não se pode negar que o contexto no qual se encontravam dava margem ao desenvolvimento e a defesa de ideais reformistas. Porém, em que pese esta adesão, quais seriam seus limites? Para clarear a questão vale lembrar que o socialismo utópico emerge meio a incipiente, mas importante, “luta entre proletariado e burguesia européia”. Como

¹⁷³*Platão dos nossos dias* trata-se, na ótica de Antônio Pedro de Figueiredo, de Victor Cousin. Cf. *Curso da História da Filosofia*. Anexo I. p. 131.

seus propagadores, apesar de reconhecerem o antagonismo entre as classes, não conferiam ao proletariado a possibilidade de desenvolver “nenhuma atividade autônoma” e/ou política, buscavam a proposição de uma “ciência social”, capacitada a formular e ditar os caminhos a serem seguidos pela sociedade em geral. E ao afirmar que essas “leis sociais” são as ideais e exeqüíveis, justificam a recusa de toda e qualquer ação política e, por conseguinte, de qualquer ação revolucionária. Caminho que certamente os levariam a concretizarem as mudanças pelos meios pacíficos.¹⁷⁴ O intuito aqui, com esse resgate das condições e conseqüências em que se desenvolveu o socialismo utópico europeu, foi no sentido de trazer subsídios para a seguinte reflexão:

A adesão de Antônio Pedro de Figueiredo e demais redatores da revista *O Progresso* ao socialismo utópico parece chegar somente a uma crítica da má organização social brasileira, o que justificaria, a defesa do imposto territorial com a finalidade de eliminar o nosso grande mal — grande propriedade territorial —, as reformas dos órgãos administrativo, legislativo e jurídico, mas não as propostas concretas de transformação da sociedade. Dito de outro modo, o limite da adesão estaria no fato da crítica recair somente no bom funcionamento do sistema e não na ruptura do mesmo. Ilustra essa idéia a defesa que faziam em torno das reformas sociais somente a partir do âmbito institucional vigente, posição que, de certo modo, explica o porquê da ausência do debate em torno dos acontecimentos da Praia entre os redatores da revista *O Progresso*.

Se os socialistas utópicos postulavam o desenvolvimento de uma ciência social com a finalidade de propor os caminhos a serem trilhados pela sociedade em geral, não fica difícil compreender a absorção do ecletismo pelos integrantes da revista *O Progresso* e por parte da intelectualidade brasileira. E conceber, ainda, a idéia, observada por Antônio Paim, da doutrina eclética ter “funcionado” como “bússola” de análise dos problemas nacionais. Quer se dizer com isso que o ecletismo teria funcionado mais do que um “guia”, e sim, como uma espécie de

¹⁷⁴ Esta análise em torno dos socialistas utópicos foi realizada por Karl Marx e Friedrich Engels e encontra-se em *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1988.

ciência social¹⁷⁵ que, também, teria a função de analisar e propor as leis gerais e organizar a sociedade para a resolução de suas mazelas. Os idealizadores da revista *O Progresso*, parece que trilharam esse mesmo caminho ao defenderem, desde o primeiro artigo *Exposição de Princípios*, que se trataria de um veículo de comunicação que prezaria pelo livre pensamento, acima de tudo ou qualquer partidarismo e/ou dogma, e que estaria unicamente a serviço do *progresso* moral e material do país e seu povo.

Chegado este momento da pesquisa desenvolvida, vale destacar, a título de últimas considerações, que trabalhar com pensamento social, história das idéias e/ou pensamento de um autor não se trata de tarefa fácil, sobretudo se levarmos em conta que esta empreitada será realizada em solo brasileiro. País com característica de desenvolvimento capitalista tardio, atrasado, acaba se configurando em um cenário ainda mais complexo. Aqui tudo parece ser “emprestado”, vindo de fora, até mesmo as idéias.¹⁷⁶

Se trabalhar com as histórias das idéias não é fácil, utilizar a obra e/ou pensamento de um autor, como meio de se compreender uma determinada realidade histórica, torna-se um desafio maior. Se isto, já se constitui em um “problema” para os estudiosos do pensamento social brasileiro, não podemos deixar de ressaltar que cada análise interpretativa, com seus respectivos diagnósticos, dependerá, sobretudo, das perspectivas e da visão de mundo de cada autor, bem como do contexto social e político e seu tempo em que estão inseridos, com seus compromissos e ideais. O trabalho aqui desenvolvido buscou levar em conta esses pressupostos.

Em relação ao conjunto de redatores da revista *O Progresso*, com destaque para Antônio Pedro de Figueiredo, com suas interpretações e diagnósticos próprios, podemos dizer que o legado que deixaram foi o enfrentamento do debate

¹⁷⁵ Uma questão que merece ser melhor pesquisada é fato de, até que ponto, o ecletismo representaria a transição para o positivismo do século XIX no Brasil.

¹⁷⁶ Inspiro-me, em especial, no conhecido e supracitado trabalho de Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas – forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

sobre qual seria a melhor forma de se pensar o país e propor soluções para os seus problemas. Então, para finalizar relembremos as palavras de Antônio Cândido: *“registrar o passado não é falar de si; é falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão do mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar.”*¹⁷⁷

¹⁷⁷ “Prefácio” de Antonio Candido a 5ª edição de *Raízes do Brasil*, de Sérgio B. de Holanda, 1965

VI. Bibliografia Consultada

- ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. "Oliveira Vianna – Instituições políticas brasileiras"
In: MOTA, Lourenço D. (org) *Introdução ao Brasil – um banquete no trópico*.
São Paulo: Ed. Senac, 1999.
- ALONSO, Angela M. *Idéias em Movimento – A geração 70 na crise do Brasil-
Império*. Tese de Doutorado-FFCLH/USP, São Paulo, 2000.
- BARRETO, Vicente. "Antônio Pedro de Figueira_{sic}". *Revista Brasileira de Filosofia*,
vol. XXIV, fasc. 96, out./nov./dez., 1974.
- BARROS, Roque S. M. de. *A significação educativa do romantismo brasileiro:
Gonçalves de Magalhães*. São Paulo: Grijalbo, 1973.
- BASTOS, Elide R. "150 anos de um debate sobre a reforma agrária". In *Revista
Cadernos AEL – Conflitos no campo*, IFCH-UNICAMP, 1997, nº 7.
- BATALHA, Cláudio H. M. "A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na
virada do século XIX". In MORAES, João Q. de M. *História do marxismo no
Brasil – os influxos teóricos, vol. II*. Campinas, SP.: Ed. Unicamp, 1995.
- BERNARD, C. *Victor Cousin ou la réligion de la philosophie*. Toulouse: Presses
Universitaires du Mirail, 1991.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BRESCIANI, M. S. *Liberalismo: ideologia e controle social*. Tese de Doutorado-
FFLCH, USP, São Paulo, 1976.
- BUBER, Martin. *O socialismo utópico*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986.
- CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo
Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975,
- CHACON, Vamireh *História das Idéias Socialistas no Brasil*, São Paulo: Ática, 1965
- CORRAL, Luis D. del. *El liberalismo doctrinario*. Espanha: Centro de Estudios
Constitucionales, 1984.

- COTTEN, J. P. *Autour de Victor Cousin – une politique de la philosophie*. Patris: Diffusion les Belles Lettres, 1992.
- COUSIN, V. “Fragments de philosophie cartésienne”. Paris: Charpentier, 1845, Avant-propos, V-VI. In COTTEN, J. P. *Autour de Victor Cousin – une politique de la philosophie*. Patris: Diffusion les Belles Lettres, 1992.
- _____ “Introduction to the history of philosophy”. Boston, 1832, p.. 8. In HOBBSAWN, E. J. *Ecos da Marselhesa– dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CRESSON, A.. *A filosofia francesa*. São Paulo: Difusão Européia, 1993.
- FARIA, Maria A. “Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris”. Rio de Janeiro: *Revista do IHGB*. Vol. 266, 1965.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 1995.
- FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado – Quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- FOURIER, Charles. *Ouevres completes de Charles Fourier*. Paris: Societaire, 1971.
- GOMES, Roberto. *Crítica da razão tupiniquim*. Curitiba(PR): Criar Edições, 1986.
- HAMBURGER, Amélia I. (et all). *A ciência nas relações Brasil – França (1850-1950)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.
- HOBBSAWN, E. J.. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____ *Ecos de Marselha – dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOLANDA, S. B. de. “O Brasil Monárquico”. In *História da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- KONDER, Leandro. *Fourier, o socialismo do prazer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

LARA, Tiago A. *Caminhos da Razão no Ocidente – A filosofia ocidental, do renascimento aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1986.

_____ *As raízes cristãs do pensamento de Antônio Pedro de Figueiredo*.
Dissertação de Mestrado em Filosofia, PUC-RJ, setembro de 1976.

LOPES, Frei Roberto B. *Monte Alverne – Pregador Imperial: roteiro para um estudo*.
Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1958.

LUKÁCS, Georg. “A decadência ideológica”. In *Lukács: sociologia*. Col. Grandes Cientistas Sociais.

_____ *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

MANNHEIM, Karl. “Conceito sociológico de pensamento”. In FORACCHI, Marialice (org.). *Mannheim – sociologia*. São Paulo: Ática, 1982 (Col. Grandes Cientistas Sociais).

_____ “O pensamento conservador”. In MARTINS, José de S. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARQUES, U. R. de A.. *A Escola Francesa de Historiografia – elementos de formação*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1996, (mimeo).

MARX, K. *O Capital - Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, Volume 1, Livro 1, Tomo 2.

_____ *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro Ed., 2000.

_____ *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Centauro Ed., 2000.

MERCADANTE, P. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1965.

MINAYEV, L. *Origem e princípios do socialismo científico*. São Paulo: Ed. Argumentos, 1967.

MOTA, Carlos G. (org.) *Viagem incompleta. A experiência brasileira – Formação: histórias*. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

- _____ *1822: Dimensões*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.
- _____ *História moderna e contemporânea*. São Paulo: Ed. Moderna, 1986.
- _____ *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectivas, 1972.
- NEDER, G. *Compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Achiane, 1979.
- NITRINI, Sandra (org.). *Aquém e além mar – relações culturais: Brasil e França*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1967.
- _____ “Documentário de filosofia no Brasil – Hipólito da Costa e Silvestre P. Ferreira”. *Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo, vol. XVI, fasc.63, jul.-agost.-set., 1966.
- _____ “O ecletismo de Antônio Pedro de Figueiredo”. *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. XVI, fasc. 61, jan./fev./mar., 1966.
- _____ *Escola do Recife*. Londrina: UEL, 1999.
- PINASSI, Maria O. *Os brasileiros e o Instituto Histórico de Paris – Um episódio no trânsito das idéias entre Brasil e França (1834-1856)*. São Paulo, 1999, (mimeo).
- _____ *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- PRADO JR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1972, p. 28.
- _____ *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*. São Paulo: Martins Editora, 1942.
- _____ *História econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.

- _____ *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.
- QUINTAS, Amaro. *O Progresso*. Revista Social, Litteraria e Scientifica. *Prefácio*. Recife: Imprensa Oficial, 1950.
- _____ *O sentido social da revolução Praieira*. Recife: Ed. Massangana, 1982.
- RÊGO, Rubem M. L. *Sentimento do Brasil*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2000, p.225.
- RIVAS, Pierre. *Encontro entre literaturas – França, Portugal e Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.
- ROMERO, Silvio, *Obra Filosóficas*. Rio de Janeiro: Livr. José Olympio, 1969.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SANTOS, W. G. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- _____ *Paradoxos do liberalismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- SCHWARZ, R. “Discutindo com Bosi”. Revista *Novos Estudos*. São Paulo, n.º 36, julho de 1993.
- _____ *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Comp. Das Letras, 1989.
- _____ *Ao vencedor as batatas – forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- TAVARES, A. de Lyra. *Brasil – França ao longo de cinco séculos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

VII. Material Impresso

O Progresso - Revista Social Litteraria e Scientifica. Recife: Imprensa Oficial, 1950. Reedição feita pelo Governo do Estado de Pernambuco como parte do programa das comemorações do centenário da Revolução Praieira. “Prefácio” de Amaro Quintas.

Anexos I-VIII

VIII. Anexo I – Curso da História da Filosofia

Por
VICTOR COUSIN
Vertido em português por
ANTÔNIO PEDRO DE FIGUEREDO

Para expor em breve e expressivo bosquejo a imensa utilidade e importância do Curso de Filosofia do Sr. V. Cousin, o Platão dos nossos dias, e conseqüentemente fazer sentir a rigorosa necessidade dele ser estudado por todos os Brasileiros, nada menos fora mister, que uma pena de ouro e um espírito tal que associasse a precisão mais depurada o poder de assimilar-se tudo o que lê; infelizmente careço de disposições tão profícuas; e por isso não se espere de mim ver relevada a utilidade da obra; antes receio que debaixo da minha pena ela diminua o seu mérito.

É uma verdade recebida por todos os pensadores, que a civilização é obra da filosofia, a qual sendo o mesmo passo um dos elementos dessa mesma civilização, é o elemento por excelência que ilumina e desenvolve todos os outros, donde se segue que a civilização se não pode dar os países aonde a filosofia é ignorada e desprezada.

Foi reconhecendo esta verdade e se afanando com solicitude no estudo da filosofia que a Alemanha, a França e a Inglaterra, tem podido aligeirar e remover os embaraços que dificultavam o tão justamente gabado desenvolvimento moral e material de que hoje gozam, desenvolvimento que lhes tem conquistado primeira hierarquia entre as nações modernas: isto posto, é desse manancial fecundo, derramado da cadeira que por tantos anos ilustrara o Sr. V. Cousin, que nós podemos deparar com um dos remédios capazes de sanar os males, sobre as maneiras dolorosas, que sofremos.

O Sr. V. Cousin, partindo do Oriente, e atravessando a Grécia até o primeiro quarto deste século, estudou com indefeso desvelo, por todas as partes, os quatro exagerados sistemas filosóficos, ou os quatro pontos de vista sobre os quais só é possível considerar o espírito humano, a saber: o sensualismo, o idealismo, o ceticismo, e o misticismo; e, neles discriminando a parte boa da má, que cada um envolve, criou, com a primeira parte, uma nova filosofia, que chamamos Ecleticismo.

Entre as inumeráveis e importantíssimas questões filosóficas que resolveu, ocupou-se da transcendente questão, estreita por Aristóteles e desde então continuada por quase todos os filósofos até Descartes e Kant – quais são os elementos integrantes de que se compõe o pensamento – e deu-lhe a mais simples e irreduzível da solução da fórmula seguinte – causa e substância – Demonstrou com evidência palpável a Trindade Santíssima, não como mistério, mas como verdade que, podendo ser tratada por a filosofia mais simples, é acessível à mais humilde inteligência. Desenvolveu completamente e ilustrou as provas a priori e a posteriori acerca da existência da Deus, dadas por Descartes. Criou uma nova teoria a respeito da liberdade, mais precisa e luminosa, como é dado ao espírito humano, a qual tem a virtude de excluir as objeções as que todas as outras conhecidos precedentemente estavam sujeitas a que todas as outras conhecidas precedentemente estavam sujeitas.

Em moral deu o último golpe mortal no princípio de utilidade, que tão pernicioso e, pulverizando inteiramente o sistema dos patriarca deste princípio – Locke, continuados por seus secretários inclusive o mais exagerado – J. Betham.

No tocante à política revelou imortais teorias; entre outras sistematizou a ensinado pelo célebre Vico - que as formas diferentes de governo não são fatos voluntários, mas necessários e subordinados às leis topográficas dos países.

O estilo, em que estas lições foram pronunciadas, é sem controvérsia o mesmo que granjeou ao imortal Plantão o epíteto de divino, e sobre o ser claríssimo, é sobremodo enriquecido de mui vivas e brilhantes imagens, o que arrasta o leitor insensivelmente a ler de uma vez, se possível fosse, toda a sua série.

Eis, no mais limitado resumo, o que me foi possível referir a respeito das lições da Filosofia do Sr. V. Cousin, que compões três volumes in 4º, de mais de 400 pág. Cada um, de cuja versão ousei encarregar-me, e para a qual se subscreve nas lojas da rua e pátio do Colégio ns. 2 e 20, por o preço de 10\$000 cada exemplar. Recife 25 de abril de 1843. – Antônio Pedro de Figueiredo .

Diário de Pernambuco, Recife, 27-04-1843.

IX. Anexo II – Literatura Nacional

Curso da História da Filosofia,

Pelo Sr. V. Cousin,

Vertido em português pelo Sr. A. P. de Figueiredo

No Estado da próxima transformação social em que o globo se acha, nenhum estudo convém hoje cultivar de tão bom ânimo e tão seriamente, como o estudo da Filosofia. A humanidade caminha para uma fase ascensão gloriosa em que tem que realizar harmonia para que Deus a destinou; e esta revolução pacífica que ela tem de efetuar não pode ser feita senão pelas idéias. O Brasil, que se acha lançado pela mão da Providência como um grande coração de fogo no meio do oceano, tem, por sua posição geográfica, de representar um grande papel no meio desta inevitável transformação. A que tem que elaborar-se os planos fecundos que devem engrandecer a condição da América no meio-dia; e o espírito ardente dos Brasileiros, quando tiver em torno de si todos os confortos da vida que a ciência lhe houver ministrado, produzirá então as maravilhas da arte que o Brasil é chamado a produzir sob o formoso céu que o cobre, mas sob um regime de atração para o trabalho, que o patriotismo de seus filhos abraçará em pouco. O estudo da Filosofia é pois necessário a todas as nações do globo, mas ele é de uma utilidade manifestante superior a geração brasileira que se levanta, e que tem de influir grandemente na sorte futura do país.

O Curso da História da Filosofia do Sr. V. Cousin é o melhor livro que hoje possa enculcar-se para semelhante estudo: são as lições do ilustre professor nos anos de 1828 e 29, as quais formam um destes livros importantes, destinados a introduzir a mocidade no santuário da ciência, e derramar no engenho de quantos o estudam uma soma de luz pura e generosa. A maior parte na nações da Europa possuem o curso do Sr. V. Cousin trasladado para as suas respectivas línguas: a América do Norte acaba de imitá-las; e somente o Brasil ainda não via nas suas bibliotecas este monumento de profunda reflexão e trabalho. É esta lacuna que acaba de encher felizmente o Sr. A. P. de Figueiredo, com a fidelidade de um intérprete rigoroso, e com a correção de linguagem que semelhante versão reclamava. Felicitemos portanto o digno tradutor pela nobre inspiração a que obedeceu, e também a mocidade brasileira, a quem ele dedicou o seu trabalho.

Nos curtos limites de um artigo não cabe uma longa exposição das doutrinas que se encerram nas lições de eu nos ocupamos. São elas divididas em três séries, como o professor as dividiu, e formam por isso três volumes. O primeiro é uma introdução ao Curso, na qual o Sr. Cousin assinalou o lugar que à Filosofia devia dar-se no quadro dos conhecimentos humanos, e qual o que devia ter a história da Filosofia na história geral: - é uma revelação de todo o seu ensino. No segundo volume faz ele escolha de uma época particular da história da Filosofia, para a ela aplicar os princípios que proclamara no ano antecedente: está época é o século XVIII, que vem precedida de um estudo minucioso das quatro grandes escolas deste século, e de um esboço de toda a História da Filosofia, desde o Oriente. O terceiro volume abre a exposição das escolas filosóficas do século XVIII, começando pela sensualista, representada por Locke; e quase todo esse volume é consagrado a uma crítica profunda e rigorosa do Ensaio do entendimento humano. O primeiro volume é um modelo de método, o segundo de erudição, o terceiro de dialética. O primeiro volume acha-se impresso, e acaba de publicar-se; o segundo parece que já está no prelo; e o terceiro aparecerá logo depois, segundo nos informam.

Basta esta rápida enumeração que fazemos do que esses livros abrangem, para se compreender a sua imensa utilidade. O nome do Sr. V. Cousin é um elogio europeu e americano. Ninguém melhor do que ele tem contribuído para apressar a época da

redenção das idéias, e constituir enfim a ciência, que ainda voga azoïnada, como navio sem bússola.

O Sr. Cousin descobre-nos o verdadeiro e o falso de cada sistema com uma lucidez admirável, e faz-nos trabalhar como ele de todo o coração no monumento glorioso que devemos legar a nossos filhos: - unidade filosófica. De tantos trabalhos do pensamento que os homens hão lançados ao mundo, apenas se levantam oito ou dez nomes que representam a ciência, e três ou quatro gênios que a resumem; mas estes três ou quatro gênios são umas personagens históricas, que se erguem orgulhosas nomeio da história, como os cedros soberbos do Líbano, e afrontam as idades e as teorias por vir: - Plantão e Aristóteles! Leibnitz e Descartes! Quem pronuncia estes nomes veneráveis, pronuncia o que há de mais ilustre na filosofia antiga e moderna; e foram esses os luzeiros que o Sr. Cousin compulsou para conduzir o auditório que tinha diante de si aos admiráveis resultados que a que o levou a análise .

As lições 3ª, 8ª, 9ª, 10ª do primeiro volume, que se acha impresso, e que temos presente, são de um interesse imediato para todas as escolas secundárias, a quem as recomendamos. Eis aqui por exemplo como o douto representante do ecletismo nos faz compreender a beleza da história, depois de ater concebido como uma manifestação do plano da Providência:

“Assim a história não é uma anomalia na ordem geral; pode ser verificada em todos os seus graus por todos os graus da existência universal, como estes graus podem ser verificados uns pelos outros . Duvidareis vos dos caracteres essenciais da Divindade? – Dirigiu-vos ao mundo à humanidade; porque repugnará que a humanidade, cuja aparição é feita no seio do mundo, não o refletisse de algum modo. Duvidareis vós da legitimidade de vossos resultados históricos, hesitareis a cerca da marcha e ordem do desenvolvimento da história? – Dirigiu-vos ao mesmo tempo à humanidade, à natureza, à Divindade. Verificai continuamente todas essa esferas da ordem geral umas pelas outras: esta verificação dar-vos-á sempre o mesmo resultado. Aí vereis que a história reproduz os movimentos sucessivos da existência universal na concessão (sic) de suas épocas, e que está cheia de harmonia de si mesma, para consigo mesma, nos diversos momentos do seu total, e de si mesma para contudo mais. A história, concebida assim nesta harmonia universal, é pois eminentemente bela: - é uma poesia admirável: - é o drama ou a epopéia do gênero humano”. (Lição 8ª).

Eis aqui ainda por exemplo como a humanidade, as épocas e a natureza inteira se resumem nos grandes homens, e como elas nascem e morrem a propósito:

“Mas o que será a própria humanidade? – A humanidade, já nós o temos visto, não é outra coisa senão a última expressão da ordem universal. A humanidade resume a natureza inteira, e representa-a. Esta natureza mesma, como o temos visto igualmente, é a manifestação do seu autor. Deus não podia ficar no estado de uma unidade absoluta : esta unidade absoluta, esta substância eterna, sendo uma força criadora, devia criar, devia produzir e manifestar-se nas suas produções, com todos os seus caracteres. Portanto a natureza representada a Deus; e como a natureza com todas as suas leis se resume na humanidade com todas as suas épocas se resumem em grandes homens, resulta daí, com um rigor que nada deixa a contestar, que a ordem das coisas, ou aliás o movimento perpétuo das coisas, não é em todos os seus momentos e em todos os seus graus senão a aparição dos grandes homens. Parti da unidade absoluta e chegai aos grandes homens, e vós tereis nem mais, nem menos os dois extremos da cadeia dos seres. Depois dos grandes homens não há mais nada a buscar, porque o grande homem é a mais alta individualidade possível ; e a individualidade é o termo de toda a coisa, como a unidade absoluta é o seu ponto de partida.

“Assim tudo conspira no mundo para formar a maravilha do grande homem. Hei-lo formado : hei-lo que chega na cena da história; mas daí o que faz ele? Que papel representa, e sob que aspecto a filosofia da história o deve considerar ?

“Senhores, um grande homem, seja em que gênero for, em qualquer época do mundo, em qualquer povo que apareça, vem para representar uma idéia – uma idéia determinada, e não outra enquanto essa idéia tem força e vale a pena de ser representada; - não antes – não depois. A consequência é que um grande homem aparece quando ele deve justamente aparecer, e desaparece assim que termina a sua missão – nasce e morre a propósito. Quando nada á de grande a obrar, o grande homem é impossível. E o que será o efeito homem? – O instrumento de um poder que lhe é estranho ; porque todo o poder individual é miserável; e nenhum homem se rende a outro homem: - rende-se apenas ao representante de um poder geral: quando pois este poder geral não existe, ou já não existe quando falta ou se esvaece, que a força terá o seu representante? Assim, não sois vós que podeis fazer nascer o grande homem antes da sua hora, nem o fazeis morrer antes do tempo prefixo: não podeis removê-lo, nem apressá-lo, nem fazei-lo recuar: não podeis continua-lo, nem substituí-lo; porque, se ele existia, é porque tinha uma grande obra a executar; e se já não existe, é porque nada mais tem que fazer: continuá-lo é querer continuar um papel finito e esgotado. (Lição 10ª).

Paremos aqui. Se cedêssemos a tentação que temos de indicar ao público todo o valor do livro de que hoje damos conta, iríamos sem dúvida mui longe.

O Sr. Victor Cousin encontrou no Sr. A. P. de Figueiredo um tradutor fiel, e um amigo cheio de dedicação. O jovem professor de Pernambuco é uma das mais viçosas esperanças do país; é nós não duvidamos que dentro em um pouco ele realize o generoso desejo que o anima de ir à Europa visitar s seus mestres, e colher, com as viagens que tenta fazer, um novo cabedal de variada ciência.

Queria ele no entanto aceitar essa homenagem que hoje lhe rendemos em nome da Filosofia e da Literatura nacional, como um testemunho não suspeito de gratidão pública .

A Estrela, Recife, 4-11-1843.

X. Anexo III– Notícia Literária

A PEDIDO

NOTÍCIA LITERÁRIA

Curso da História da Filosofia

Por V. Cousin,

Vertido em língua vernácula

Por A. P. de Figueiredo

Numa época, qual esta em que nos coube existir, baralhada de opiniões que dos diversos bandos civis e de todos os lados se levantam; num século como o atual, em que o indiferentismo, lavrando pelo corpo social, se tem quase totalmente destruído e arruinado; entre turbilhões de partidos que volteiam e se abismam, sem uma estrela polar que os conduza; de necessidade se fazia que um homem, unindo ao talento de orador a profundidade de filósofo, abraçando todos os sistemas e todas as escolas, nos abrisse um plano novo na ciência filosófica. Era mister que um espírito forte e penetrante, arremessando-se a uma vida de contemplação e de estudo, surgisse como um pendão de vitória sobre os dismantelados restos da velha civilização. A Europa tinha visto passar de relance a filosofia de Bacon, Descartes e Leibnitz: de terminada a abraçá-la, ela lhe deu parte de si mesma nos alunos que se entregou: o empirismo, a Enciclopédia, a dialética dos séculos anteriores, roçada desde muito no pórtico já velho de uma escola sensualista, levantou o estandarte da imobilidade no meio das nações do norte e do coração daquela grande parte do mundo.

Bem depressa esta necessidade tão ponderosa e de tanto momento obteve uma satisfação quase completa; e se os homens de hoje não acabaram o que pretendiam, se não levaram ao cabo suas intenções lisonjeiras: ao menos estamos nimamente capacitados que eles meteram mão a esta obra; e o edifício, já tem dado de gosto grego, refletindo nos quadros da antiga Europa, sentia reforçar-se-lhes os alicerces, e firmarem-se suas colunas num terreno seguro.

O ideal da escola de Plantão, reproduzindo nos escritores do grande Victor Cousin, se por um lado prova a vantagem de serem estudados presentemente os vários sistemas filosóficos como eles são em si; por outro nos desenrola um vasto campo para férteis indagações – e abriu-nos o mundo da ciência nova, a que ele com tanta propriedade denomina Ecletismo. O homem, que estava destinado a instruir a mocidade Francesa, fechando nas suas mãos o destino da moderna civilização, acostumado já de muito tempo com as laboriosas fadigas de um espírito apurado e perspicaz, abandonou por um momento, e com grandíssimo proveito, a já trilhada senda que havia estradado seus dignos predecessores; e depois de ter estudado e viajado por quase todo o Norte da Europa, fixou-se como uma estátua de mármore, e deu-nos a filosofia moderna. Entrou no Santuário do pensamento, e, examinando os elementos grandiosos de que se compõe, ele nos pôde oferecer um método isento de dificuldades e puro de desvantagens. De certo, a transformação geral do presente século pedia um representante na ciência do pensamento – e o Sr. Cousin veio encher esta lacuna tão digna de ser satisfeita.

Mas, no meio mesmo de tantas revoluções científicas, de tantos acontecimentos notáveis o Brasil se achava como preso, e um só passo não dava como que receoso de seus progressos: - a medida que a tocha acesa nos países europeus difundia seus luzeiros por todo vasto círculo da literatura; ao passo da civilização pulava com a velocidade de um rio caudal por cima dos quebrados monumento da passada idade; nossa pátria sofria o preço vergonhoso de um jugo já de todo desprezado nas ciências.

Necessário e até indispensável era que um homem amante da sua pátria, nos viesse ofertar o que a Europa tem de mais precioso, e a civilização moderna de mais brilhante . Daqui a necessidade da tradução do Curso da História da Filosofia do Sr. Cousin. Na verdade, nada poderia o Sr. Antônio Pedro de Figueiredo fazer presentemente que mais lhe granjeasse a estima de todos os bons Brasileiros como a versão que acaba de oferecer da primorosa obra do Plantão europeu, e que forma uma das glórias do século XIX. O Brasil, esta a parte mais abençoada da América ao meio-dia, ressentia-se, sem dúvida, de uma doença mais enfadonha e, talvez e mais perigosa e de repente sumiu-se esta lepra e eis satisfeita nossa expectativa. A excelente obra do grande filósofo Francês de nossos dias achou do Sr. Figueiredo um tradutor fiel exato, que, unindo as linguagens de Camões as preciosidades daquela língua tão culta, em que estão concebidos seus pensamentos, notando os idiotismos, e evitando os perniciosos galicismo que desgraçadamente tanto vogam nas versões portuguesas, soube dar ao público Brasileiro uma prova de que muito se interessa pela prosperidade moral de seus concidadãos.

A grande revolução que este século tem feito nas idéias, e que vai tão rapidamente correndo por todo mundo literário, sem dúvida tem uma expansão demasiado poderosa; e sem sermos taxados de encarecidos, e de amigo de lisonjear, podemos aventurar que a civilização moderna data da filosofia atual. Assim a verdade das doutrinas do ilustre professor da França, não só é evidente por o lado de ser investigada coma mais apurada crítica e aprofundado exame, como porque nos não deixa na irresolução e no desvio. Com efeito, o que faz o Sr. Cousin ? – Encarregado de combater as mais perversas teorias do século passado, impondo-se a si mesmo a tarefa assaz trabalhosa de um filósofo profundo, o Sr. Cousin muito há cooperado para que o círculo dos conhecimentos científicos se vá cada vez mais alargado.

Para vermos qual a utilidade da filosofia moderna, nada mais é necessário do que abrirmos a grande obra, que o Sr. Figueiredo acaba de traduzir. Com que brilhantes provas defendemos o Sr. Cousin os direitos da razão! E com que prudência e verdadeira crítica ele os reprovava os erros onde os encontra !

Vejamos como defende ele a glória. “Nunca se dá a atenção a que tudo quanto é humano, é a humanidade que o faz, ou ao menos que o promete; que maldizer o poder (e entendendo um poder longo e durador) é blasfemar da humanidade, e que acusar a glória é nada menos que acusar a humanidade que a decreta. E o que é a glória, Sr. ? – O juízo da humanidade sobre um de seus membros; ora, a humanidade tem sempre razão: com efeito, citai-me um glória imerecida; demais à priori é isso impossível, porque não se alcança a gloria senão com condição de haver muito trabalho, de ter deixado grandes resultados, Srs., grande resultados ... tudo o mais é nada. Distingui bem a glória da reputação. Reputação tem-na a quem a quer. Quereis vós reputação? – Pedi a este ou aquele de vossos amigos que vo-la faça; associai-vos a tal , ou a tal partido; dai-vos a um clube; servi-o, ele vos louvará. Enfim há cem mil maneiras de adquirir reputação; é uma empresa como outra qualquer; nem ela mesmo supõe grande ambição. O que distingue a reputação da glória, é que a reputação é o juízo de alguns, e a glória é o juízo de m maior número, da maioria da espécie humana. Ora, para agradar um pequeno número bastam pequenas coisas: para agradar as massas é mister coisas grandes. Na opinião das massas, os fatos são tudo, o resto é nada. As intenções, a boa vontade, a moralidade, os mais belo projetos, que não teríamos por certo deixado de bem conduzir, não teriam sido isto nem aquilo; tudo que não se converte em fatos é tido como nada pela humanidade; ela quer grandes resultados, porque são unicamente os grandes resultados que até ela vão Ter: ora em matéria de grandes resultados, não há trapaça possível. As mentiras dos partidos e dos clubes, as ilusões da amizade não têm poder algum neste caso; - não há mesmo lugar para discussão. Os grandes resultados não se contestam; a glória, que é a sua expressão, não se contesta tão pouco. Filha de fatos grandes e evidentes, ela mesma

é um fato manifesto, tão claro como o dia. A glória é o juízo da humanidade, e é um juízo em última estância; pode-se apelar dos conventículos e dos partidos para a humanidade; mas a humanidade para quem apelar neste mundo? Ela é infalível. Nem uma só glória tem sido infundada, e nem o pode ser. Demais, em vista de que fatos a humanidade apreciará e decretará a glória? – Em vista dos fatos úteis, isto é, úteis a si: a sua mediada é a sua própria utilidade; e ela não pode ter outra a menos que se abdique a si mesma, e deixe de tomar a natureza os princípios de seus juízos. A glória é o grito da simpatia e do reconhecimento; é a dívida da humanidade para com o gênio; é o prêmio dos serviços que ele reconhece ter recebido, e lhe paga com o que tem de mais precioso, - a sua estima. Convém pois amar a glória, porque é isto amar as grandes coisas, os longos trabalhos, os serviços efetivos feitos à pátria e a humanidade em todo o gênero; e convém menosprezar a reputação, os sucessos de um dia, e os pequenos meios que aí conduzem; é mister pensarmos em muito obrar, muito trabalhar, em trabalhar muito bem, e em sermos, Srs., e não parecermos; porque (regra infalível) tudo o que parece sem der depressa desaparece; mas tudo o que é, por a virtude da natureza própria, aparece cedo ou tarde. A glória é quase sempre contemporânea; mas não há nunca grande intervalo entre o túmulo de um grande homem e a glória”. (Lição 10ª p. 154) – Que poesia! E que teorias tão doces nestes grandes pensamentos do Plantão Europeu! A idade de ouro da filosofia moderna, que vai passando rapidamente como o fogo de uma bateria contra as velhas muralhas de um empirismo grosseiro, fixará também um lugar assaz distinto, para o qual cumpre a geração presente e a que vier suba, e onde há de completar-se o plano fecundo de Deus. Na sucessão contínuas dos séculos, na tão varias multiplicidade de doutrinas e de escolas, reagindo uma contra as outras, exercendo um puro espírito de controvérsia, não se pode encontrar uma idéia tão cheia de grandes frutos como o que acaba de expender o Sr. Cousin, e a qual do Sr. Figueiredo com tanto esmero nos deu.

O caracter do homem se desenvolve inteiramente nesse turbilhão de opiniões que se contrastam e se baralham: - desenvolve-se inteiramente, porque parece em cena a mesma humanidade em pessoa. Esse espírito que herdamos da filosofia passada, longe de nos ministrar cabedais com que abastássemos o entendimento veio fixar a época da irracionalidade, a época do erro e da ignorância. Sem força, sem estímulos, entregue aos devaneios de uma fantasia corrupta, o espírito humano só pode colher do século XVIII idéias indeterminadas sobre a natureza e a razão: - atualmente uma filosofia mais ilustrada, uma doutrina mais vantajosa e popular nos vais mostrando quanto se ostentou caviloso o abuso da razão naquela época, em que os Rousseau, os Voltaire, os Helvécios só tinham por bússola as mais fúteis idéias. O sistema da natureza estava, para assim dizer, no seu berço, rodeado de aventureiros: - e o que se originou desse erro tão indiscreto? O abuso da razão: - e o que fez Victor Cousin e os filósofos modernos? Mais hábeis, talvez, que os Condillac, mais profundos que os Locke, eles se apresentam na arena do combate, postergaram os ruinosos princípios que já iam grassando como moda; e, extraindo das melhores obras o que julgaram melhor, fundaram o Ecletismo sobre as ruínas do otimismo emperrado, e do obstinado materialismo.

A ciência do pensamento humano estava durante o século passado, sepultado na mais escura masmorra: gênios vertiginosos que se entusiasmam, e correm de repente para a liça sem armas que lhes aproveitem; espíritos estonteados pelo calor de uma lógica turbulenta surgiram na Europa, e fecharam nas suas mãos os destino da civilização no século passado. Achava-se a Europa numa situação demasiado melindrosa, acometida por bárbaros usurpadores, insultado pelo furor de diversos potentados estrangeiros: era mister um elemento forte para restituir-lhe o seu verdadeiro posto de que se via desalojada; e eis que o espírito moderno, já enfadado do pensar antigo, erguido apenas sobre os restos de uma escola já morta se levantou glorioso por ter obtido um caminho novo.

A filosofia que até o século XVIII se limitava a opiniões dispersas e incompatíveis , por ventura, e que somente aguardava um destino accidental, hoje é claramente observado pelos maiores homens que figuram na cena literária. Conciliado os sistemas precedentes, e analisando seus métodos, veio a conseguir um termo feliz, porque de outra maneira, sem recurso algum, o espírito pareceria no meio de sua carreira , ou permaneceria imóvel e estacionário.

Graças sejam dadas ao Sr. V. Cousin, que herdado do século passado a dialética manhosa, a dialética escolástica, soube indagar a verdade. E graças, também, sejam dados ao Sr. A. P. Figueiredo, que, nos oferecendo a boa versão do curso da história da Filosofia do Sr. Cousin, nos veio suprir a maior necessidade e merecer por isso nossos votos de ingénua gratidão. Nós lho damos, como eles nos saem do fundo de nossa alma, e como m feudo de amizade que lhe consagramos; e esperamos do Sr. Figueiredo siga sem receio a senda que se propôs trilhar, e cada vez mais se firme na consideração que com amigo lhe tributamos.

A.R. de T. B.

Diário Novo, Recife, 28 - 11 - 1843.

XI. Anexo IV – Sr. Dr. Pedro Autran da Matta E Albuquerque

Sr. Dr. Pedro Autran da Matta e Albuquerque!

O ilustre autor do – *Ensaio sobre o entendimento humano* –, célebre Locke, disse outrora, e com razão, que todas as discussões filosóficas, não passam de logomaquia, e que se para tais matérias houvesse uma língua exata, como existe a álgebra para as matemáticas, já não haveria discussões para os teoremas filosóficos, assim como não pode haver sobre o valor dos três ângulos de um triângulo, nem sobre a solidez de uma esfera.

O mesmo acontece nas ciências chamadas sociais e políticas; nelas também a falta da língua exata, de expressões cabalmente definidas, é a causa de todas as divergências. A verdade é uma só; é só os contendores tiverem boa fé e lógica, o termo de qualquer discussão revela que os adversários eram em essência da mesma opinião, mas davam as mesmas palavras, uma significação diferente.

Por comunhão das mulheres e dos bens entendo eu, e comigo, se não me engano, a maioria dos leitores, um estado social em que ninguém poderia possuir um objeto, sem que outro qualquer tivesse direito de lho tomar; e as mulheres seriam reputadas objetos de que cada qual poderia se servir todas as vezes que quisesse.

Sr., está monstruosa utopia, que justamente horroriza o público, e segundo me parece, somente se pode encontrar na República de Plantão, foi atribuída aos socialistas modernos pelos absolutistas e outros, a despeito dos protestos veementes desses apóstolos do progresso; e como a vossa defesa, eu achasse reproduzida essa calúnia, julguei do meu dever não só protestar, como ainda protesto contra tão imerecida imputação, senão desfiar-vos a que me apresenteis um texto socialista que apregoesse semelhante montruosidade.

Bem sabia eu que não era possível achar esse texto nas obras dos escritores atualmente conhecidos sob denominação genérica de socialistas e por isso julgava que me citásseis o divino Plantão, com quem os socialistas não tem nem querem Ter solidariedade alguma. Mas nunca julguei que ampliásseis o sentido do vocábulo comunhão das mulheres esse estado em que a mulher tem trato carnal com vários; que com semelhante definição, em vez de provardes a odiosa imputação feita aos socialistas, somente dáveis lugar a quem se dissesse que a comunhão dos bens e das mulheres como definistes, existe em muitos casos na sociedade atual.

Entretanto, foi esse o vosso procedimento, pois da análise da nossa resposta resulta o seguinte:

1º- Muitas descomposturas aos socialistas, assignadas, por Proudhon, as quais somente provam que Proudhon também reproduziu as calúnias aos socialistas pelos absolutistas e jesuítas; ainda que em outras obras, o mesmo Proudhon se tenha apresentado como campeão da democracia socialista.

2º- Um trecho de Fourier, o qual mostra que dadas certas condições, o dito Fourier admitia para o futuro que se poderia conceder às mulheres a independência de que goza hoje o nosso sexo.

3º- Um trecho de Gabet, do qual deduzistes a comunhão das mulheres a pretexto de lógica e a despeito dos protestos do mesmo Gabet; confundido destarte as modificações que certos socialistas admitem no futuro para o casamento indissolúvel e

outras instituições que hoje servem de base para à família, com a comunhão das mulheres ou a promiscuidade animal, que ninguém quer.

Portanto, Senhor, parece-me que vossa argumentação nada tem de irresistível, porque nada provaste em abono da vossa irrefletida asserção. Assim, podia eu parar por aqui, aguardando citações mais concludentes. Entretanto como tenho certeza de que não podereis achá-las, aproveito a ocasião para dar uma definição genuína desse mesmo socialismo que pintaste aos leitores da União, como cifrando-se na comunhão dos bens e das mulheres.

O socialismo não é um doutrina, ainda não passa de uma aspiração; mas esta aspiração tende a reformar o estado social atual em prol do melhoramento moral e material de todos os membros da sociedade.

Para este fim cada escola socialista oferece meios diferentes, mas não há uma sequer, cujas as intenções deixem de ser puras e generosas, cujo o ideal não seja a realização na terra dos princípios de liberdade e fraternidade.

A.P. Figueiredo

7 de agosto de 1852

Diário de Pernambuco, Recife, 12-08-1852

XII. Anexo V – Senhores Redatores

Senhores Redatores.

Pelo Diário de Pernambuco me havia eu compreendido a defender o socialismo da acusação, que o Sr. Dr. Pedro Aufran da Matta e Albuquerque lhe fizera, decifrar-se ele na comunhão de bens e das mulheres. Para este fim publiquei no mesmo diário a mesma correspondência, e no dia 24 decorrente entreguei outra sobre o mesmo assunto. Entretanto, como o proprietário da dita gazeta, além de ter exigido que eu fizesse na primeira correspondência certas modificações, a que me sujeitei, exige agora, pra publicar a Segunda, mudanças tais, que tiraram toda a força à minha argumentação, rogo a Vv. Ss. O obséquio de admitir nas colunas da sua gazeta a dita correspondência, a qual também terá a última, que a tal respeito publicarei.

Quando escrevi a correspondência inclusa, tencionava seguir o Sr. Aufran em qualquer terreno a que levasse ele a discussão, supondo então que tinha a discutir com um filosofo e um economista ; mas quando meu adversário trouxe por arresto no seu último artigo o concílio providencial de Paris e o venerável Pio IX, não querendo eu Ter a sorte de Galileu, deliberei não prosseguir em tal questão. O público julgará se tenho ou não razão em recolher-me ao silêncio.

Sou de Vv. Ss. Atento, venerador, obrigado ,
P. Figueiredo.

30 de agosto de 1852.

Sr. Dr. Pedro A. da M. de Albuquerque !

Antes de responder à vossa correspondência, inserta na União número 469, em que abandonaste a questão principal, e acometestes de novo o Socialismo e a definição de que dele dei no número 179 do Diário de Pernambuco, não será fora de propósito determinar precisamente o estado atual da nossa discussão.

Afirmaste em o número 464 da União , que o Socialismo cifrava-se na comunhão dos bens e das mulheres; desafiei-vos a que me apresentásseis um trecho sequer de um escritor socialista, que apregoasse tão monstruosa doutrina. Não vos foi possível achar esse trecho , e para responder ao meu desafio inventaste uma definição dos bens e das mulheres, que em nada se assemelha ao sentido, que o público tem assinado a estes vocábulos. Citastes um trecho de Fourier sobre o amor livre; e firmando este trecho e na autoridade mui contestável de Proudhon, pretendeste prova com deduções vossas o que havieis irrefletidamente aventurado.

Respondi-vos, no Diário de 12 do corrente, colocando a questão no seu verdadeiro aspecto; mostrei-me, que a vossa definição não passava d subterfúgio, e que o que tínheis a provar, era o que os socialistas querem, não já a propriedade coletiva de certos objetos e esse estado em que a mulher tem trato carnal com vários, o que mais ou

menos existe na atualidade, mas sim a comunhão dos bens e das mulheres, tal como é entendida pelo público, e por mim foi definida na citada correspondência.

Achaste a tarefa mui pesada; e como não pudeste sustentar a vossa primitiva asseveração, e nem vos quisestes confessar vencido, me chamaste para novo terreno em número 469 da União.

Neste campo, assim como em qualquer outro, aceitarei a luta; mas quis primeiro assinalar a vossa retirada; e isto posto, tratarei de responder aos diversos tópicos da vossa segunda correspondência.

Se não me engano, cifra-se ela nos pontos seguintes: -

1º- Contestaste a minha definição de Socialismo, acusando-a de contraditória.

2º- Alcinhastes a mesma definição de cavilosa, sob pretexto de que, em vez do Socialismo trazer o melhoramento moral e material da Sociedade, tornaria pior a condição moral e material da nossa espécie.

3º- Perguntaste a que escola socialista eu pertencia. Procurarei responder-vos sem tergiversar .

Disse eu, que o Socialismo não é uma doutrina, mas uma aspiração tendente a reformar o estado atual social em prol do melhoramento moral e material de todos os membros da sociedade.

Pretendeis, que esta definição seja contraditória, e, para prová-lo, procuraste confundir o espírito do leitor, dando alternativamente ao vocábulo doutrina, 1º o seu verdadeiro sentido, - um complexo de dogmas regras ou preceitos sistematizados, bem como quando se diz, - a doutrina religiosa do Cristianismo, a doutrina religiosa dos Mahometanos, doutrina religiosa dos Boudhistas, & C., ou a doutrina filosófica de Locke, a doutrina filosófica de Kant, a doutrina filosófica de Descartes; 2º outro sentido mais geral, o qual não se pode atribuir a este vocábulo, e se applicaria aos movimentos, tendências ou aspirações, que se chamam Religião e Filosofia, e à que são devidas as diversas as diversas doutrinas religiosas e filosóficas.

Ora, da mesma sorte que a Religião não é uma doutrina, ainda que haja muitas doutrinas religiosas, nem tão pouco a Filosofia, apesar d haver muitas doutrinas filosóficas; da mesma sorte o Socialismo não é uma doutrina, ainda que haja muitas doutrinas socialistas. Temos a doutrina socialista de S. Simon, a de Mornely, a de Babeouf, a de Fourier, a de Vidal, a de Buchez, a de Luiz Napoleão, a de Pierre Leroux, a de Cabet, etc., etc., etc. mas não há doutrina socialista!!

Entretanto tão pouco escapou-vos a fraqueza de semelhante argumentação, baseada nessa confusão voluntária, que ao mesmo tempo procuraste mostrar que os diversos sistemas socialistas tinham certos pontos comuns que constituíam uma doutrina socialista, e afirmastes que estes pontos eram os seguintes: 1º a reabilitação da carne ; 2º a satisfação plena dos nossos desejos, paixões, e felicidade completa nesta vida; 3º a negação do cristianismo, da sua moral e as suas promessas; 4º a negação da propriedade individual e da família.

Nego redondamente que haja uma ó destas afirmações que sejam comum a todos os socialistas; e até digo: 1º, que de cem socialistas, há noventa e nove, que nunca se preocuparam com a reabilitação da carne, a qual, segundo parece, pertencia a falecida escola sansimoniana, nem tão pouco com a doutrina fanlasteriana a cerca da legitimidade das paixões humanas; 2º, que nenhum socialista crê, que se possa obter felicidade completa neste mundo; 3º, que a imensa maioria dos socialistas, longe de negar o

cristianismo, sua moral e promessas como afirmastes, pelo contrário pretendem ser os verdadeiros cristãos, os que procuram o reinado de Deus e da sua Justiça.

Pudera a este respeito multiplicar as citações de Buchez, Pierre Leroux, Villegardelle, Simon, H. Doherty, & C.; mas como tendes maior conhecimento dos fanlasterianos, e os acusastes particularmente de epicurismo, limitar-me-ei aos seguintes trechos, extraídos da última obra publicada por V. Considerant, atual chefe dos fanlasterianos.

No Socialismo perante o velho mundo, diz ele: “quando um religião se formulou sobre este dogma fundamental: - Amai a Deus sobre todas as coisas, e amai-vos reciprocamente -, pode se afiançar que está dada a definitiva fórmula religiosa da humanidade, (p. 70).“ Em outro lugar (p.200) assim se exprime; “ao princípio do socialismo modelo julga não proceder senão de si próprio ou quando muito da revolução francesa; mas ao estudar-se a si próprio e a história da filosofia e do cristianismo, encontrou a sua origem da filosofia e do cristianismo”. Mais adiante: (p. 205 e 212) ainda se lê o seguinte: “coloquemo-nos sinceramente sob a invocação do Evangelho; reivindicuemo-lo em nosso favor, mostramo-nos verdadeiros apóstolos da fraternidade. O Socialismo se ergue do meio dos povos e reivindica para si o Evangelho e as puras tradições da religião dos fracos e dos oprimidos”.

Voltando ao nosso assunto, prosseguirei nas minhas afirmações e direi: 4º, que não há socialista que pretenda abolir a família; 5º, que a imensa maioria dos socialistas não negam a utilidade das propriedades individuais, e nenhum quer supri-la completamente

Pode ser que, se alguém procurasse cuidadosamente deparasse nos diversos sistemas com algum dogma comum aos diversos sistemas socialistas; mas releva confessa que não fostes feliz na vossa pesquisa, pois nem se quer achaste um.

Respondida desta arte a primeira parte da vossa correspondência, passarei a segunda.

II

Argüístes da minha definição da cavilosa. Ora, vê-se do que procede que esta definição, não só é verdadeira como também é única que se possa dar do socialismo. Com efeito, o ideal de todos os socialistas é a realização da terra dos grandes princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, revelados ao mundo a dezoito séculos pelo cristianismo, desse reinado de Deus e da Sua Justiça, onde todos os bens são dados aos homens, como diz o Apóstolo. Há divergências entre eles acerca dos meios de realização; mas todos são concordes na procura deste ideal . E quando algum homem reclama reformas para realizar tão nobres desejos, não há cavilação em dizer-se que ele que o melhoramento moral e material da humanidade.

Entretanto, ainda desta vez confundistes as intenções com os resultados., procedimentos este mui caviloso, pois quiseste provar que os socialista não aspiram a melhorar a humanidade moral e materialmente, porque o sistema que pretendem aplicar não teria essa virtude, e antes daria um resultado contrário.

Ainda quando houvesse doutrina socialista na verdadeira acepção da palavra, isto é, se todos os socialistas se achassem de acordo sobre certas reformas, e desta reformas não pudesse demandar o bem que desejam, em por isso a minha definição deixaria de ser boa; ma acresce que , como mostrei acima, não existe tal doutrina.

Há muitas seitas socialistas, mas ainda muito maior número de socialistas que não pertencem a seita alguma; e só tem de comum a aspiração cristã que assinalai, como caráter distintivo do socialismo. Assim fostes obrigado a fantasiar uma doutrina que alcunhastes de socialista, e então disseste que o socialismo apregoa a satisfação plenas

das nossas paixões; conduz naturalmente a negação de Deus e à negação formal do Cristianismo.

Ora, infelizmente para vós, se algum socialista diz com Fourier que as paixões do homem são legítimas, e atribui os crimes à má organização da sociedade, nenhum conheço, à exceção de Proudhon, que tenha negado a Deus; e ainda assim, se nessa obras das contrações econômicas, donde tirastes os argumentos contra o socialismo, o mesmo Proudhon negou a Deus em uma parte da obra, afirmou-o em outra; da mesma sorte que glorificará e fulminará sucessivamente a propriedade, a comunhão, a concorrência, & C., por ser fiel a teoria das antinomias ou oposição, que não quisestes compreender.

Quanto a negação expressa do cristianismo que atribuístes ao socialismo, é tão mal fundada essa vossa afirmação que a imensa maioria dos socialistas venera a Cristo e a sua doutrina, e se arroga a hora de ser os legítimos sucessores do seus Apóstolos.

Vedes portanto, senhor, que até aqui só houve cavilação da vossa parte e não da minha. Lestes as descomposturas de Proudhon aos socialistas, e pensastes que isto era suficientes para esmagá-los; mas enganastes-vos, por quanto, apesar deste poderoso aliado, até o presente não tendes tirado vantagem alguma das discussão; fostes obrigado a fugir da questão, a tergiversar, a ampliar o sentido dos vocábulos para confundir os seus diversos sentidos; e o que ainda é pior atribuir aos socialistas princípios que eles nunca tiveram, ou que não passam de excrescências de alguma doutrina socialista especial.

Vejamos agora se fostes mais feliz na parte econômica da questão. Por este lado apesar dos vossos esforços, não achastes uma doutrina econômica que pudeste atribuir a todos as Socialistas, e por isso vos limitares a atacar sucessivamente algumas teorias Socialistas, procurando provar que aplicação delas havia de diminuir a riqueza geral em vez de aumentá-la. Assim atacastes um Sistema anônimo que proclama a absorção completa do indivíduo no estado; falaste de passagem em Luiz Blanc e Proudhon, fulminastes ao trabalho atraente de Fourier.

Ora, ainda quando houvésseis refutado a opinião destes autores e mostrado que a realização das suas teorias resultaria diminuição da riqueza geral; nada terríveis provado acerca do socialismo em geral, mas sim a cerca de quatro Sistemas Socialistas. Entretanto nem ao menos alcançastes este resultado, porque no tocante à doutrina que segundo dissestes, exige a Socialização dos instrumentos de trabalho, era preciso que provastes que a diminuição de produção, devida à suspensão do estímulo da miséria e da apropriação particular não seria compensada pelo aumento devido à emulação que se há de desenvolver em toda organização regular, e pelas imensas economias de forças, tempo e despesas, que resultam da associação. Não examinastes na vossa correspondência as teorias econômicas de Proudhon e Luiz Blanc; e quanto a vossa crítica da teoria fourierista, consiste ela em objeções que há muito foram respondidas no tratado da Associação doméstica e agrícola no Destino Social, etc., etc.; e não reproduzirei aqui estas respostas por me faltar os espaço.

^Parece-me portanto que vos não saístes melhor da parte econômica do que da parte lógica da vossa resposta. Entretanto não posso deixar de dizer que se eu me comprometi a defender o socialismo tal qual eu defini, não me corre a obrigação de sustentar todas as idéias práticas, apresentadas pelos socialistas, o que por outro lado não fora possível, visto a divergência que existe entre eles a este respeito. Defendi-as contra a vossa crítica, porque a vossa argumentação não me pareceu procedente, mas não porque eu as tenha contas em de verdadeiras

Procurarei agora satisfazer a vossa terceira exigência.

A fórmula geral da escola socialista a que eu pertenço, é a realização progressiva do princípio cristão de liberdade, igualdade e fraternidade, efetuada sem violência, e por meio de medidas apropriadas às necessidades dos diversos países. Talvez que na Europa e quisesse o desenvolvimento integral d princípio da associação, na agricultura, na indústria; em uma palavra: em todas as esferas da atividade humana. Entre nós julgo prematura essa substituição do poder social ao indivíduo, e tenho para mim que o estímulo da propriedade individual é o melhor incentivo para acelerar a marcha da civilização, ao menos na esfera principal, - a da produção; e por isso a mais urgente das nossas necessidades sociais me parece ser o facilitar a todos o acesso à propriedade territorial.

Satisfeitas desta arte as vossas exigências, rematarei esta resposta com algumas reflexões acerca de alguns pontos da vossa crítica. Não acho aplicável a nossa civilização atual, nem mesmo ainda a européia essas fórmulas de abolição de capital, vida em comum, gratuidade do crédito e igualdades dos salários, que citastes com menosprezo; mas no meu entender consideradas de uma maneira absoluta, e sem aplicação prática na época em que vivemos, são marcadas com o cunho da justiça eterna, e longe de serem, como dissestes, o socialismo abjeto e brutal, acham o mais poderoso apoio no livros que servem de base à nossa santa religião, e para prová-lo, ofereço-vos as citações seguintes:

Vida em Comum

“E todos aqueles que criam estavam unidos, e tinham todas as coisas em comum; vendiam suas fazendas e bens e os distribuíam por todos segundo as necessidades que cada um tinha.

“E estavam todos os dias assíduos no templo de comum acordo; e, partindo o pão pelas casas, tomavam seus alimentos com prazer e simplicidade de coração.”(Atos dos Apóstolos, II ,44,45,46).

E em outro lugar:

“E na multidão dos que criam no coração era um e alma uma ; e nenhum dizia ser sua coisa alguma daquelas que possuía. Mas tudo entre eles era comum.” (Atos dos Apóstolos, IV, 32, 34, 35, 36, 37.).

“A vida comum é obrigatória a todos os homens, e primeiramente para todos aqueles que pretendem servir a Deus de uma maneira irrepreensível e imitar o exemplo dos apóstolos e dos seus discípulos.” (S. Clemente. at. concil.)

Abolição do Capital

“O uso de todas as coisas que estão neste mundo deve ser comum a todos os homens. A iniquidade foi que permitiu que um dissesse: isto é meu; e outro: isto me pertence. Deste fato proveio a discórdia entre os mortais.” (S. Clemente IP at. concil.)

“A natureza ministrou em comum todos os bens a todos os homens. Com efeito, deus criou toda as coisas a fim de que o gozo delas fossem para todos. Assim a natureza gerou o direito de comunidade, e foi a usurpação que produziu o direito dde propriedade.”(S. Ambrósio, Sem. 64, in luc. Cap. 10)

“Saibam que a terra de que eles foram tirados é comum a todos os homens, e por isso os frutos que ela produz pertencem a todos indistintamente.”(S. Gregório, curs., Pas. Voy, adm. 22.)

Gratuidade de Crédito

“É soberanamente injusto exigir-se mais do que aquilo que se deu: praticar desta maneira, é depredar o próximo, é especular perfidamente sobre as suas necessidades.” (S. Lactância I, S, Inst. Div., C. 17)

“A vida de emprestador é uma vida preguiçosa e insaciável; ele não conhece os trabalhos do campo, quer que tudo nasça para si sem sente e sem cultura; a sua charrua é a sua pena; o seu campo é o bilhete que lhe dará o capital e o lucro. A SUA SEMENTE É A SUA TINTA. Enfim a pena (estragado no texto) fecundar o seu trabalho é tempo necessário para que o seu dinheiro aumente e lhe produza frutos misteriosos...; o emprestador não tem nada e possui tudo, vivendo vida inteiramente contrária às prescrições dos Apóstolos Homem ávido, restitui a teu irmão aquilo que lhe roubaste injustamente!” (S. Gregório de Nicéia , Orat. Contr. Usurar).

“O que há mais revoltante do que prender semear sem campo, sem chuva, sem charrua! Mas também aqueles que se entregarem e esse gênero de agricultura pestífero só colherão joio, que deve ser entregue ao fogo eterno. (S. Crisóstomo . Homil. 57 in Mat.)

“Quem dominasse roubo e parricídio a iníqua invenção do empréstimo a juro não estaria muito longe da verdade. Com efeito, que importa que vos tornásseis senhor do bem de outrem, escalando muros e matando passageiros, ou que adquirísseis aquilo que vos não pertence pelo efeito inexorável do empréstimo? Oh depravação da linguagem!... Se alguém ao encontrar-se com um viajante, lhe arrancasse a força ou lhe subtraísse por astúcias as suas provisões, chamá-lo-ao salteador e ladrão. Mas aquele que comete injusta espoliação, em presença de testemunha, e que confirma a sua iniquidade por atos de boa aparência, é qualificado homem generoso, benévolo, serviçal.” (S. Gregório de Nicéia . Homil. Inc. 4 Ecles.)

Igualdade de Salários

“O reino dos Céus é semelhante a um homem pai de família que ao romper da manhã saiu a assalariar trabalhadores para sua vinha .

“E feito com os trabalhadores o ajuste de um dinheiro por um dia, mandou-os para sua vinha.

“E tendo saído junto a terceira hora, viu estarem outros na praça de ociosos.

“E disse-lhes: Ide vós também para minha vinha, e darvos-ei o que for justo.

“E eles foram. Saiu porém outra vez junto da hora sexta e junto da nona, e fez o mesmo.

“E junto da undécima tornou a sair, e achou outros que lá estavam e lhes disse: Ide vos também para minha vinha.

“Porém lá no fim da tarde disse o senhor da vinha ao seu mordomo: chama os trabalhadores, paga-lhes o jornal, começando pelos últimos e acabando nos primeiros.

“E tendo chegado pois os que foram junto da hora undécima, recebeu cada um o seu dinheiro.

“E chegando os que tinham ido primeiro, julgaram que haviam de receber mais, porém também estes não receberam mais do que um dinheiro cada um.

“E, ao recebê-lo murmuravam contra o pai de família.

“Dizendo : Estes que vieram últimos não trabalharam senão uma hora, e tu os igualastes conosco, que aturamos o peso do dia e da calma.

“Porem ele respondeu a um deles, lhe disse: amigo, eu não te faço agravo: não convieste tu comigo em um dinheiro?

“Toma o que te pertence e vai-te; que eu de mim quero dar também a este último tanto com a ti.

“Visto isto não me é lícito fazer o que quero? Acaso seu olho é mau porque eu sou bom?” (MT XX 1 a 15)

Basta por hoje.

Recife, 23 de agosto de 1852.

P. Figueiredo.

A Imprensa, Recife, 06-09-1852.

XIII. Anexo VI – 6 de Março de 1817

6 de março de 1817

Fez 39 anos no dia 6 do mês que estamos, que nesta cidade soou, pela primeira vez, o grito profético da liberdade e emancipação política, entre as aclamações e as esperanças de um povo generoso.

Herdeiros agradecimentos dos bens que nos legastes com toda a veneração e mais terno amor filial, nós te saudamos., dia 6 de março, aniversário da nossa gloriosa revolução de 1817.

E vós, sombras augustas que passastes rápidas neste mundo, vós que agora viveis tranqüilas no seio da Divindade, e que, a custa de sacrifício imaculado da vossa existência, nos destes a liberdade de que gozamos, recebi na celeste morada , onde habitais, a sincera homenagem da nossa mais pura gratidão.

Ainda não atingimos o degrau supremo na escala ascensional do progresso, mas já temos caminhado muito. O nosso futuro causa inveja as nações do velho mundo. Em 39 anos temos realizado melhoramentos, que povo algum nunca conseguiu dentro de tão curto espaço de tempo; e temos para nós que um membro da geração do princípio deste século, que comparasse o nosso estado atual com o que éramos em 1817, de certo ficaria surpreendido e deslumbrado à vista da soma de civilização que temos acumulado.

O que éramos nós naquela época? – Nada ; E que idéia fazia de nós o estrangeiro civilizado? De selvagens quase indomáveis. Mas este estado de degradação moral em que nos achávamos não podia durar. A justiça divina mais cedo ou mais tarde havia de lançar às suas vistas compassivas sobre esta terra, que parece destinada para a Providência a representar um papel importante no congresso das nações. Tudo parecia favorecer a nossa ascensão à categoria de povo livre. Os nossos dominadores eram os próprios que indiretamente apressavam a obra nossa redenção política e social. A metrópole pouco ou nada favorecida desenvolvimento das ambições legítimas dos brasileiros. A cultura da inteligência e o gozo das outras conquistas da civilização nos eram vedados de fato; e a proibição fatal do ingresso de estrangeiro nos portos da terra de Santa Cruz, ainda mais funesta tornava a nossa sorte.

Curvados sobre o jugo colonial, olhávamos inutilmente para este território em que deus nos fizera nascer, e contemplávamos com dor amarga esta vasta extensão de praias, banhadas por um mar sempre benigno e semeadas de baías e portos magníficos e, onde a natureza só deixara ao homem um insignificante trabalho a executar. (Omitidas poucas linhas que exaltam a grandeza geográfica do Brasil).

Grande parte dos frutos do trabalho nacional, ia manter, do outro lado do Atlântico, o luxo da metrópole; e o desenvolvimento do país se achava paralisado por falta de capitais, por vias de comunicação, e de homens versados nas artes e ciências.

Vivíamos privados de todas as vantagens inerentes à civilização, sem influencia alguma sobre os nossos destinos, e a maior parte da nossa população ainda se achava no estado selvagem, e o resto mergulhado nas trevas da ignorância, e entregues ao costume das era bárbaras.

Semelhante estado de cousas não podia durar por muito tempo, tinha uma existência efêmera, transitória; por outro lado o progresso das nações é uma lei fatal, necessária, divina, e não pode deixar de realizar-se um dia. Os homens são instrumentos cegos de que a Providência se segue para a realização dos seus planos imortais e a grande transformação porque tínhamos de passar, vem, de mui longe; vem do grande

movimento revolucionário que teve lugar na França em 1789; mas a semelhança deste sucesso, ela teve uma causa mais remota.

Com efeito, as chamas da fogueira que reduziu as cinzas o corpo de João Huss em 1414 não se apagaram na pequena cidade de Constância, nem extinguiram as suas generosas aspirações, iluminaram o mundo, e a sua claridade misteriosa se estendeu sobre toda as regiões.

As místicas controvérsias do inglês Wiclef, e os próprios esforços contraditórios e incompletos do profeta de Wittemberg, em favor da emancipação do pensamento, também concorreram para a conquista da liberdade de que gozaram alguns povos modernos.

Mas o que é certo é que Lutero na Reforma só compreendeu um lado da questão: combateu os privilégios que a Igreja tinha sob a consciência do homem, mas respeitou as usurpações políticas praticadas pela autoridade temporal. Ao passo que desobedecia a pontífice Leão X e cobria de opróbrio a Henrique VIII por se ingerir em matérias de consciências, mandava acatar em políticas a todos os soberanos da terra .

Henrique VIII pretendeu refutar a obra de Lutero, que tem por título – O Cativo da Babilônia, e quando este trabalho chegou às mão do promotor da Reforma, ele tremeu contra o arrojo do Tudor, e prorrompeu nestes termos: “Mentes, rei estúpido e sacrílego, com rosto imprudente das às infalíveis palavras de Deus um sentido diferente do que elas têm”.

Os anabatistas Stork e Munzer, chefes da revolução dos niveladores, - daqueles que pretendiam abolir todos os privilégios, de qualquer gênero que fosse; todos os fatos, todos os acontecimentos, que tiveram lugar no século XVI, neste século fecundo em toda à casta de revoluções, - tudo isto contribui, de uma maneira mais ou menos direta para a fase da regeneração social, em que nos achamos.

O decágono político, traçado por Thomaz Payne, no meio das florestas virgens da Luisiana posto que incompleto, porque não compreendeu os fenômenos sociais da vida do povo norte americano, também não deixou de influir no ato de nossa constituição nacional.

Porém o que mais positivamente determinou a revolução, cujo aniversário teve lugar no dia 6 do corrente, foi o imenso e universal abalo que imprimiram na sociedade francesa, Rousseau, Voltarie, A Enciclopédia e toda a plêiada ilustre dos filósofos dos século XVIII, foi a revolução francesa de 1789.

Com efeito, a França, este cérebro e coração das nações modernas, não agitavam então os seus interesses, de toda a humanidade . As aspirações dos operários da Revolução Francesa eram divinas, e lavando-se o sangue que manchava as suas teorias, ficava a verdade imortal, que um dia há de dar frutos que encerra em seu seio.

Se há no mundo um fenômeno que prove de uma maneira mais evidente e luminosa a unidade e identidade do espírito e identidade do espírito em toda a família humana, é incontestavelmente à adoção de certas idéias.

Assim, em virtude deste laço impalpável, misterioso que liga todos os homens entre si pelas aspirações, pelos desejos, pelos sentimentos, os brasileiros não podiam tardar muito em sentir as vibrações elétricas do movimento político que em 1789 abalara a sociedade francesa.

Mas ainda era preciso um fato, uma circunstância, que servisse de causa ocasional ao desabrochamento do germen lançado nomeio da sociedade brasileira; e este fato, e estas circunstâncias aparecem como mudança da corte portuguesa para o Brasil.

Então, desmoronaram-se as barreiras que vedavam os estrangeiros o ingresso dos nossos portos; com as mercadorias transatlânticas, recebíamos algumas idéias de civilizações que ainda mais apressavam as peripécias do drama que se tinha de representar.

Os conhecimentos que então possuíamos eram mui raros, e estes mesmo poucos profundos; e não tínhamos nenhum dos veículos necessários, que hoje tanto abundam entre nós, para propagar os trabalhos de inteligência, nem os inventos úteis das artes e ciências, pois que a imprensa já descoberta havia quase três séculos, era desconhecida entre nós, especialmente na província de Pernambuco.

Entretanto sempre havia alguns indivíduos, que mais favorecidos dos meios da fortuna, tinham ilustrado de alguma sorte o espírito do seu seminário episcopal de Olinda, fundado pelo bispo D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, e que era então o único foco que esparzia as suas luzes, posto que frouxas, sobre toda a capitania de Pernambuco .

A rivalidade e o ciúmes, entre Brasileiros e Portugueses, foram tomando largas proporções, e no dia 6 de março de 1817, e efusão de sangue entre dois povos irmão , ligados por muitos laços diversos, que falavam a mesma língua e tinham os mesmos costumes, precipitou o desenlace do drama; e no dia 7 do mesmo mês, pela manhã, o povo da cidade de Recife, despertado pelos rufos dos tambores, ouvia ler o seguinte bando, o primeiro ato do governo provisório, criados pelos patriotas.

“Nos abaixo assinados, presentes para votarmos na nomeação de um governo provisório para cuidar da causa da pátria, declaramos a face de Deus que temos votado e nomeado os cinco patriotas seguintes: da parte do eclesiástico o patriota João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro; da parte militar o patriota capitão Domingos Theotônio Jorge Martins Pessoa; da magistratura o patriota José Luiz de Mendonça; da parte de agricultura o patriota coronel Manoel Corrêa de Araújo e da parte do comércio o patriota Domingos José Martins; e ao mesmo tempo todos firmamos esta nomeação, e juramos obedecer a este governo em todas as suas deliberações e ordens dada da casa do Erário às 12 horas do dia 7 de março de 1817. E eu Maximiano Francisco Duarte o escrevi. – assinados, Luiz Francisco de Paula Cavalcanti – José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima. – Joaquim Ramos de Almeida. – Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti de Albuquerque. – Joaquim José de Vaz Salgado. – Antônio Joaquim Ferreira de Sampaio. – Francisco de Paula Cavalcanti. – Felipe Nery Ferreira.- Joaquim da Anunciação e Siqueira, - Thomás Ferreira Vila Nova.- José Maria de Vasconcellos Bourbon. – Francisco de Paula Cavalcanti Júnior. – Thomaz José Alves de Siqueira. – João Albuquerque Maranhão. – João Marinho Falcão.”

Era um ato de emancipação de um povo, que depois de três séculos de cativo pretendia tomar parte no concerto das nações livres; e os sofrimentos, as opressões e injustiças que sofria, atenuam e justificam em nossa opinião, os excessos e delírios que praticou nas vésperas da manifestação da sua vontade soberana. As individualidades desaparecem , quando se trata de realizar uma verdade providencial, e as lágrimas derramadas à memória de um homem, e as cabeças que caem justas ou injustamente, são condições indispensáveis para aquisição dos bens na vida dos povos.

Pernambuco parece o centro destinado pela Providência para ser o foco da civilização brasileira. Sem que haja pretensão de nossa parte, esta província tem sempre caminhado à frente de suas irmãs. Em todos os movimentos em, favor da liberdade, e, depois de certa época sob o aspecto das ciências e das artes, quando não as precede, procura logo colocar-se a par delas; a par do que é delas , mas o que é certo é que no domínio das idéias e das instituições civilizadoras a primazia lhe pertence exclusivamente.

Desta tendência, deste amor para com os princípios de liberdade e, progresso, resultou que entre todas as províncias do Brasil, Pernambuco fosse o teatro em que se representou o prólogo do drama da civilização moderna, drama inspirados aos apóstolos dos sofrimentos e dores da humanidade pelos princípios proclamados do alto da Gólgota.

A flor da família pernambucana, que então se estendia até o Ceará, tomou parte neste movimento, que posto não produzisse todos os frutos premeditados, todavia lançou as premissas da felicidade que hoje gozamos.

A Paraíba em conseqüência da comunhão de idéias de seus filhos com os de Pernambuco foi a primeira que acompanhou o impulso patriótico de nossos pais, e a cabeça de seus mais ilustres filhos também rolaram aos pés do carrasco.

A revolução malogrou-se, tanta dedicação, tanta generosidade e patriotismo, que quase se perdeu inutilmente, e o cadafalso foi o lugar em que os chefes do movimento político do Brasil exalaram as aspirações íntimas de suas almas puras e imortais. Morreram é verdade mais nenhum traiu o santo juramento que prestara à pátria agradecida.

E nós, que veneramos as sombras destes mártires, e que humildemente tributamos hoje um feudo de gratidão e saudade a sua memória, terminaremos estas linhas, copiando aqui o epílogo, com que um historiador moderno, rematou a história dos fatos gloriosos de seus antepassados.

Em verdade, uma nação deve chorar a seus mortos, e não consolar-se de uma só cabeça injusta ou odiosamente sacrificada; mas não deve lamentar o seu sangue, quando correu para fazer germinar verdades eternas. Deus permitiu que seus designos sobre o homem se manifestassem à custa destes sacrifícios. As idéias vegetam com sangue humano. As revelações descem dos cadafalsos. Todas as religiões se divinizam pelos seus mártires. Filhos dos combatentes ou das vítimas, perdoemos –nos reciprocamente!

Reconciliem-nos sobre os seus túmulos para continuar a sua obra interrompida! O crime perdeu tudo, entremetendo-se na obra da república. Combater não é inocular (sic). Tiremos o crime da causa do novo como uma arma que lhe fere a mão e que converteu a liberdade em despotismos; não procuremos justificar o cadafalso pela pátria, nem as proscricções pela liberdade; não endureçamos a alma do século pela sofisma da energia revolucionária; deixemos o coração à humanidade, é mais seguro e o mais infalível de seus princípios, e resignemo-nos com a condição das cousas humanas.

A história da revolução é gloriosa e triste como o dia seguinte de uma vitória, e como a véspera de um outro combate. Mas se esta história é cheia de luto, é cheia especialmente de fé. Assemelha-se ao drama antigo, em que, ao passo que o narrador faz a exposição, o coro do povo canta a glória, chora as vítimas e eleva um hino de consolação e de esperança a Deus!

Abdalah-el-Kratif

Folhetim: "A Carteira". In : *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 - 03 – 1856.

XIV. Anexo VII – A Colonização Africana Promovida pela França...

9 de agosto de 1857

A colonização africana promovida pela França para Guadalupe e Martinica. – Opinião de Mr. Labouche acerca da emigração para a Guiana inglesa. – Pensamento de Lord. Claredon sobre a exportação francesa de africanos. – Camões e a Gargalhada dados no Santa Isabel. – Companhia francesa. – Cenas de sonambulismo no Apolo.

Estamos na época das maravilhas. Se o século XVI era considerado como o mais fecundo em descobertas grandiosas e aplicações felizes, que vieram melhorar a sorte da sociedade, a primeira metade da atual parece exceder-se-lhe na mesma estrada.

Mas, assim como o homem, a sociedade tem intermitências, que parecem anunciar certos momentos de loucura, nos quais a modo que a humanidade retrograda na sua marcha providencial para as regiões infinitas do porvir.

Vamos hoje manchar a alvura imaculada deste papel, de duas maneiras; em geral, com a tinta com que traçamos estes caracteres, em particular com um dos assuntos por eles descritos.

Se a dúvida absoluta foi o caráter singular do século passado, disséreis que o desejo de acumular riquezas, a divinização do dinheiro é o sinal característico da era em que vivemos, para este fim todos os meios são julgados bons.

Temos para nós que este caso, a sociedade se afasta da verdadeira regra, e se torna tão frágil como o metal que ela adora.

O poder por mais energético que seja não a salvará, e alguém já disse: um povo sempre mereceu as instituições que lhe convêm.

A velha Europa cede desmesuradamente ao gosto desenfreado das riquezas, adquiridas da maneira mais fácil.

De que serviria se ocultar esta chaga? Não se torna ela todos os dias mais larga e mais sangrenta? Não é verdade que, ao lado das grandes coisas que se observam todos os dias, nas guerra e na paz, observa-se também um grande espetáculo: a especulação e a usura?

Como diríamos ao começar, há para as sociedades, assim como para os indivíduos hora da crise, hora da febre, de abatimento, de corrupção, mas voltando para os preceitos traçados pela razão, lutando contra o mal, não com remédios desconhecidos e novos, mas com os velhos remédios da probidade, do exemplo, da moderação, de todos os sentimentos nobres e elevados, um povo pode refrescar a sua alma como no batismo, e subtrair – se às seduções e torpeza das paixões vulgares e degradantes.

As enfermidades morais se curam como as outras: se pode sair, sob salutares influências, das más inclinações para as boas, dos gostos que depravam para os gostos que elevam, do culto falso para o verdadeiro, do abatimento para a honra: a consciência pública que se enfraquece nunca pode operar estas curas.

A civilização material tem sem dúvida sua grandeza, e desconhecer este fato, fora mostrar uma razão acanhada e ingrata, e esta grandeza se pode realizar sem corrupção.

A riqueza pode servir de alvo à vida de certos homens, não tem para as almas elevadas os atrativos da glória, tão pouco tem as doçuras íntimas e incessantemente renascentes que dá piedade e a pureza, não eleva o espírito às regiões superiores, onde as conduz o sentimento da verdade e da adoração das belezas intelectuais, mas quando se procura esta riqueza honestamente, ela se impõe ainda deveres difíceis, e exige

qualidades preciosas está como que colocada na extremidade de ma longa estrada que é a imagem de trabalho, e o trabalho enobrece tudo.

Quando ele se aplica à matéria, desenvolve as forças do homem, e mantém a saúde e duplica-lhe o vigor: em todas as coisas engrandece o espírito e melhora o coração.

Por um fato, que deixa de ver cabalmente que a Providência Divinas quis fazer do trabalho uma lei, ela parece fortificar aqueles a quem ele enriquece, contra perigos e as seduções da riqueza adquirida; torna preciosos os frutos do trabalho, e dá ao mesmo tempo, a dignidade e a fortuna.

Aquele que num comércio honesto e laborioso acumula riquezas, é útil a si e aos outros.

O artista que produz obras primas as quais os gostos da grande valor torna-se ilustre e rico ao mesmo tempo; o homem cujo o talento descobre e cuja paciência aplica processos que dominam a natureza e multiplicam os produtos merece igualmente a fortuna e a obtém sem corrupção; o mesmo acontece com o banqueiro que empalidece sobre os livros e que junta assiduidade à exatidão, às fadigas que o seu estado lhe causa; em suma, a riqueza é honrosa, quando vem do trabalho.

Com esta origem, ela não tem os numerosos vícios que se encontram, quando é devida ao acaso, excita o respeito ao mesmo tanto quanto a inveja; não corrompe habitualmente nem o possuidor, nem aqueles que o cercam.

Aquele que honesta e laboriosamente a tem adquirido não a dissipa em escândalos, porque ele tem o cunho da fadiga e da vigílias, não se expõe a perdê-la, porque sabe que para ganhá-la é preciso trabalho e tempo! Aquele que a recebeu dos seus, também não a prodigaliza inutilmente: porque sabe que ela envolve recordações e deveres.

O homem que pode confessar a riqueza que recebeu ou que ele próprio adquiriu, não experimenta o frívolo desejo de mostrá-la em todas as coisas; derrama-a à medida das suas necessidades, aplica-a às empresas honestas, emprega-a em nobres culturas.

Não se esquece nunca de que ela é para seus filhos um exemplo assim como patrimônio, e se as necessidades do futuro não lhe prescrevem que poupe o supérfluo, ele o reparte com os infelizes.

Se, pelo contrário, procura-se e encontra-se a fortuna no acaso, ela perde todos os seu caracteres, que a tornavam tolerável, dissipa-se loucamente e cria esse luxo pernicioso que parece alimentar vícios, que causa piedade aos homens inteligentes e de gosto, corrompe o mundo sem ter o atrativo da verdadeira elegância.

Adquirida e aumentada pelas injustiças, como por exemplo, por meios de usuras, semelhante fortuna não merece proteção alguma, e os seus possuidores fraudulentos e efêmeros não podem ser defendidos. Todavia são defendidos sob uma forma vulgar, e , como se exprime certo escritor, os seu advogados dizem um estilo de mercador, que convém deixar que seu comércio progrida.

Mas é a agiotagem que se deve perseguir, e não os movimentos dos capitais em grandes e benéficas empresas; não convém combater os grandes industriais, diz a economia ilustre, deve-se combater os manejadores de dinheiro; são eles que corrompem até a especulação; enriquecem sem nada a fazer; atraem para a especulação o dinheiro e as consciências.

O mal social que causam é incalculável, e embora digam o que quiserem, não fazem bem algum. A verdadeira indústria não tem necessidade deles, salvo se ela tem necessidade de fraude e mentira. Não acrescentam nada ao crédito.

As suas operações não melhoram empresas, são as suas manobras que fazer subir e descer sucessivamente, como numa máquina de prestidigitação, o nível de valores.

Fazem ainda maio mal, provocam o abandono da terra que não tem somente a vantagem de conter tesouros que abre ao trabalho, e que dá ainda aqueles que à procuram e cultivam alguma coisa sólida e fecunda a natureza, que não enriquece num dia, mas cuja a riqueza tem como certa nobreza que realça e aumenta-lhe o valor.

Enfim, a especulação destes indivíduos empregou em seus interesses homens e todas as profissões e de todas as carreiras, é em favor do maior triunfo dos corruptores introduzidos em muitas casas, mostrando a propriedade territorial que valia e produzia mais do que ela, deixando de ver os trabalhos do espírito e suas imensas receitas ao lado dos seus estéreis esforços.

Por milhares de seduções, tem ela arrolado muita gente, dizendo simplesmente: vem especular; dou riqueza sem trabalho, mas não acrescentando, o que é a verdade: comigo, quando alguém não se arruina, aumenta o talento, próspera sem mérito.

Algumas pessoas já se tem levantado contra este vergonhoso despotismo, mas para o fazer, tem-se empregado uma paixão que não parece que nem sempre é pura, e nas causas que se têm apresentado há injustiças que têm diminuído a força das outras.

Cumprе repreender uma sociedade que se descarrea como se repreendem as crianças, com uma ternura que adoce a censura e faça penetrar o conselho. Importa também pôr, tanto quanto for possível, o peso de uma vida exemplar na crítica dos outros.

Nestes últimos tempos, as classes médias não tem procurado bastante a sua força e dignidade dos costumes, na proibidade do proceder, no exemplo do trabalho e na conquista laboriosa destes privilégios do exemplo, o único que elas possam ter, e é porque elas têm faltado aos seus deveres, que as turbas são sacrificadas, devoradas por esta febre de interesses, de apetites, de gozos e de especulação, que dá grande impulso ao progresso material, mas que tem os corações enfermos e as almas enfraquecidas.

Por outro lado, a lei tem sido até hoje vencida pela agiotagem, e reduzida a este papel, o pior daqueles que ela ode ter, de existir, apesar da sua derrota, e viver sem governar.

Os agentes de cambio criados para dar às negociações sérias a garantia do segredo e a do respectivo caráter, aviltam as suas funções em operações fictícias e prestam o seu ministério a especulações escandalosas.

A honra e a lei proíbem-lhe isto, eles o fazem impunemente, elevam a agiotagem ao apogeu; incorrem nas penas mais graves, mas em vez de castigo, encontram benefícios enormes. São mais fortes que a lei. Há para eles privilégios nos países, que os têm abolido, até aqueles que se concediam a quem derramava o sangue nos campos de batalha.

Assim o desejo de acumular riquezas em pouco tempo, e sem grandes dificuldades, é a paixão dominante, o caráter geral da sociedade presente. Todos os meios são bons: até o homem serve de instrumento passivo para esta conquista.

A época da glorificação de dever, do reconhecimento comum de espécie parece que ainda está longe. Ainda se observam as lutas da solidariedade e do individualismo, e o triunfo ainda é duvidoso.

No jornal inglês European Times, de 08 de julho deste ano, lê-se uma notícia que parece confirmar estas considerações gerais.

“A Gazeta da Manhã”, fundada por Mr. Charles Dickens, que sempre tem sido assinada por tendências liberais, diz o European Times, chama a atenção pública sobre o fato que denomina uma nova fase de tráfico de escravatura.

“Segundo esta autoridade, o governo francês celebrou um contrato com uma casa comercial de Marselha para o suprimento de 10.000 negros para Guadalupe e Martinica, e dizem que este contrato já foi assinado pelo ministro da marinha e pelo ministro de negócios estrangeiros da França, e pela firma da casa de Marselha. O contrato foi celebrado a 13 de março próximo passado.

“Eis aqui as estipulações: dentro de três anos e se for possível, em menos tempo, 5.000 africanos devem ser remetidos a Guadalupe e igual número Martinica, os quais deverão ser engajados por dez anos com o salário de doze francos e cinqüenta centésimos, por mês; desde salário o negro deve descontar dois francos mensalmente para o pagamento da despesa que se houver feito com o seu transporte.

“Grandes navios a vapor deverão ser empregados em conduzir os negros na África para os estabelecimentos franceses, os proprietários receberão 20 pela passagem de cada colono negro. Dizem que já partiu um vapor.

“O nosso contemporâneo considera isto como a renovação do tráfico da escravatura.

“Até agora dizem que nenhuma restrição é imposta aos contratadores; podem fazer as suas operações em toda a costa da África ocidental, exceto nas possessões inglesas; obterão os negros onde e como puderem; tudo quanto o governo francês aspira é a chegada dos 10.000 africanos às colônias, onde deverão ser condenados ao trabalho por dez anos mediante menor salário por um mês que o valor atual do trabalho por uma semana nas possessões britânicas.

“Se é uma renovação da escravatura, podemos somente dizer que desejamos cordialmente que o governo inglês siga o exemplo que foi dado pelo imperador dos franceses.

“Se os proprietários das fazendas em nossas colônias tropicais alcançassem o mesmo privilégio, veríamos em breve o incremento de prosperidade nas Índias Ocidentais – Mais açúcar, algodão, café, em uma palavra tudo quanto o povo precisa, ao passo que a condição do próprio africano seria admiravelmente melhorava em comparação do bárbaro estado em que existe no seu próprio solo.

“Presentemente, os nossos infelizes colonizadores são obrigados a conduzir os emigrantes das Índias Orientais com enormes despesas. E as horríveis cenas de mortalidade durante a viagem excedem a tudo quanto costumamos ler a este respeito.”

Esta notícia não foi bem acolhida pela Inglaterra. Embora o *European Times* deseje que o governo britânico imite o exemplo dado pelo imperador dos franceses, Charles Dickens, o ilustre literato inglês, opõe-se à idéia, considerando-a como a renovação do tráfico da escravatura; Lord Brougham também censurou-a no parlamento, e lord Claredon, respondendo-lhe, “declarou que o governo francês pretende tomar todas as seguranças possíveis contra abusos do plano de emigração negra que foi proposto, e disse que concordava com lord Brougham e que qualquer plano teria uma tendência para reviver o tráfico da escravatura.

Entretanto, parece que a colonização africana que a França pretende realizar, encontra simpatia na pessoa de um dos membros do gabinete de S. James. No jornal que acima citamos lê-se o seguinte sobre a esse respeito!

“Emigração para a Guiana Inglesa:

“Em resposta a Mr. Thomas Baring, Mr. Labouchere reconhece a importância de oferecer a facilidade à emigração para a Guiana Inglesa, e manifestou a crença em que está de que o açúcar poderia aumentar, não proveitosamente pelo trabalho escravo; mas julgava necessário que o emigrante fosse um agente livre; que se prescrevessem garantias para que ele fosse vítima de um sistema interno de escravidão; e que houvesse um número igual de ambos os sexos conduzido à colônia. Mediante tais condições, foi sempre o seu ardente desejo, desde que ocupou o cargo de secretário das colônias, para facilitar a emigração para as colônias.”

Com efeito, também temos para nós que a colonização africana pode ser a renovação do tráfico da escravatura, e se as colônias francesas ele desperta tantas apreensões, entre nós seria uma calamidade: um verdadeiro mal.

Se hoje no estado atual da civilização da Europa, o elemento bárbaro seria impotente para fazer conquistas, numa sociedade nova como a nossa, encontraria facilidade para se desenvolver. É este um dos maiores inconvenientes que nos resultou da introdução de africanos no solo brasileiro.

(Continua com outros assuntos, como conta o título).

Folhetim: "A Carteira". *Diário de Pernambuco*, Recife, 10-08-1857.

XV. Anexo VIII – 27 de Novembro

27 de novembro¹⁷⁸

Enquanto a noite vai passando silenciosa, aproveitamos alguns momentos para esta espécie de diversão literária, que tanto custa ao pobre escritor, na situação forçada do folhetinista que é apesar de todas as situações imagináveis. Fazemos hoje por conciliar, em termos que se estendem, essas duas grandes condições de que quase todo trabalho do espírito, que um celebre autor da famosa epístola aos Pisões tanto recomendava, com especialidade aos poetas. Desde aquela época sentia-se já o quanto necessário harmonizar, em obras de arte e em coisas de literatura, os dois graves princípios da utilidade e do recreio, de cuja exata compreensão tanto se apartam, e que reformadores frenéticos das etiquetas clássicas, e dos ricos sacramentais da velha escola poética, tanto desconhecem, ou tão barbaramente maltratam. Tinham razão de sobra os nossos antecessores, porque mais do que nós em muita mina de ouro finíssimo cavavam e excavavam ele de dia e de noite, e não poucas vezes criavam e fantasiavam muito, sem outro molde os olhos que o natural e o verdadeiro, sem outro diretório a seguir além do gênio e do gosto limado e polido.

Divaguemos, pois, em palestra íntima com os nossos amigos de mais íntimo trato com esses que lêem e estudam, que riem mas que meditam, que folgam ao luar, ao som vago das harmonias do oceano nas horas mortas e não pouco inspiradoras de muito pensamento vivo e profundo, mas que também sabem penetrar no seio das idealidades sublimes, e olhar para o mundo real através de um prisma brilhante e por entre os mistérios deliciosos da criação e da natureza.

Será um devanear de artista, ou um estado severo de filósofo ? Nem uma nem outra coisa : É um passeio pelo mundo, a correr sempre, a voar com rapidez aqui ali, sem ter foros de publicista, nem de economista, nem tão pouco de orador ou mesmo de poeta : - é o escrever duas linhas para não perder o hábito de pegar a pena, é o ser folhetinista para fabricar um folhetinzinho magro, - raquítico, e , por ventura, sem sabor e desgracioso ! Que modéstia não é a nossa.

Parece-nos ouvir a algum crítico a condenação explícita do nosso parecer nesta ocasião: critique-nos embora, muita paciência temos nós para ouvi-lo e ouvir a tantos que, não fazendo nada, esperam e exigem que os outros façam tudo.

Prometemos divagar: cumpramos a promessa.

Diz-se por aí mui enfaticamente que o mundo vai às mil maravilhas, que a sociedade caminha em tapetes de flores, que a civilização estende-se por toda parte com grandíssimo aparato de instituições benéficas, de melhoramentos materiais, de associações úteis e humanitárias, de imensos focos de ilustração substancial e prodigiosa. Tece-se todos os dias o mais pomposo elogio ao espírito progressista de nova era, entoam-se hinos à liberdade e à fraternidade dos povos, mostra-se com o dedo no mapa das nações cultas, o resultado precioso das belas conferências diplomáticas e dos tratados de sumo interesse político. Fala-se muito em vias férreas, em telégrafos elétricos, em navegação a vapor, em iluminação a gás, em reformas industriais e financeiras; em milhares e milhares de novidades que antolham como precursores de futuros esplêndidos e magníficos. Pela nossa parte, sem rejeitar o princípio do progresso, porque acreditamos na perfectibilidade humana, sob condições de limitação mui

¹⁷⁸ Apesar de assinar Abdalah-el-Kratif o escritor é Antônio Rangel Torres Bandeira.

natural e eminentemente razoável, cremos que o século tem muito de prosaico para merecer a honra de ser cantado em poesia de sentimento e de inspiração fecunda. É muito para apreciar nesse movimento rápido e ascendente que vulgarmente se chama civilização : títulos de sobra existem por aí para convencer-nos de que o plano é outro, mais fácil, mais regular até certo ponto, mais conducente à prosperidade material das nações e dos povos; mas a sociedade que vive do pão do espírito e não só do pão corpo, a sociedade que renasce quase sempre após uma grande série de gerações, mais vivida e esperançosa do que antes, vê-se no século atual como em um círculo de ferro, numa luta, numa reação constante, com o pensamento a remontar para o céu, e com os olhos pregados no positivismo de uma realidade esmagadora e cruel. Dir-se-ia talvez, que as utopias vão fascinando e folhetinista, par condena-lo em vida à desesperação de um futuro melhor: não há nada disto.

Filho deste século, pertencemos a ele irrecusavelmente vemo-lo nas obras que representam, nos interesses que o simbolizam, nos tipos superiores que vai criando em seu caminhar comum, em seus arrojados filosóficos, em seus cálculos industriais, em suas operações mercantis, em seu materialismo e até no seu espiritualismo todo especial e novo. Sem renegar a esperança que nos fala mui alto, sem perder a crença que desde muito depositamos na marcha providencial dos acontecimentos grandes e poderosos, temos apreensões sérias de que a vida espiritual e moral da sociedade moderna se vá a definhando e a acabar, talvez, numa dessas enfermidades tenazes e perigosíssimas que a própria filosofia tão indiferentista para com a sorte da humanidade chama com o nome de indiferentismo. Aventuramos mais: - cremos que a dominação do egoísmo pessoal, individual e concentrado tem hoje suas honras de salão e seus encantos bem poderosos.

Embora as associações formiguem, embora as classes operárias respirem mais livres de um jogo pesado e mortificador que a liberdade da indústria e a concorrência necessariamente lhes destruíram. Há aí mesmo, nessas associações formadas, mais um culto de individualismo material e estéril, do que o cunho de uma verdadeira fraternização. Lavra em grande escala a febre da agiotagem desvatadora e furiosa; os capitais centralizados e monopolizados afluem somente para melhoramentos materiais, e a civilização que se aplaude tanto e que entusiasticamente se preconiza corre positiva e calculada, sob uma atmosfera de carvão de pedra, por cima de vias férreas, em telégrafos e em combinações de mero industrialismo. Para as classes que mais precisam de trabalho e de animação há-os, presentemente de modo que as possam isentar de todo o risco de uma situação aterradora ? respondam economistas e filósofos; respondem por outro lado o bom senso e a verdade do homem prático e filantropo.

Vai este século tão precipitado por esses carris impetuosos com que o industrialismo nos estruge os ouvidos, que a maioria ou, quando não, grande parte do gênero humano parece compreender nisto unicamente a felicidade pública e privada. Não pensamos assim: - instrução para nós é coisa diversa de educação; e se não há oposição nos termos, assim como não há idéias que eles representam, há todavia um grave inconveniente em considera-las a mesma coisa, em identifica-las ou confundi-las. O progresso material é condição bem valiosa e importante para a conquista da moralização e do saber; mas quando se percorre indefinita ou quase indefinitamente o estádio aberto às lutas da matéria, nos combates da vida positiva e pautada pelos ganhos e pelas perdas na praça pública, nem o espírito se anima a subir até onde pode, nem o coração pode expandir-se e cultivar-se como deve.

Avaliamos a civilização à luz de dois princípios altamente filosóficos, a instrução e a educação; e assim como queremos sempre que o corpo vigore, e as tendências naturais e profícuas se lhe desenvolvam convenientemente, assim quiséramos sempre que o espírito e o coração encontrassem para seu especial progresso incentivos eficazes e estímulos regulares.

Um hábil economista, o Sr. Chevalier, disse, além de outras, uma preciosíssima verdade, quando em seu livro da "organização do trabalho " mostrou como, dominando a matéria, e aproveitando-a em seus amplos recursos, o homem se nobilita, e crescer em poder e aumenta em verdadeiro progresso. Outros já o disseram antes, o pensamento é simples mas

profundo; e nós não estamos longe de aceita-la em toda a sua legítima força. Temos para nós que os melhoramentos materiais, ou aperfeiçoamento nos diversos ramos de indústria, os aumentos e invenções na escala das fontes produtivas e dos instrumentos e recursos próprios a dar novo impulso à riqueza e prosperidade das nações, revertem mais cedo ou mais tarde em benefícios reais para a sociedade que os absorve e recebe, e para o homem que os estuda e os aproveita. Nem nos iríamos colocar em tal situação hostil aos verdadeiros interesses sociais, que desconhecêssemos a grande, a grandíssima intervenção que tem o espírito nessa manifestação elevada do progresso material; porque em último resultado, é sempre a inteligência que cria que trabalha, que produz. Entretanto, nos não de conceder, por uma vez ao menos, que estejamos em bom terreno sustentando que o demasiado aferro às elaborações positivas do industrialismo vai materializando demais a sociedade, e fazendo entrar no templo da sabedoria como divindade ou gênio superior e que só era e será sempre considerado pelo que deve ser, meio para a civilização e não a mesma civilização em si.

Por outro lado, hoje mesmo se reconhece que esta tendência pesada e materializadora do século se vai estendendo e comunicando a vapor, se é possível dizer-lo, a todos os pontos das esferas, onde giram ciências, letras e artes. A filosofia também vai vestindo hoje à moda das inovações e dos cálculos materiais e desoladores; e não é por outra razão que espíritos pensadores e eminentes engenhos lá procuram reagir na Europa moderna contra os sonhos vaporosos do transcendentalismo alemão, do panteísmo francês, e de centenas de sistemas extravagantes e ruinosos que se vão produzindo, e reproduzindo todos os dias. Se nos dão licença os leitores do folhetim diremos que, além de ser Filosofia aquela de todas as ciências que menos talvez tenha feito do que se propusera fazer em prol da humanidade, é de todas elas a que mais prostituídas tem sido e vai sendo presentemente nos próprios centros do mundo civilizado.

Sonhara Platão em seus momentos de febricitante entusiasmo uma ordem de idéias e de coisas que a sua "República" e o seu "Fédon" vieram a demonstrar impraticáveis; e posto que fosse "divino" e muita gente boa o seguisse, e muito santo padre o abraçasse como mestre desde os primeiros séculos da Igreja, fantasiou muito, evaporou-se muito e não fez lá muita coisa pelo gênero humano. Vieram Aristóteles e Sócrates, Zeno e Diógenes, Pitágoras e Tales, e tantos outros; e moralistas ou puros cétricos, atomistas ou estóicos, espiritualidades com o divino Platão, ou moralistas com o tão humano Epicuro, criadores ou plagiadores de doutrinas alheias, grandes ou pequenas, pouco adiantaram no curso encetado, porque combateram, disputaram, formaram escolas, estabeleceram um sistema, forjaram teorias, doutrinas e opiniões; e tudo veio a dar em luta, em contradições, em oposição de idéias e de pensamentos.

Marchava então a Grécia em seus formosos dias para conquistar essa glória admirável que ainda lhe notam antigos e modernos, que ainda lhe soletram nos monumentos, poupados pelo tempo, viajantes e poetas, que ainda veneram filósofos e literatos de mérito. Havia então muito que ver na literatura desse povo civilizado e amante sincero da liberdade, que se imortalizara em Salamina, em Maratona e em Platéia. Riqueza e comércio dos fenícios, segredos astronômicos dos caldeus e egípcios, sabedoria recôndita dos primeiros e mais antigos povos do Oriente, os gregos as tinham, as conservaram, e na musa épica, trágica, e lírica, e no arroubos arrogantes da imaginação criadora, lá se viam surgir e resplandecer os mais belos caracteres de uma civilização colossal e admirável. Mas, quando Homero deixou uma "Ilíada", Hesíodo os seus "Trabalhos" e os seus "Dias", Píndaro os seus poemas heróicos, tão realmente inimitáveis em quase todas as modernas literaturas da Europa; quando a poesia subiu tão fervida nos arroubos impetuosos de Sófocles e Eurípedes, nos melodiosos gorjeios do cisne de Lesbos e do velho de Teios; nos vivacíssimos arrebatamentos de Tirteu e Arquilaco; a filosofia, tão alta e soberba, tão animada e possante, contentou-se em combater e em combater passou todo o seu melhor tempo! Ficaram grandes vestígios de sua saberania, mas os poetas vivem porque encantavam e encantam, os filósofos que podiam instruir e moralizar, mui poucas vezes fazem uma coisa e outra!

Passemos com o nosso folhetim à cidade célebre dos Sênecas e Cíceros. Ali e filosofia teve escolas , e por conseguinte mestres e discípulos; mas assim como na Grécia, desceu e subiu muito e nunca ficou ao nível da humanidade. A sociedade daqueles tempos , carcomida pelo sensualismo e desvatada pela idolatria, ah ! está pintada com bem expressivas cores na história e nas tradições coevas; o primeiro dos filósofos, que a não ser pagão seria ainda o maior, teve a sorte dos Atenas e do Oriente; e o combate; e o combate e o contraste das opiniões é ainda o título único para o aparatoso livro da filosofia romana.

Deixemos em paz essas memórias dos primeiros tempos; passemos por cima desses pórticos e liceus e academias; fiquem nos apenas de memória as impressões vivas das revoluções científicas e literárias daquelas épocas e a vôo de pássaro cheguemos à nossa, e olhemos para o presente. Ali, nas doutrinas gregas, orientais e romanas, ou espiritualismo era incompreensível, inexplicável, e obstruso, ou materialismo era pesado, árido, destruidor e horrível. Ainda lembra, por ventura, a mais de um pensador o “ turpepecus “ da lírica romana, e as manifestações epicuristas e sufocadoras do bom senso, que a alma poética de Lucrecio era forçada a gravar em traços indelévels em seu poema filosófico da “ Natureza das Coisas “. Mas hoje... (do texto) Ora é o cartesianismo, trajando a capricho dos lógicos emproados, que só tem anátemas para a bela filosofia cristã de Santo Tomás, da escolástica e da Idade Média; ora é o Kantismo, espécie de quinta essência da razão filosófica, subtil, capcioso, ideal e visionário, com suas “ categorias “ e seus “ objetivo “ e “ subjetivo” , casta linguagem própria para as cabeças profundas da Alemanha, que nem porisso são menos sujeitas à loucura e à mania das fórmulas híbridas e alterosas do racionalismo puro ou disfarçado. Aquela filosofia de além Reno que Lermnier tanto macaqueia, que lhe deu matéria para escrever tantas páginas de pesada e abafadora erudição psicológica e até mesmo jurídica; aquela filosofia indefinível que sobe com a razão até Deus, ou desce de Deus até a humanidade nos sonhos de Fichte, nos delírios de Hegel, nos paradoxos horríveis de Strauss; lá se aclimata na França, na Itália, na Inglaterra, onde memórias de Espinoza e Locke, de Berkeley e Cabanis, e Vanini e Diderot, de Bayle e Voltaire, de Belinbroke e Hobbes, de Pope e d’Alembert, ainda são, porventura, apreciáveis , a meia dúzia de espíritos fortes. Passou a enciclopédia, mas ficaram os enciclopedistas; foi-se a Revolução Francesa de 1789, mas ficaram revolucionários e adeptos das teorias funestas daqueles apóstolos do terror. Hoje o que faz filosofia ? Cética por capricho, sombria e carregada de névoa, porque é moda da atmosfera britânica e dos amplísimos laboratórios científicos da moderna Germânica; vaporosa por galanteria, incrédula por paixão, panteísta por devaneio, ela é tudo ao mesmo tempo, mas em sua essência é inteiramente materialista. Há muito quem não se sente à mesa desses filosofantes da época, e muita gente há que não comungue os princípios e as doutrinas excêntricas desses novos exploradores da ciência humana. A reação aparece; a transição, porém, terá de ser longa e penosa, e antes que os Venturas, os Lacordaire, os Montalembert, os Balmes e os Donozos – Cortés hajam reconstruído a fábrica meio desmoronada da filosofia deste século, o século irá em seu giro, o materialismo e o industrialismo se irão entronizando no meio de populações inteiras, e o panteísmo e o protestantismo se difundirão precipitados em tantos monumentos da devassidão intelectual e moral.

O que faz o ecletismo ? Enroupa – se com as vestes dos mitos orientais, põe-lhe por cima o manto platônico, arma-se da clava do espinozismo, toma ar categórico, imitando ao mestre de Konisberg, mune-se das visões de Hegel, de quem plagia com gosto, percorre assim apavorado todos os grandes círculos do mundo filosóficos, falseia a história, amesquinha o papel da razão humana, querendo emancipa-la do jugo da revelação e da fé, e por último contradiz-se miseravelmente. O Cousin que escrevera o “ Curso da História da Filosofia “, que traduziria Platão, que afrancesara todo o oriente e todo o ocidente em matéria de filosofia, escreve “ o Bom , o Belo e o Verdadeiro “ , e condena-se antes de o condenarem. Jouffroy idealiza dogmas para derroca-los como castelos de cartas; faz uma revelação a seu jeito,

profetiza a queda do reinado dogmático, e tem a gravíssima seriedade de mostrar como se acabam esses princípios eminentemente profundos da razão católica.

Não pensaremos bem, quando dizemos que esses são os representantes legítimos da época luminosíssima em que vivemos, deste século que, em vez de ser idade de ouro, como parece que deveria ser o século das luzes, é idade de ferro? Assentamos que não é somente ferro o que oscila nas linhas telegráficas, o que se balança no vapor, o que se entranha por debaixo dos mares, o que produz milagres pela força reunida do magnetismo e dos prestígios da química e da física; também é ferro tanto sistema que por aí vai, tanta teoria materialista, tanta filosofia anti-humanitária e mesmo antifilosófica, de que por toda a parte vai fazendo tanto alarde.

Que papel está reservado ao publicista, ao economista, ao jurista que sai de tais escolas ou que aprende nelas? Desde os rasgos incomensuráveis do comunismo, que também por sua parte plagia, e muito, até os socialistas puros e genuínos; desde os fatalistas tenebrosos até os ateus diretos ou dissimulados; há uma escala de rimadores pelo mesmo tom, de contrapontistas pelas mesma regra, de pregadores pelo mesmo tema. Ali está Luis Blanc, com seu patriótico e humanitário sistema de organização do trabalho: o que fez ele? destrói a concorrência porque não presta para nada, coloca exclusivamente nas mãos do governo a sorte e o desenvolvimento das classes laboriosas, mata a indústria que não vive na sua organização senão a vida do oprimido e do acabrunhado pela prepotência do senhor, quase déspota. Aquele outro quer, como Fourier, a desenvolvimento dos princípios atrativos e simpáticos; forma, talvez, uma nova escala de paixões e de interesses que legitima e resolve a sociedade até os íntimos e derradeiros fundamentos. Outro proclama o fatalismo histórico e o livro da "Humanidade" de Pierre Leroux é para um pensador desta ordem um guia infalível, ou antes, um tesouro inapreciável. Não concebe, entretanto, que assim destrói a humanidade coletiva pela humanidade individual, e acaba por fazer a própria razão humana o maior, o mais positivo, o mais violento insulto.

Em boas se foi meter o folhetinista! dirá muita gente que ler este artigo; mas respondemos com a palavra sincera do escritor sincero e consciencioso. Também é dado ao rabiscador do folhetim subir até onde pode tomar fôlego; e uma vez que não lhe falece a respiração, continua o caminho. Escrever poesia, romance, variedades etc.; o domínio das letras humanas é imenso e para apreciar um pouco o século atual, o folhetinista não julga que lhe seja proibido correr a vôo de pássaro por sobre as escolas e os sistemas, que se apraz de averiguar em sua peregrinação literária, artística e científica.

Nós que assim pensamos sobre os pensadores desta época e desta civilização para o materialismo, porque se modela em quase tudo pela sua capital idéia, que é o industrialismo, somos o mesmo que noutra ocasião já temos feito propósitos soleníssimos de guerra aberta às extravagâncias e exagerações do pensamento.

Em crítica literária, queremos o homem que fala com saber, critério, bom senso e gosto apurado: e por que não havemos de querer em filosofia o pensador, antes austero do que frívolo, antes rígido e árido do que efeminado e adorado? inimigo o romantismo extremado, somo-lo também do que para nós é romantismo filosófico, ou, disséramos antes, científico e social. São vaporizadores - permitam-nos a frase própria e sui generis - os que se nutrem de quimeras, ou propalam, seja em que país for, e debaixo de qualquer signo que seja: e para prova de que não vamos errado, concluiremos esta parte com o pensar escrito de um homem, da grande república literária e científica de hoje. Tem esta citação a vantagem de ser Prondhon, filósofo, economista, e tudo quanto se queira que ele seja em a nova ordem de coisas em França, sob a relação puramente científica. Julga a filosofia em geral que com tantos outros a tem deturpado e corrompida, aquele que disse algures que a existência de Deus é uma hipótese, que a religião tem sido a causa da relaxação da sociedade, que a propriedade é um crime, que a família está nas expensas de cada um pelo laço de mútua espontaneidade natural.

“ A filosofia, diz Prondhon, é o movimento do espírito para a ciência, com o silogismo por método, e ela não é a ciência nem espécie alguma de ciência. Porisso nunca pôde, apesar dos esforços dos seus adptos, nem determinar seu objeto, nem circunscrever seu domínio, nem criar um método: ela permanece, mau grado as declamações dos modernos ecléticos, sob o império do silogismo, e colocada fora da observação e da experiência . O que tem ela produzido em diferentes partes do domínio que se atribui, nada é ; o que sabe de mais positiva, recebe-o de fora, o que pretende produzir é cópia ou plagiato “.

O que dirão agora os que lerem esta tirada semifilosófica num trabalho que só requer ameníssima literatura em conversação folgada e prazenteira? Digam o que lhes aprouver, avaliem de nosso proceder como lhes for mais conveniente; o certo e o que lhes podemos asseverar é que ainda neste ponto não fizemos mais do que seguir as nossas íntimas idéias e convicções; e nem pensamos que seja este objeto alheio a missão toda literária e crítica do folhetinista.

Eis como sinceramente pensamos sobre as coisas deste século, pelo que diz respeito principalmente à filosofia. Não que neguemos a quem quer que seja o nome de filósofos, só porque não pode esposar nossos pensamentos; fora rematada loucura. Cada um siga a doutrina e o sistema que lhe parecer, ficando-lhe salvo o direito de sustenta-lo ou não quando e onde bem lhe agradar.

Se o que dissemos ofendesse a alguém digno de lástima, fora impiedade; se agravasse aos poetas, isto é, aos bons poetas, seria imperdoável, e falta de gosto; se dirigisse como insulto às classes tão nobres em que se acha dividida a sociedade, fora injustiça; mas sendo relativo à filosofia e a filósofos, tudo quanto expendemos, não há receio de mínima ofensa. A razão é óbvia. Nós não queremos que se nos tome por inimigo da filosofia, da verdadeira e sólida filosofia, que faz tanta honra aos que a professam como qualquer outra ciência, de cujo desenvolvimento se possa deduzir a mais incalculável utilidade. Somos, sim , inimigos da falsa e perigosa filosofia, que ministrada em livros de papel assetinado, e escrita em estilo fascinador, perverte com uma rapidez incrível os espíritos menos experientes e contamina todos os corações humanos.

Aos verdadeiros filósofos, saudação e respeito profundo: aos filósofos, quem nos veda de os ir apreciando tanto couber em nossas forças ? De mais, eles que tanta coisa dizem e com tanto desembaraço e liberdade, não estão muito habilitados para exigir que deles se não diga coisa alguma. Se eles pertubam a sociedade, pregando doutrinas subversivas e detestáveis, não há mal nenhum em censura-los; há nisto muito bom direito, e todo aquele que o puder fazer que faça.

O nosso fito foi bem simples : - mostrar que a sociedade na época presente não marcha tão às mil maravilhas como dizem muitos, ou antes que este século das combinações e dos cálculos materiais, e dos melhoramentos desta ordem do que de verdadeira civilização, à luz da moral e da história.

O caráter da moderna filosofia, na máxima parte dos seus estrênuos apóstolos, é modelado por esse espírito materialista da época; e se o folhetinista conseguiu provar o que tal respeito pensa, e de que está intimamente convencido, já não faz pouco. Ao menos valha-lhe isto para compensá-lo do muito que há de sofrer de críticas e filósofos abastardados e ilegais.

Haverá filósofos deste jaez? Há-os de sobra, e o folhetinista só pode a Deus que o livre de semelhante casta de gente.

Abdallah-el-Kratif